CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

BRASÍLIA - DF

7º PLANO BIENAL DOS ORGANISMOS NACIONAIS, 1983-1984

INTRODUÇÃO

1. O 7º Plano Bienal dos Organismos Nacionais (1983-1984) situa-se no processo de planejamento iniciado em 1962 com o Plano de Emergência. Este processo vem se aperfeiçoando e vem se estendendo aos vários níveis eclesiais e revelando-se instrumento qualificado e fecundo da ação Pastoral no Brasil.

2. Este Plano inspira-se nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (Documentos da CNBB, 28)[1]. Tem como fundamento o Objetivo Geral, aprovado na 21ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil:

• Evangelizar
• o povo brasileiro em processo de transformação sócio-econômica e cultural,
• a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem,
• à luz da opção preferencial pelos pobres,
• pela libertação integral do homem,
• numa crescente participação e comunhão,
• visando à construção de uma sociedade mais justa e fraterna,
• anunciando assim o Reino definitivo.

Ao mesmo tempo que programa as atividades dos Organismos Nacionais, o plano oferece elementos dinamizadores para os demais níveis eclesiais. Seu quadro de referência é o conjunto das seis linhas ou dimensões da ação Pastoral, que são, em sua totalidade e integração recíproca, o elemento constitutivo da vida cristã pessoal e comunitária:

• Linha 1 - Dimensão comunitária e participativa,
• Linha 2 - Dimensão missionária,
• Linha 3 - Dimensão catequética,
• Linha 4 - Dimensão litúrgica,
• Linha 5 - Dimensão ecumênica e de diálogo religioso,
• Linha 6 - Dimensão profética e transformadora.

Essas linhas ou dimensões se concretizam em realidades humanas, históricas e bem definidas, que constituem as situações pastorais. Conforme indicação da 21ª Assembléia, o plano apresenta ainda alguns destaques que devem ocupar a atenção da Igreja no quadriênio: Jovens. CEBs, Vocações e Ministérios, Famílias, Leigos e Mundo do Trabalho.

3. O 7° Plano Bienal leva em conta os dados da avaliações da caminhada da Igreja no Brasil, em especial do 6° Plano Bienal, e tem como primeira característica o fato de ser fruto de um processo de planejamento que propôs viabilizar ampla participação em preparar, executar e avaliar a ação Pastoral. Este processo representa a concretização de anseios das bases regionais e diocesanas e possibilita a ação Pastoral ser coerente com o espírito de comunhão e co-responsabilidade. O nível nacional, embora mantendo sua indentidade e atuação especificas, não opera isolado dos Regionais, mas procura estar a serviço de sua necessidades pastorais.

4. Uma segunda característica desse Plano é sua composição em nove programas, assim distribuídos:

– programas 1 a 6, correspondentes às seis linhas ou dimensões, com atividades específicas de cada dimensão em favor do conjunto da ação Pastoral;
– o programa 7 completa algumas situações pastorais julgadas urgentes, a partir de critérios determinados;
– o programa 8 refere-se aos destaques indicados pelos bispos na Assembléia de abril de 1983;
– o programa 9 diz respeito a todas as atividades da Coordenação Nacional e Serviços Especiais da Presidência, Secretário Geral e Comissão Episcopal de Pastoral.

5. A terceira característica, aquela que mais importa destacar no momento, é a integração das seis linhas nos projetos comuns. O espírito que anima esse Plano nos leva a perceber a organicidade e integração que entre as diversas linhas ou dimensões, de tal sorte que não tem sentido uma ação Pastoral não interpenetrada por todas as dimensões. Nem é possível pensar uma dimensão que não se complemente com aquilo que é específico de todas e de cada uma das outras. Isto se torna evidente em relação às situações pastorais (Programa 7) e aos destaques (Programa 8). São um campo de ação comum a todas as linhas ou dimensões, pois, somente ganharão sentido se, em cada qual, se realizarem todas as dimensões simultaneamente. Embora, por motivos práticos, a condução das atividades seja confiada a uma outra linha (ou Organismo), deve haver uma colaboração sistemática e coordenada de todas as linhas.

6. Enfim, uma última característica do 7° Plano Bienal é que ele dá maior destaque às atividades permanentes, situando melhor os projetos como momentos fortes, bem definidos e delimitados no tempo e no espaço, com sistemática determinada.

7. O acompanhamento e a avaliação normais do Plano se darão, em nível nacional, nas reuniões mensais da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e nas reuniões do Grupo de Assessores. Haverá também momentos especiais de avaliação: de modo parcial, em fins de 1983 e, global, em fins de 1984. Dentro do processo participativo, a avaliação deverá também fazer-se nos níveis de Igreja atingidos por este Plano e seus resultados deverão ser canalizados ao nível nacional para orientar a elaboração do próximo Plano Bienal.

Brasília, 29 de setembro de 1983
† Luciano Mendes de Almeida
Secretário Geral da CNBB

PROGRAMA 1 - LINHA 1: DIMENSÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA

"É o Espírito que convoca e reúne seu povo para viver em comunidade, conforme o carisma e missão que a cada um são concedidos, segundo o dom de Deus" (CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 1983-1986, Doc. 28, n.82)[2].

Pela dimensão comunitária e participativa, essencial para a vida de fé, a Igreja no Brasil pretende valorizar todas as vocações, carisma e ministério do Povo de Deus; criar condições para que tais vocações sejam vividas em crescente comunhão e fazer com que suas estruturas possibilitem plena participação de todos para atingir aquela unidade que é gérmem do Reino e sinal para que o mundo creia.

Nessa dimensão incluem-se três setores:

1. Vocação e ministério
2. Leigos
3. Estruturas de Igreja

1. SETOR VOCAÇÕES E MINISTÉRIOS

1.1. VOCAÇÕES E MINISTÉRIOS

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

Numa Igreja toda ministerial, todos chamados a assumir algum serviço ou ministério, por fidelidade a Cristo, ao homem e à história. Por isso, cabe à comunidade cristã a tarefa de se responsabilizar pela promoção e amadurecimento de todas as vocações.

Entre estas, diante de multidões de "ovelhas sem pastor" marginalizadas da fé e da vida as vocações ao ministério presbiteral adquirem particular relevância. Consequentemente, as casas de formação e seminários têm a ingente tarefa de preparar os futuros padres inseridos na vida da Igreja e sensíveis às necessidades do povo.

Também o ministério diaconal começa a se fazer presente e necessário, como aquele sinal sensível e específico do Cristo Servo, para que toda a comunidade se torne cada vez mais servidora de Cristo nos pobres.

O Espírito tem suscitado entre nós diversos ministérios confiados aos leigos que, diligentemente preparados, serão capazes de rejuvenescer e reforçar o dinamismo evangelizador da Igreja.

Lança-se, enfim, à Igreja, o desafio de valorizar a vocação específica à vida consagrada, em suas diversas formas, como manifestação profética e carismática do Reino, fazendo com que os consagrados se sintam chamados a assumir, segundo seus carismas, postos de vanguarda evangelizadora nas "situações de fronteira", em favor de todos os homens, preferencialmente dos mais necessitados.

Assim, a participação de todas as vocações, carismas e ministérios na mesma missão de evangelizar fará crescer a unidade da Igreja, fermento de comunhão para a sociedade.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Incentivar e aprofundar a compreensão da vocação cristã como dimensão a ser vivenciada nas várias vocações específicas.

• Aprofundar o sentido e acompanhar a práxis dos ministérios exercidos pelos leigos, como instrumentos de rejuvenescimento do dinamismo evangelizador da Igreja.

• Acompanhar regularmente a Comissão Nacional do Clero (CNC), apoiando sua tarefa de proporcionar elementos para uma vivência de maior participação e comunhão a todos os que vivem a vocação presbiterial.

• Acompanhar a Comissão Nacional de Diáconos (CND), apoiando sua tarefa de animar a vocação ao ministério diaconal, sobretudo como animador de comunidades e responsável pela Pastoral de áreas específicas.

• Colaborar com a CRB e com a CNIS, no âmbito das respectivas conferências, para que a vida consagrada assuma na Igreja a sua vocação específica, como manifestação profética e carismática do Reino. Para isto, que as respectivas conferências, em sintonia com a CNBB, desenvolvam uma programação adequada, procurando animar e dinamizar a vida consagrada e coordenar as atividades que contribuem para tanto. Destaquem-se as iniciativas da CRB junto aos religiosos que se dedicam à Pastoral da Saúde e com as religiosas de vida contemplativa.

• Criar condições para a capacitação adequada dos formadores dos futuros presbíteros, apoiando os cursos para formadores de seminários nos Regionais.

• Acompanhar os estudos em torno do anteprojeto das Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal no Brasil.

• Implementar, juntamente com a OSIB, o Encontro de Formadores de Seminários, a atualização do Catálogo dos Seminários e do Cadastro de Professores dos Institutos de Filosofia e de Teologia do Brasil.

• Acompanhar e analisar as atividades dos Regionais no campo da promoção e formação vocacional, promovendo o intercâmbio de subsídios e informações, especialmente em preparação aos momentos intensivos de pastoral vocacional.

• Desenvolver, sobretudo nas comunidades e grupos jovens, o serviço de pastoral vocacional específica para o presbiterato diocesano.

• Promover mais intensamente as vocações presbiterais e de vida consagrada no meio urbano, entre operários, universitários e profissionais liberais.

• Promover uma pastoral vocacional em dimensão universal, procurando suscitar vocações missionárias nas comunidades.

• Manter fraterno relacionamento com o setor de Vocações e Ministérios do CELAM, bem como com o de outras conferências episcopais, colaborando com suas solicitações e participando de possíveis encontros internacionais.

PROJETOS

1. CURRÍCULO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA PARA OS SEMINÁRIOS MAIORES

Faz parte do anteprojeto das novas Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal no Brasil, em estudo, a parte relativa ao currículo de Filosofia e Teologia, que deverá ser encaminhado proximamente para a aprovação da Assembléia Geral dos Bispos ou do Conselho Permanente.

PROJETO: 1.1.1
Sistemática: Reunião com a diretoria da OSIB.
Estudo de texto provisório sobre currículo.
Encontros de Reitores de Institutos de Filosofia e Teologia.
Elaboração da proposta de texto do currículo.
Responsável: Linha 1: Setor Vocações e Ministérios, OSIB
Prazo: 1983, 2º semestre

2. SITUAÇÃO E VIDA DOS SEMINARISTAS MAIORES DO BRASIL

A ampla pesquisa sociográfica entre os seminaristas maiores do Brasil proporcionará dados novos sobre sua situação e vida, principalmente no que se refere às suas origens, às suas aspirações e à sua formação para uma Igreja que caminha em um mundo em profundas transformações. Com este projeto pretende-se aprofundar os estudos em torno dessa pesquisa e divulgá-los por todo o Brasil. Espera-se, com isso, um aperfeiçoamento na pastoral vocacional e na formação dos futuros presbíteros.

PROJETO: 1.1.2
Sistemática: Publicação da pesquisa sociográfica: Situação e vida dos seminaristas maiores do Brasil e dos estudos afins, ora em curso.
Encontro Nacional de Formadores de Seminários Maiores do Brasil.
Responsável: Linha 1: Setor Vocações e Ministérios, OSIB
Prazo: 1983, 2° semestre
1984, 2° semestre

1.2. PRESBÍTEROS

A programação Pastoral dos Presbíteros será assumida pela Comissão Nacional do Clero.

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A Comissão Nacional do Clero, órgão subsidiário da CNBB, há de sempre considerar tarefa sua a animação constante da vida e ministério do presbítero, buscando servir, progressivamente, os presbíteros da Igreja do Brasil em comunhão com o episcopado.

O trabalho de animação realiza-se no esforço conjunto de proporcionar elementos para uma vivência de maior participação e comunhão em seus presbitérios, em nível regional e nacional.

Sinal de unidade, a Comissão Nacional do Clero deve fortalecer as Comissões Regionais do Clero, guardando deste modo a fidelidade às bases.

Interessa à CNC encontrar caminhos próprios, inclusive de sua sustentação econômica, a fim de que tenha condições de promover os seus objetivos e ser uma voz organizada do clero.

A CNC estará atenta a todas as iniciativas no campo da Pastoral vocacional, sobretudo no que se refere à formação de presbíteros para a Igreja de hoje.

A CNC, existindo para e em função dos irmãos presbíteros, procurará promover o intercâmbio de experiências e subsídios, bem como o aprofundamento de documentos sobre a vida e ministério do presbítero.

A CNC deseja intensamente chegar às bases e ajudar a esclarecer mais o lugar e papel do presbítero, extremamente relevantes. Mas não só, a CNC se propõe uma meta maior, em nível regional e nacional, conduzindo sua caminhada até uma esperada e necessária Assembléia Nacional de Presbíteros.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Assessorar a CEP em assuntos ligados à vida e ministério do presbítero, bem como participar, em nível de CNBB, de todos os encontros abertos à CNC.

• Estabelecer o contato permanente entre as Comissões Regionais do Clero (CRCs) e a CNC, através de encontros, em diferentes níveis, e relatórios das atividades programadas.

• Realizar duas vezes ao ano encontros com os membros da CNC, empenhando-se pela presença e participação de todos, levando às bases a reflexão desenvolvida por ocasião desses encontros, desejando ser um instrumento de comunicação de experiências e subsídios de cada Regional.

• Acompanhar e apoiar, por meio das CRCs, os presbíteros em circunstâncias especiais de seu exercício pastoral.

• Possibilitar uma permanente formação e atualização do clero, através de cursos, seminários, retiros e encontros especializados.

• Agilizar projetos que tenham em vista a melhoria de condições de vida humana do presbítero e incentivar, por todos os meios, a valorização pessoal do presbítero, projetando sempre uma imagem positiva da sua vida e de sua missão.

• Contribuir para uma eventual reestruturação dos Conselhos Presbiterais Diocesanos (CPDs), de modo a serem lugar privilegiado de participação e comunhão de todos e espaço para análise de seus problemas, além de respostas às suas legítimas aspirações.

• Fundamentar a unidade presbiteral numa espiritualidade que se alimente constantemente da Palavra de Deus e da Eucaristia e estimular a formação de grupos de presbíteros, comprometidos com sua realização humana e sacerdotal, em nível pessoal e comunitário.

• Realizar encontros, especialmente destinados aos padres jovens, tendo em vista uma plena integração no seio de sua Igreja particular.

• Despertar no clero, em decorrência da co-responsabilidade com o futuro da Igreja, o interesse pela formação integral do futuro presbítero, como também prestar atenção à realidade daqueles que deixaram o ministério.

PROJETO

ENCONTROS DA COMISSÃO NACIONAL DO CLERO

Após a caminhada desencadeada pelo Documento da CNBB, n. 20, Vida e *ministério do presbítero*, aparece como relevante a necessidade de a Comissão Nacional do Clero continuar a reflexão, ali iniciada, e buscar caminhos próprios e concretos para o fortalecimento dos presbitérios em suas Igrejas. Assim sendo, estaremos propiciando aos nossos presbíteros: maior realização pessoal em sua vocação, maior participação e comunhão em seus presbitérios e um esforço comum de assumir em unidade a missão da Igreja.

PROJETO: 1.1.3.
SISTEMÁTICA: Encontro dos membros da CNC, durante as Assembléias dos Bispos, em Itaici Acompanhamento da realização dos Encontros Regionais, promovidos pelas CRCs Encontros anuais, promovidos pela CNC, com a participação de outros presbíteros, para a coleta das reflexões das CRCs, avaliação, divulgação das conclusões e elaboração das atividades anuais da CNC.
RESPONSÁVEL: Linha 1: Setor Vocações e Ministérios, CNC, CRCs
PRAZO: 1983
1984

2. SETOR LEIGOS

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

Na realidade concreta de hoje, uma pastoral dos leigos preocupada com o engajamento do dinamismo da fé dos cristãos na transformação de uma sociedade cada vez mais injusta, desumana e opressiva, não pode se limitar à sensibilização das consciências para com as exigências evangélicas do Reino de Deus, a realizar-se em Cristo.

Parece evidente que esta mentalização ou evangelização colocará os cristãos em posição de desacordo e de recusa em relação à sociedade, mas sem que por isso se empenhem na transformação de um mundo que se apresenta cada dia mais complexo e estruturado e diante do qual o indivíduo se encontra desarmado.

Um questionamento se coloca em relação a essa Pastoral: a transformação do mundo e da sociedade construídos como estruturas ou instituições articuladas entre si mesmas e como subsistemas de um sistema global, não pede uma pastoral dos leigos concebida, ela também, de modo estrutural? Transformar um mundo estruturado não pede certo tipo de ação de grupos cristãos nas diversas instituições que operam na sociedade?

Não basta denunciar por conta própria, ou ao lado da hierarquia, que já o está fazendo, os mecanismos do sistema vigente ou elaborar modelos alternativos, se cada um, na sua vida profissional, continua sua prática sem revisá-la nem modificá-la. Procedendo assim,

ele está perpetuando e até reforçando um sistema social, político e econômico que denuncia em palavras.

Em todas as organizações e instituições do Brasil atual não faltam cristãos: mas estes, cristãos praticantes e, às vezes, membros de grupos que os despertam para a crítica social, continuam "ganhando a sua vida" sem pensar onde exercem sua atividade, sem abrir brechas nos mecanismos criadores da injustiça e da opressão.

Não será preciso descobrir estes cristãos e encaminhá-los para a revisão de sua vida numa autocrítica lúcida de suas próprias práticas, que de fato favorecem a desigualdade, a eliminação dos mais pobres e a dominação dos mais desamparados?

Esta ação evangelizadora a desenvolver supõe que os leigos, já conscientes e organizados, se encontrem também regularmente não só como movimentos, mas como organismo que deve ser seu lugar de diálogo e de reflexão: o Conselho Nacional dos Leigos.

Ela supõe também que se ofereça aos leigos os meios de assegurar sua formação social, econômica, política e, evidentemente, sua formação doutrinal. Sem esta formação doutrinal, corolário de uma conversão pessoal, a ação evangelizadora correria o risco de reduzir-se a mero ativismo sócio-político.

A formação a dar, a partir da vida e da ação, deverá, na medida do possível, contemplar as dimensões da ação Pastoral explicitadas nas Diretrizes Gerais.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Estudar junto com os leigos as Diretrizes Gerais propostas para o quadriênio a fim de que suas atividades sejam orientadas em conformidade com o objetivo geral e as dimensões da ação pastoral.

• Estudar as possibilidades e modalidades de participação dos leigos nos organismos intra-eclesiais e na pastoral orgânica em seus níveis regional, diocesano e paroquial.

• Ajudar o Conselho Nacional dos Leigos a se estruturar para que se transforme num órgão capaz de assumir as iniciativas e responsabilidades próprias da missão do leigo.

• Colaborar com os leigos no aprofundamento da compreensão e vivência de sua vocação específica.

• Estudar com eles as modalidades de uma participação mais ativa, permanente e efetiva na Comissão Nacional de Pastoral.

• Continuar os esforços empreendidos para que os leigos se organizem nos níveis regional e diocesano e estejam presentes nas instâncias pastorais correspondentes.

• Manter presença, de acordo com os movimentos, em reuniões nacionais deliberativas, tais como Assembléias e Conselhos.

PROJETOS

1. REUNIÃO DAS EQUIPES NACIONAIS DOS MOVIMENTOS LEIGOS

O estudo em comum das Diretrizes Gerais deve permitir o aprofundamento da vocação eclesial do leigo e sua missão específica, assim como a conciliação de sua justa autonomia no seu campo específico com a necessidade de seu compromisso com a pastoral orgânica.

PROJETO: 1.2.4.

Sistemática: Apresentação do Objetivo Geral e das Diretrizes Situação dos movimentos Decisões
Responsável: Linha 1: Setor Leigos, CNL
Prazo: 1983, 2° semestre

2.CURSOS DE FORMAÇÃO DE LEIGOS

O objetivo destes cursos (5), que se realizarão por regiões, é estimular e apoiar os leigos para que tomem consciência da dimensão evangelizadora das funções temporais e das tarefas que a realidade do País impõe à sua responsabilidade cristã.

PROJETO: 1.2.5.
Cursos: Cursos por regiões: Centro; Sul; Centro-Oeste; Nordeste; Norte
Sistemática: Reuniões de leigos engajados em busca de sua identidade de cristãos no temporal e dispostos a caminhar como laicato organizado
Responsável: Linha 1: Setor Leigos, CNL, Regionais da CNBB
Prazo: 1983, 2° semestre
1984

3. LEVANTAMENTO DOS MOVIMENTOS LEIGOS

Faz-se necessário um conhecimento real da situação dos movimentos leigos, tanto do ponto de vista quantitativo (número de membros) quanto qualitativo (realidade da ação evangelizadora que exercem).

PROJETO: 1.2.6.
Sistemática: Levantamento por meio de questionário preparado em colaboração com o CNL e CERIS
Responsável: Linha 1: Setor Leigos, CERIS
Prazo: 1984

4. ENCONTRO DE ASSESSORES DOS MOVIMENTOS

É necessária uma reflexão sobre o papel dos assessores como educadores da fé e animadores da ação evangelizadora dos movimentos.

PROJETO: 1.2.7
Sistemática: Reunião para:
– Colocação em comum das experiências
– Estudo dos textos conciliares e pós-conciliares que lhes dizem respeito
– Confronto e conclusões
Responsável: Linha 1: Setor Leigos
Prazo: 1984

3. SETOR ESTRUTURAS DE IGREJA

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A preocupação deste setor é, sem absolutizá-la, fortalecer as estruturas de comunhão e de participação que permitam a todos os homens, especialmente aos mais pobres, serem plenamente Povo de Deus, tornando visível, no mundo de hoje, o amor do Pai.

As estruturas e organismos novos, tais como as Assembléias Diocesanas do Povo de Deus, os Conselhos de Pastoral em diferentes níveis, os Conselhos Presbiterais e as Comunidades Eclesiais de Base continuam merecendo particular atenção, pela importância de que se revestem em vista de maior comunhão e participação.

Entre estas, as CEBs despontam como um novo modo de ser Igreja", em que se aprofunda a fé e a vida cristã. Surgem novos ministérios confiados aos leigos e se

promove maior justiça e solidariedade. Em comunhão com seus pastores, são uma grande riqueza para a Igreja do País, revitalizando a ação evangelizadora e colaborando, em muito, para benefício das comunidades mais amplas. Em seu compromisso com a libertação integral do homem e da sociedade, principalmente por seu enraizamento entre os mais pobres, as CEBs fermentam, com as energias do Evangelho, os movimentos populares, as promoções de bairro e a convivência humana.

Também as comunidades paroquiais têm recebido novo dinamismo, através destes organismos e das pastorais específicas, tornando-se progressivamente mais comunitárias e participativas.

Assim, a Igreja pretende, através de suas estruturas, revelar e fazer presente o amor do Pai pelos homens, de modo visível e adequado para cada etapa de sua história.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Desenvolver, em colaboração com o INP, um trabalho permanente de observação, levantamento de dados e reflexão sobre as CEBs e demais organismos e estruturas de participação e de co-responsabilidade eclesial.

• Acompanhar as CEBs nos seguintes aspectos levantados pelo Conselho Permanente: CEBs e os pobres; CEBs e dimensão sócio-política da evangelização; CEBs e luta comum pela justiça; CEBs e movimentos populares; CEBs e movimentos leigos; coordenação e responsabilidade última nas CEBs; CEBs como alvo de interesse e incompreensão.

• Criar intercâmbio de experiências entre os Regionais sobre coordenação, ministérios e formação dentro das CEBs.

• Oferecer subsídios para formação teológica e Pastoral das CEBs, com a colaboração do INP.

• Incentivar os Regionais para que promovam reflexões e estudo sobre CEBs entre seminaristas, padres, bispos e agentes de pastoral.

• Acompanhar os Encontros Nacionais e Regionais de CEBs.

PROJETOS

ASSEMBLÉIAS DE IGREJA, DIOCESANAS E REGIONAIS, COMO ORGANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Nos últimos anos, muitas Dioceses e Regionais têm promovido assembléias de Igreja. É importante um conhecimento desta realidade relativamente nova, sob o aspecto de participação e representatividade.

PROJETO: 1.3.8.
SISTEMÁTICA: Pesquisa junto aos Regionais e Dioceses; Grupo de trabalho e análise da pesquisa; Divulgação das conclusões
RESPONSÁVEL: CERIS
Linha 1: Setor Estruturas de Igreja
PRAZO: 1984

PROGRAMA 2: LINHA 2 - DIMENSÃO MISSIONÁRIA

"É o Espírito quem faz do Povo de Deus um povo que proclama a Palavra e oferece a toda a humanidade os dons de sua fé e pertença eclesial (CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 1983-1986, Doc. 28, n.83)[3]".

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

Tendo presente que a missão é inerente à vocação cristã e eclesial (cf. CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n.91)[4], a dimensão missionária se caracteriza por manter sempre viva a consciência da responsabilidade missionária universal na Igreja local (dioceses, paróquias e comunidades), buscando a comunhão de todos os povos em Cristo.

A dimensão missionária contribuirá, sobretudo, para que a Igreja se mantenha fiel às suas origens, evangelizando de modo missionário. Esta atitude promoverá nas CEBs o empenho missionário, utilizando suas experiências de Evangelho e vida para o surgimento de novas comunidades. Incentivará as paróquias a proceder de maneira missionária, formando grupos que assumam a evangelização nas periferias, nos núcleos habitacionais urbanos e outros. Animará as congregações religiosas e os institutos missionários na fidelidade aos seus carismas diante da missão, inserindo-se na História de cada povo, urgindo a concretização do Reino de Deus. Lembrará às Dioceses e aos Regionais que assumir compromisso missionário com Igrejas irmãs do País é expressão visível de comunhão e de participação. E, particularmente, manterá viva, em todo o conjunto da Igreja no Brasil, a consciência da missão "ad gentes: a necessidade de dar, a partir de nossa pobreza".

Para que estas orientações sejam atuadas, o plano de pastoral deve ter em tudo uma dimensão missionária que se concretiza especialmente em algumas atividades permanentes e projetos.

ATIVIDADES PERMANANTES

• Animar a ação missionária do Brasil, nas dimensões interna e externa, promovendo e orientando centros locais e regionais de animação missionária, preparando subsídios, participando de encontros, orientando os MCS na sensibilização missionária.

• Prestar apoio às igrejas carentes do País, estimulando e orientando o programa "Igrejas-irmãs" e todas as outras formas de cooperação intereclesial.

• Estudar e orientar o problema de uma distribuição mais justa dos recursos humanos e materiais na evangelização do País e fora dele.

• Articular o recrutamento, preparação, envio e acompanhamento dos missionários brasileiros e estrangeiros que trabalham no País.

• Acompanhar os missionários brasileiros que trabalham em outros países, através de correspondência, remessa de subsídios e notícias da vida da Igreja no Brasil.

• Organizar cursos de formação contínua para os missionários brasileiros e estrangeiros que aqui trabalham.

• Organizar cursos de preparação para os missionários brasileiros que se destinam a trabalhar fora de sua Igreja particular, dentro ou fora do País.

• Organizar cursos de primeira aculturação para os missionários estrangeiros que vêm trabalhar no Brasil.

• Animar, orientar e formar os missionários leigos brasileiros.

• Articular os institutos e organismos missionários existentes no País.

• Acompanhar os institutos que preparam missionários para o exterior, para que a formação e o envio aconteçam em comunhão com a Igreja no Brasil.

• Promover intercâmbio de experiências pastorais e troca de informações, entre Igrejas da África e do Brasil, em vista de uma comunhão intereclesial mais intensa.

• Sensibilizar para a dimensão missionária a Igreja no Brasil, através da campanha missionária do mês de outubro e, ao longo do ano, mediante publicações e informações missionárias.

PROJETOS

1. REFLEXÃO SOBRE COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO INTERECLESIAL

O episcopado brasileiro assumiu o compromisso de uma distribuição mais justa dos recursos materiais e humanos na evangelização do País. Para isto, incumbiu a Linha 2 de orientar a reflexão e as atuações concretas de uma eficaz comunhão e participação intereclesial, especialmente através do programa "Igrejas-irmãs". Em particular, sente-se a necessidade deste encontro para a troca de experiências e a busca de perspectivas concretas neste campo.

PROJETO: 2.9.
Sistemática: Encontros nacionais de responsáveis pelo programa Igrejas-irmãs, com a participação de representantes de outros países
Responsável: Linha 2: Ação e Animação Missionária
Prazo: 1983 – dezembro, 05 a 09
1984 – 2° semestre

2. ARTICULAÇÃO DOS INSTITUTOS, ORGANISMOS E MOVIMENTOS MISSIONÁRIOS

Incentivar a atuação dos organismos missionários com seu carisma específico a atuar na Igreja local, orientando-os na sua abertura missionária interna e externa.

PROJETO: 2.10.
Sistemática: Reuniões do COMINA.
Encontro Nacional com os responsáveis pela Ação e Animação Missionária
Responsável: Linha 2: Ação e Animação Missionária
Prazo: 1983 – julho, 11 a 15
1984 – janeiro, 13 a 14 novembro - julho

3. PERSPECTIVAS FORMATIVAS DE FUTUROS MISSIONÁRIOS

Necessidade de refletir sobre a atuação no campo formativo e daí traçar pistas para a formação do missionário hoje.

PROJETO: 2.11.
Sistemática: Encontros anuais de formadores de missionários e responsáveis pela formação nas várias províncias de congregações missionárias, com a participação de formandos.
Responsável: Linha 2: Ação e Animação Missionária
Linha 1: Setor Vocações e Ministérios
Prazo: 1983 – setembro, 09 a 12
1984 – setembro, 14 a 17

4. ARTICULAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS DOS GRUPOS MISSIONÁRIOS ESTRANGEIROS QUE TRABALHAM NO BRASIL

A presença de missionários estrangeiros na ação Pastoral é um dado relevante, justificando toda a iniciativa que vise unir as forças para a atuação conjunta.

PROJETO: 2.12.
Sistemática: Encontros com os responsáveis dos grupos
Responsável: Linha 2: Ação e Animação Missionária

Prazo: 1983 – outubro, 27 e 28
1984 – 2°. semestre

PROGRAMA 3: LINHA 3 - DIMENSÃO CATEQUÉTICA

É o espírito quem faz crescer continuamente o Povo de Deus, mediante o aprofundamento e a vivência permanente na fé, e o ensina a ler os acontecimentos cotidianos à luz da palavra e da vida de Jesus Cristo" (CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n.84)[5].

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A terceira dimensão da vida cristã e, portanto, da Ação Pastoral da Igreja, é a CATEQUÉTICA. Sua importância é fundamental, visto que "sempre mais se impõe uma educação permanente da fé que acompanhe o homem por toda a vida e se integre em seu crescimento global" (CR, 129)[6], e visto também que "se a catequese for bem feita nas Igrejas locais, tudo o mais será feito com a maior facilidade" (CT, 63)[7].

Consciente disso, João Paulo II veementemente insiste para que se estabeleça por toda a parte uma organização adaptada e eficaz que empenhe na atividade catequética as pessoas, os meios e os instrumentos e também os recursos financeiros necessários" (CT, 63)[8], de modo "a suscitar e a alimentar uma verdadeira paixão pela catequese" (CT, 63)[9].

Dentro desse espírito, a CNBB aprovou e publicou o documento Catequese Renovada, Orientações e Conteúdo (n. 26)[10], que passa a constituir, com os demais documentos sobre o assunto, referência e parâmetro necessário para a catequese no Brasil. Enraizado na Palavra de Deus, na tradição, na história e nas necessidades do mundo atual, este documento estabelece um novo conceito e alcance da catequese como "um processo de educação comunitária, permanente, progressiva, ordenada, orgânica e sistemática da fé", tendo como finalidade "a maturidade da fé, num compromisso pessoal e comunitário de libertação integral, que deve acontecer já aqui e culminar na vida eterna feliz" (CR, 318)[11]. Esta catequese realiza-se por uma Interação (= um relacionamento mútuo e eficaz) entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da tradição" (CR, 113)[12], assumindo "as situações históricas e as aspirações autenticamente humanas" como parte indispensável do seu conteúdo (CR, 74; cf. Medellín, Cat. 6)[13].

Há um florescer esperançoso da catequese em nosso país, de alguns anos para cá, reforçado pelo processo participativo utilizado para a elaboração do documento de catequese. Importa integrar na pastoral orgânica o movimento catequético que está se articulando nas paróquias, dioceses, Regionais, nos grupos e movimentos, nas escolas católicas e públicas nas CEBs, nos institutos e escolas de Teologia e/ou Ciências Religiosas, Catequéticas e nos meios de comunicação. A formação continuada de catequistas, a atenção à catequese especial, o esforço para que todas as instâncias de Pastoral assumam a catequese renovada polarizarão os trabalhos da Linha 3 – Catequese, em nível nacional, além de procurar estar presente às solicitações dos Regionais e de outros organismos diretamente ligados à animação catequética.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Divulgar, aprofundar, operacionalizar o recém-aprovado e publicado documento Catequese Renovada

• Apoiar os Regionais, mediante subsídios e produções, presença em sua programação catequética, intercâmbio entre os Regionais, informação.

• Colaborar no surgimento e fortalecimento de coordenações regionais e inter-regionais de catequese.

• Acompanhar, motivar e subsidiar a reflexão-ação sobre ensino religioso escolar, tanto de escolas públicas como de escolas católicas, em sintonia com a AEC.

• Dinamizar o "Grupo Nacional de Reflexão Catequética", com assessoria do INP, para acompanhar criticamente a caminhada da catequese renovada e subsidiá-la segundo as necessidades.

• Coordenar a elaboração e avaliação das seções de catequese do manual da Campanha da Fraternidade.

• Colaborar em revistas especializadas de catequese: artigos, notícias, informações.

• Acompanhar, apoiar, motivar, subsidiar escolas e institutos de formação de catequistas.

• Subsidiar todos os destaques assumidos pela Igreja no quadriênio, com a necessária articulação catequética: jovens, CEBs, vocações e ministérios, família, leigos, mundo do trabalho.

• Acompanhar, integrar, apoiar, subsidiar os movimentos de pastoral bíblica (círculos bíblicos, mês da Bíblia, liga de estudos bíblicos).

• Assessorar a formação catequética dos futuros presbíteros e religiosos nos seminários e centros de formação, em integração com os planos do setor Vocações e Ministérios e OSIB.

• Participar dos projetos de catequese solicitados pelo Departamento de Catequese do CELAM e da Comissão Internacional da Catequese do Vaticano.

• Manter diálogo, intercâmbio, fornecer e receber subsídios de autores de textos de catequese, de editoras católicas.

• Desencadear um processo de intercâmbio, de reflexão sobre catequese especializada com pessoas deficientes.

• Colaborar com a dinamização da catequese familiar, em integração com a pastoral familiar.

• Desenvolver, com ajuda de especialistas, orientações quanto à catequese segundo as idades e situações e quanto aos lugares da catequese.

• Subsidiar a reflexão e as experiências de evangelização e catequese através dos MCS.

• Realizar um levantamento dos institutos e escolas de catequese e facilitar-lhes intercâmbio, confronto de currículo e interajuda.

• Subsidiar a catequese de preparação, de celebração e de vivência dos sacramentos.

PROJETOS

1. APROFUNDAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO DOCUMENTO "CATEQUESE RENOVADA, ORIENTAÇÕES E CONTEÚDO"

Um grande esforço foi aplicado na elaboração do documento Catequese Renovada durante mais de três anos e com ampla participação das bases. Uma vez aprovado, urge desencadear, em todo o Brasil, um estudo para aprofundamento de seu conteúdo teológico, metodológico e a busca de sua operacionalização nas bases. Só assim o documento realizará seu objetivo, que é o de impulsionar e alimentar a busca e

realização da catequese que o Brasil hoje necessita, cujas orientações se encontram neste documento.

PROJETO: 3.13.
Sistemática: Encontro nacional de catequese com representantes de regionais, editoras, institutos de catequese e com autores de subsídios catequéticos, circulares, trabalhos nos Regionais
Responsável: Linha 3: Catequese, Equipe que elaborou o documento
Prazo: 1983 – setembro, 19 a 23

2. AVALIAÇÃO E PROSPECTIVAS DA PASTORAL BÍBLICA E CATEQUESE

Há um grande florescer na pastoral bíblica no Brasil, através dos círculos bíblicos, folhetos de divulgação, movimentos bíblicos e do mês da Bíblia. É, sem dúvida, um privilegiado meio de catequese do povo. É enriquecedora uma sempre maior sintonia da pastoral bíblica com as orientações da CNBB quanto à catequese e às diretrizes da ação pastoral da Igreja no Brasil, para se realizar uma caminhada de unidade. Além do mais, conforme o documento Catequese Renovada, a Bíblia é o livro de catequese por excelência (cf. CR, 153-5)[14].

PROJETO: 3.14.
Sistemática : Encontro com os dinamizadores da pastoral bíblica
Responsável: Linha 3: Catequese, Equipe do mês da Bíblia
Prazo: 1983 – novembro, 14 e 15
1984 – novembro

3. AVALIAÇÃO E PROSPECTIVAS DO ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS

A CNBB tem realizado, periodicamente, estudos, encontros e traçado orientações sobre o ensino religioso. Um dos principais meios utilizados tem sido o Encontro Nacional com os responsáveis estaduais do ensino religioso. O 1° e o 2° encontros versaram sobre "Finalidade e organização do ensino religioso" a partir da Lei 5.692/71 e das regulamentações de cada Estado. O 3° se ocupou da "Pessoa do professor do ensino religioso: aspectos legais, formação etc". O 4° encontro, em 1984, terá como tema "Avaliação e prospectivas do ensino religioso", confrontando o que já existe nos diversos Estados e procurando orientações básicas sobre a especificidade do ensino religioso e sua complementação com a catequese paroquial. Um destaque maior será dado à questão do currículo específico do ensino religioso.

Projeto 3.15.
Sistemática: Encontro Nacional com os responsáveis estaduais pelo ensino religioso
Circulares preparatórias
Convocação de um grupo de trabalho
Levantamento de dados sobre os conteúdos existentes
Responsável: Linha 3: Catequese, AEC, Grupo de trabalho, Setor Educação
Prazo: 1984, junho, 6 a 10

4. INTERCAMBIO E ESTUDO SOBRE CATEQUESES ESPECIALIZADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Dentro da opção preferencial pelos pobres, há alguns campos ainda bastante esquecidos pela catequese. Um deles é o do deficiente (auditivo, visual, mental etc.). Há pessoas isoladas dedicando-se a buscar caminhos para a catequese especial para estes deficientes. A CNBB dará um grande impulso se canalizar para este tipo de catequese recursos humanos e financeiros para um levantamento da situação e um estudo da problemática com busca de orientações.

PROJETO: 3.16.
Sistemática: Levantamento do que já existe no Brasil sobre o assunto.

Responsável: Linha 3: Catequese, Grupo de trabalho, AEC
Prazo: 1984 – outubro, 17 a 20

5. ESTUDO SOBRE CATEQUESE FAMILIAR

É uma convicção adquirida pela Igreja de que a família é o primeiro lugar e ambiente da educação da fé e de que os pais são os primeiros e principais catequistas. Estamos vendo dia-a-dia a família se desmantelar pela opressão de um sistema econômico falho e, ao mesmo tempo, por um sistema de destruição de valores perenes no ser humano. O processo catequético paroquial e escolar é, em grande parte, truncado por falta de apoio da família. E a catequese renovada, que requer uma catequese permanente, obviamente precisa dar prioridade à catequese de adultos e nessa, à catequese familiar (CR 120, 121-123, 133-134)[15].
PROJETO: 3.17.
Sistemática: Levantamento sobre o assunto.
Responsável: Linha 3: Catequese, Pastoral da Família, Grupo de Trabalho
Prazo: 1984 - 2º semestre

6. PESQUISA NACIONAL SOBRE A SITUAÇÃO DA CATEQUESE NO BRASIL

Em 1974, a pedido da CNBB, o CERIS realizou uma pesquisa nacional sobre catequese. Dez anos depois e após uma firme caminhada que resultou no documento Catequese Renovada, é conveniente realizar uma nova pesquisa com análise e confronto para detectar os passos acontecidos, os entraves e apontar caminhos.

Projeto: 3.18.
Sistemática: Levantamento nacional sobre a situação da catequese
Tabulação
Análise e conclusões
Confronto com a pesquisa realizada em 1974
Responsável: Linha 3: Catequese, CERIS
Prazo: 1984, 1º semestre

PROGRAMA 4: LINHA 4 - DIMENSÃO LITÚRGICA

"É o Espírito que reúne o povo em assembléias para a escuta da Palavra de Deus e para celebrar a Palavra feita carne e alimento, e, em união com o mesmo Cristo, oferecê-lo e oferecer-se como oblação pura, e assim comprometer-se a viver mais intensamente a fraternidade" (Diretrizes Gerais, 85).

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A dimensão litúrgica da vida cristã foi declarada, pelo Concílio Vaticano II, cume e fonte de toda a ação da Igreja (cf. SC, 10)[16]. Assim, o Concílio nos deu uma indicação sobre o lugar e a importância desta dimensão também nas atividades pastorais da Igreja no Brasil, em nível nacional.

Nos quase 20 anos que se passaram desde a publicação da Constituição sobre a sagrada Liturgia, implantou-se, também no Brasil, a liturgia-pós-conciliar. Os livros litúrgicos foram publicados em língua portuguesa. Fizeram-se, igualmente, sobretudo na primeira década depois do Concílio, grandes esforços para a formação litúrgica em todos os níveis.

Deve-se reconhecer, no entanto, que os livros litúrgicos foram apenas traduzidos, não adaptados, e que a formação litúrgica não atingiu todos nem criou um novo espírito. Houve mais uma reforma do que uma renovação profunda. A liturgia da Igreja no Brasil ainda não integrou, como o Concílio Vaticano II o exige, o que há de válido nas tradições e na índole do nosso povo em sua religiosidade comunitária e na oração particular (cf. SC, 40)[17]. Surgiram, igualmente, nas comunidades de base e nas celebrações das comunidades eclesiais em geral, riquezas litúrgicas que deveriam ser

aproveitadas para criar uma liturgia realmente renovada e adequada à Igreja que está assumindo um modo próprio de ser na América Latina e no Brasil.

A renovação da liturgia no Brasil, neste sentido, que está plenamente dentro do objetivo geral da CNBB, particularmente da opção pelos pobres, e de todos os destaques escolhidos, sobretudo das CEBs e dos leigos, é a grande preocupação da Linha 4 para os próximos anos. Estamos também convencidos de que, levando este processo para frente, em diálogo com as outras Conferências Episcopais da América Latina e com a Santa Sé, podemos dar uma contribuição válida para a renovação litúrgica em nosso continente e no mundo.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Realizar levantamento de celebrações significativas das CEBs, reflexão sobre elas e coleção das melhores, para publicações em vista de um enriquecimento da liturgia que deve tornar-se mais popular.

• Completar a tradução da Liturgia das Horas, com o Ofício das Leituras.

• Continuar as traduções dos lecionários.

• Fazer a tradução da parte que falta do Missal Romano, conforme a 2.ª edição típica, que foi publicada, em latim, em 1975.

• Rever a parte elaborada do Documentário Litúrgico para publicação e continuar a elaboração dos anos seguintes.

• Participar de encontros de liturgia: inter-regionais, regionais e internacionais.

• Participar de encontros de religiosidade popular, oração particular e de outros encontros que interessam à linha 4.

• Elaborar subsídios litúrgicos para a Campanha da Fraternidade.

• Assessorar os Regionais e as Dioceses na caminhada litúrgica, no sentido de maior formação e participação, e motivar para que haja equipes regionais e diocesanas de liturgia.

• Assessorar Congressos Eucarísticos.

• Colaborar com a Revista *A Vida em Cristo e na Igreja* e com outras revistas.

• Assessorar a Faculdade de Liturgia e o Curso de Especialização em Liturgia de São Paulo.

• Continuar os contatos com a Santa Sé, o CELAM, Conferências Episcopais e outras instituições.

• Manter o diálogo e a programação de atividades comuns com as outras linhas de pastoral.

PROJETOS

1. NOVO IMPULSO PARA A RENOVAÇÃO LITÚRGICA NO BRASIL

A celebração dos 20 anos da publicação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia é um momento oportuno para suscitar, em todos os níveis e entre as diversas categorias dos responsáveis pela liturgia, uma reflexão profunda sobre os princípios do Vaticano II, com

respeito à liturgia, para chegar a celebrações imbuídas do espírito do Concílio e mais adaptadas à índole do povo do Brasil.

PROJETO: 4.19.
Sistemática: Circular para motivar regionais, dioceses, grupos e agentes responsáveis pela liturgia para estudos e ações neste campo.
Contatos com grupos responsáveis pela liturgia, por ocasião dos encontros previstos, para planejar atividades em regionais e dioceses, em institutos de ensino e casas de formação.
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1983 – setembro
1984 – julho a outubro

2. CRITÉRIOS PARA A ADAPTAÇÃO DA LITURGIA

A reforma litúrgica pós-conciliar, particularmente no Brasil, contentou-se quase exclusivamente com a tradução dos novos livros litúrgicos. Falta a adaptação profunda da liturgia à mentalidade e às tradições do povo conforme *Sacrossanctum Concilium* (37-40)[18].

PROJETO: 4.20.
Sistemática: Solicitação à Santa Sé para a realização do Simpósio sobre adaptações na liturgia, conforme a moção da 21ª Assembléia Geral da CNBB.
Elaboração de critérios para adaptação da liturgia no Brasil por um grupo de peritos.
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1984, 2.º semestre

3. ENCONTROS COM OS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA LITURGIA NO BRASIL

Muitos problemas impedem a liturgia de ser realmente celebração do mistério da redenção e da vida da comunidade. É preciso estudar esta problemática e procurar pistas de ação nos diversos campos em que atuam os vários grupos responsáveis pela liturgia no Brasil atual.

PROJETO: 4.21.
Atividades: Promoção da liturgia em todos os Regionais.
Sistemática: Encontros nacionais dos bispos representantes dos Regionais, em matéria de Liturgia
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1983 – setembro, 22 a 25
1984 – setembro, 28 a 30

PROJETO: 4.22.
Atividades: Reflexão sobre a teologia e práxis da liturgia
Sistemática: Encontro da Equipe de Reflexão: Linha 4 com peritos e estudiosos
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1984, 30 março a 1º de abril

PROJETO: 4.23.
Atividades: Música litúrgica
Sistemática: Encontro nacional de coordenadores e compositores de música litúrgica
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1984 – outubro, 19 a 21

PROJETO: 4.24.
Atividades: Formação litúrgica
Sistemática: Encontros nacionais dos professores de liturgia
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1983, julho, 8 a 11

1984, julho, 2 a 5

PROJETO: 4.25.
Atividades: Folhetos litúrgicos
Sistemática: Encontro nacional dos autores de folhetos litúrgicos
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1984, outubro, 19 a 21

PROJETO: 4.26.
Atividades: Revisão da tradução dos lecionários
Sistemática: Levantamento sobre aceitação de propostas de melhoria dos lecionários. Encontro com tradutores e revisores
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1984, fevereiro, 26 a 28

4. ORIENTAÇÕES LITÚRGICO-PASTORAIS PARA DOMINGOS, SEMANAS E MESES TEMÁTICOS

Pela superposição crescente de temas sobre o mistério central dos domingos como Páscoa semanal, perde-se sempre mais o sentido autêntico do ano litúrgico. Faltam critérios e orientações que ajudem a harmonização entre o mistério celebrado e as grandes preocupações do povo de Deus.

PROJETO: 4.27.
Sistemática: Escolha de equipe de trabalho no encontro dos Bispos, em setembro de 1983
Estudo da situação e elaboração das orientações litúrgico-pastorais
Encontro da Linha 4 com a equipe de trabalho
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1983, setembro, 23 a 25
1984, julho, 2

5. EDIÇÃO POPULAR DA LITURGIA DAS HORAS E COLEÇÃO DE MÚSICAS PARA A MESMA

Uma vez publicada definitivamente a Liturgia das Horas, ela deve ser acessível também às comunidades eclesiais e ao povo simples e deve ser cantável, nas partes que se destinam ao canto.

PROJETO: 4.28.
Atividades: Edição popular da Liturgia das Horas
Sistemática: Constituição de uma equipe de serviço, elaboração e publicação
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1984 – 1° semestre

PROJETO: 4.29.
Atividades: Música para a Liturgia das Horas
Sistemática: Coleta do que já existe e composição de cantos e recitativos do que ainda não existe
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1984, agosto

6. CANCIONEIRO LITÚRGICO NACIONAL

Embora a produção de cânticos religiosos seja abundante, faltam cânticos realmente litúrgicos. Um cancioneiro litúrgico-nacional pode oferecer às comunidades um repertório para as suas celebrações e, aos compositores, modelos para o seu trabalho.

PROJETO: 4.30.

Sistemática: Continuação do levantamento dos melhores cantos litúrgicos em todo o País e seleção dos mesmos, em nível regional
Trabalho de uma equipe nacional de técnicos e litúrgistas para a seleção publicação
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1984, 2º semestre

7. RELIGIOSIDADE POPULAR

Na religiosidade popular existem valores autênticos que não se podem perder. Alguns deles deveriam ser inseridos na liturgia para que esta se torne mais popular.

PROJETO: 4.31
Sistemática: Estudo de um grupo de peritos, a partir dos resultados do seminário de fevereiro de 1981
Encontro de especialistas
Responsável: Linha 4: Liturgia
Prazo: 1984, 31 agosto e 1º de setembro

PROGRAMA 5: LINHA 5 - DIMENSÃO ECUMÊNICA E DIÁLOGO RELIGIOSO

"É o Espírito quem impulsiona, a todo o momento, a Igreja a viver na unidade, corrigindo suas divisões e reconstruindo a totalidade do Corpo de Cristo e abrindo-a para o diálogo religioso" (CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n. 86).

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

1. DIMENSÃO ECUMÊNICA

A vida da Igreja é essencialmente comunitária; comunhão que tem sua fonte na própria vida trinitária; Comunhão que é um insistente apelo do Senhor.

Assim mesmo, na Igreja de Cristo têm acontecido e ainda acontecem freqüentes divisões. Segundo fontes fidedignas, chegamos à escandalosa situação de uns 20.800 grupos de cristãos diversificados entre si por confissão ou estrutura. No Brasil também tem crescido o número de Igrejas e de grupos cristãos opostos e separados.

No entanto, o Espírito do Senhor sempre tem suscitado o Povo de Deus a tomar consciência da unidade em Cristo ainda existente, a superar as divisões e a caminhar para aquela plena comunhão de todos os discípulos que o Senhor deseja e concede à sua Igreja.

É a dimensão ecumênica da vida eclesial. Ela existe desde que apareceram as divisões no cristianismo, mas tem crescido muito na consciência do povo cristão, sobretudo depois do Concílio Vaticano II.

A Igreja Católica, numericamente majoritária no Brasil, ao se evangelizar e fazer crescer sua comunhão com Cristo, faz crescer também a comunhão com os outros cristãos. É sua tarefa primeira e mais urgente. Deve reconhecer que também outras Igrejas e comunidades consideram a evangelização sua tarefa primordial e que desejam dar, e de fato dão, a sua contribuição para a evangelização do povo brasileiro.

Deve-se promover o ecumenismo espiritual, que consiste na conversão do coração e na oração pela unidade, alma de toda a ação ecumênica. Esta oração é obrigatória para os católicos também nas situações em que não podem orar com outros cristãos.

2. DIMENSÃO DO DIÁLOGO RELIGIOSO

Na humanidade existe o que se poderia chamar a unidade "fontal": todas as pessoas são criadas segundo a imagem e semelhança de Deus. Desde o início da criação, o Espírito

de Deus age em todos os seres humanos e espalha na sua vida, nas suas culturas e religiões como que “sementes do Verbo”. Todos foram remidos pelo sangue de Cristo e todos são chamados à plena comunhão de vida em Cristo.

A consciência desta unidade fontal, da dignidade de pessoa humana e da sua liberdade, faz nascer na Igreja a atitude dialogante com todos os grupos humanos, seja com adeptos de religiões não-cristãs, seja com os de concepções de vida fechadas ao Deus transcendente.

Este diálogo é método de evangelização, mas tem também o seu valor intrínseco, em vista especialmente da construção de uma sociedade humana, livre, justa e fraterna. Por esta razão, o diálogo religioso faz parte da dimensão missionária da Igreja e, também, da dimensão ecumênica.

Dentro desta orientação, há necessidade de intensificar o diálogo religioso com os judeus, para conhecer mais profundamente as nossas raízes religiosas e melhorar o nosso relacionamento. Também deve-se procurar o diálogo com grupos de muçulmanos e com adeptos das grandes religiões orientais antigas e novas. Em vista da situação brasileira, há necessidade de buscar, com urgência, o diálogo religioso com as várias formas do espiritismo e com os cultos afro-brasileiros.

Para o diálogo com os não-crentes, a Igreja se preocupa em ajudar a tomar consciência da realidade e da extensão do fenômeno não-crença, com vistas à purificação da fé e da vida dos cristãos, bem como a colaboração na busca da paz, na justiça e na construção de um mundo mais fraterno. Puebla observa que ele é bastante freqüente nos ambientes universitários, em meios juvenis e operários (Puebla, 875-1106)[19].

Também há novos desafios. Surgem novos grupos, organizações e movimentos de índole interconfessional, sem vínculos oficiais e mesmo sem conexão com os organismos ecumênicos aprovados pelas autoridades eclesiásticas. Eles fomentam ideais generosos e idéias criativas diante dos grandes desafios da sociedade em mudança. Para evitar atividades paralelas ou até perigo de novas divisões, é indispensável que as Igrejas e seus organismos ecumênicos busquem o diálogo e a comunicação com tais grupos.

Enfim, o espírito ecumênico e dialogal deve penetrar todas as dimensões e atividades da Igreja. A ação ecumênica, realizada à luz da opção preferencial pelos pobres, deve prestar especial atenção:

– à defesa da dignidade da pessoa humana, mormente dos pobres e marginalizados, através de uma ação comum;
– ao ecumenismo e diálogo religioso que estão acontecendo em meios populares, como CEBs, associações de bairro e outros;
– ao evangelismo em meios pobres, como as várias formas do pentecostalismo, os assim chamados cultos afro-brasileiros e as formas populares do espiritismo e sincretismo.

Com prioridade para o alcance dessas metas, é necessário que os agentes de pastoral da Igreja tenham formação ecumênica. Especial cuidado merecem os cursos de ecumenismo em seminários, em escolas de Teologia e os cursos de formação para agentes de pastoral em geral. Nos cursos de capacitação para setores especializados da pastoral, como saúde, catequese, coordenadores de comunidades, pastoral da família e outros, nunca deve faltar uma iniciação ao ecumenismo. Pois, como diz João Paulo II, a tarefa ecumênica ainda não ocupa o lugar que deve ter em nossa pastoral.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Elaborar um curso básico de ecumenismo para agentes de pastoral.

• Colaborar com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) na publicação de subsídios para a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos.

• Colaborar com a publicação de uma série de es tudos e documentos do CONIC.

• Publicar informações em revistas e boletins.

• Acompanhar as comissões bilaterais existentes.

• Participar das atividades do CONIC e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).

• Participar de assembléias, sínodos e concílios das Igrejas-membros do CONIC.

• Promover intercâmbio de documentação, correspondência e visitas entre as Igrejas.

• Manter contatos com: Conselho Mundial de Igrejas, Sociedade Bíblica, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP) e Visão Mundial.

• Acompanhar a ação ecumênica em nível regional, diocesano e os acontecimentos ecumênicos em nível internacional.

• Contatar organismos ligados à CNBB que tenham experiências ecumênicas, especialmente CIMI, CPT, Centros de Defesa ou Comissões de Direitos Humanos e grupos afro-brasileiros.

• Acompanhar a Comissão Nacional de Diálogo com o judaísmo e os Conselhos de Fraternidade Cristã-Judaica.

•Estudar as possibilidades de um diálogo com os muçulmanos.

• Continuar o contato com grupos espíritas e de religiões orientais antigas e novas.

• Participar das atividades da dimensão missionária referente ao diálogo entre o Evangelho e a cultura afro-brasileira.

• Estudar o fenômeno da não-crença, especialmente em grupos de influência (universitários, sindicais, empresariais e outros).

• Participar das atividades do Secretariado para Não-Crentes e da divulgação dos documentos de suas assembléias e pesquisas.

PROJETOS

1. DIÁLOGO BILATERAL COM A IGREJA ORTODOXA

Como a Igreja ortodoxa tem, no Brasil, sua hierarquia constituída para atendimento de seus fiéis, a Igreja Católica, em suas relações ecumênicas, como sinal de apreço pela grande tradição ortodoxa, deseja um diálogo oficializado e permanente, através da Comissão Bilateral Ortodoxa-Católica.

PROJETO: 5.32.
Sistemática: Grupo misto de trabalho
Responsável: Linha 5: Ecumenismo e Diálogo Religioso
Prazo: 1984 – até novembro

2. DIÁLOGO BILATERAL COM A IGREJA METODISTA

A Igreja metodista já participa das várias iniciativas ecumênicas das Igrejas históricas, tanto no Brasil quanto em nível internacional. Merece especial realce sua ativa participação no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. Com este projeto, busca-se um

diálogo sobre questões específicas do relacionamento com a Igreja Católica em vista de mútua compreensão e colaboração.

PROJETO: 5.33.
Sistemática: Grupo misto de trabalho
Responsável: Linha 5: Ecumenismo e Diálogo Religioso
Prazo: 1984 – até novembro

3. DIÁLOGO COM IGREJAS LIVRES

Em vários lugares há uma crescente atitude de diálogo com as Igrejas livres. A Visão Mundial, órgão missionário dessas Igrejas, vem mantendo contatos freqüentes com a Igreja Católica. Em plano universal, a Santa Sé mantém diálogo ecumênico com os "Evangelicais", através do Comitê de Lausana", e começou diálogo com a Aliança Batista Mundial. Embora subsistam reais dificuldades, temos sólida esperança de constituir um grupo interconfessional de diálogo com essas Igrejas.

PROJETO: 5.34
Sistemática: Grupo misto de trabalho
Responsável: Linha 5: Ecumenismo e Diálogo Religioso
Prazo: 1984 – até novembro

4. ESTUDO E REFLEXÃO SOBRE O FENÔMENO DAS SEITAS

Em 1983, foi realizada uma pesquisa inicial sobre o fenômeno das seitas no Brasil. Esta pesquisa, além de exigir um aperfeiçoamento, requer estudos mais aprofundados, principalmente no que diz respeito às causas do crescimento das seitas e à elaboração de uma adequada resposta Pastoral a esse fenômeno.

PROJETO: 5.35.
Sistemática: Grupo de trabalho
Responsável: Linha 5: Ecumenismo e Diálogo Religioso
Prazo: 1984 – até novembro

5. PREPARAÇÃO DE UM GUIA DE RELACIONAMENTO COM RELIGIÕES NÃO-CRISTÃS

O Brasil conta com um grande número de imigrantes de religiões muçulmana, budista e outras de origem oriental, em relação às quais os católicos não têm maiores conhecimentos nem padrões de relacionamento. Pretende-se elaborar noções e princípios para orientar seu relacionamento com os seguidores das principais religiões não-cristãs do Brasil.

PROJETO: 5.36.
Sistemática: Grupo misto de trabalho
Responsável: Linha 5: Ecumenismo e Diálogo Religioso
Prazo: 1984 – até novembro

6. ESTUDO DE DOCUMENTOS OFICIAIS DE COMISSÕES E ENTIDADES ECUMÊNICAS

Os estudos publicados pelas Comissões Bilaterais no Brasil são pouco divulgados e estudados. A riqueza desses trabalhos está sendo ignorada não somente pelos dirigentes das Igrejas, como também por seus teólogos e pastoralistas. O presente projeto visa superar esta lacuna.

PROJETO: 5.37.
Sistemática: Grupo misto de trabalho
Responsável: Linha 5: Ecumenismo e Diálogo Religioso

Prazo: 1984 – até novembro

PROGRAMA 6: LINHA 6 - DIMENSÃO PROFÉTICA E TRANSFORMADORA

"É o Espírito quem anima a vida do Povo de Deus para que atue no meio da sociedade como fermento, sal e luz, transformando-a pelo testemunho e ação, para que seja mais justa, solidária e fraterna, anunciando dessa forma os valores do Reino definitivo" (CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n. 87).

A Igreja, como Povo de Deus, em seu conjunto – hierarquia, religiosos e leigos; fiéis individualmente ou em grupos, instituições e organizações – está presente na sociedade, influencia e sofre influência, interage, anuncia profeticamente o Reino e denuncia os contravalores à luz da fé, que é dom gratuito de Deus, e segundo a missão recebida de Jesus Cristo. Ela é luz, sal e fermento. E, como tal, ausculta e assume os anseios, aspirações e apelos de todos, principalmente dos pequeninos e dos pobres, e empenha-se numa ação transformadora da situação de injustiça na sociedade ainda não comprometida com a promoção do bem comum.

A dimensão profética e transformadora se operacionaliza através dos setores:

1. Ação social,
2. Educação,
3. Comunicação social.

1. SETOR AÇÃO SOCIAL

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

O objetivo e as diretrizes gerais da CNBB inspiram o programa específico de atividades do Setor Ação Social. Esse programa visa colaborar com todas as demais dimensões de atuação eclesial, para que estejam atentas e sensíveis à transformação sócio-econômica e cultural pela qual passa o povo brasileiro se realize com a participação solidária de todos, objetivando a libertação integral do homem e a construção de uma sociedade justa e fraterna, segundo o Espírito de Jesus.

O Setor Ação Social procurará evitar o paralelismo entre evangelização e promoção humana, entre a Pastoral em geral e as obras sociais em especial da análise da realidade, reflexão e ação serão efetuadas.

Como procedimento metodológico, tratará inicialmente de obter uma compreensão adequada e crítica da realidade de modo a permitir a formação de um julgamento ético sobre a situação e a formulação de linhas de ação. Seguindo esse procedimento, a CNBB tem elaborado, com significativa colaboração do Setor Ação Social, documentos e estudos tais como sobre o solo urbano e rural, a situação econômica, política e social. Essa forma de procedimento tem a vantagem de deixar o discurso genérico e partir para o discernimento das situações e a orientação para ações concretas, à luz da fé. Outro aspecto positivo desse modo de elaborar e propor suas reflexões é que sua palavra passa a interessar amplos setores da população, pouco identificados com outros aspectos da vida da Igreja.

O Setor Ação Social procurará dinamizar e ampliar suas atividades através da criação de espaços para o encontro de pessoas e instituições interessadas em participar num processo de análise e reflexão global e continuada sobre o que se poderia chamar de a sociedade que *queremos*. Além de se tratar de algo importante para a vida da Igreja e do País, isso viria responder a uma necessidade sentida por muitos entre os construtores da sociedade pluralista. Um desafio para o qual aqui se deve encontrar uma resposta é de como manter esse processo articulado com os movimentos populares e de como divulgar os resultados desta reflexão.

Incentivará ainda a formação de pessoas que revelam dons de liderança. Busca-se uma formação mais continuada, mais exigente, tanto em colocar questões teóricas como na atuação prática. Enfim, uma formação que siga um método progressivo e grupal. Grande parte dos líderes de boa formação cristã no campo social foram formados há 20 e mais anos, através da ação católica especializada.

A criação de movimentos de formação cristã para o campo social, de acordo com o meio em que se encontram os jovens, parece uma urgente necessidade apostólica da Igreja no Brasil.

Muitas pessoas e recursos da Igreja se encontram investidos nas "obras sociais" da Igreja, das quais o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) fez um levantamento nacional. É importante continuar explorando esse material com o intuito de introduzir um processo de renovação dessas obras, principalmente mediante uma maior participação de sua clientela e uma viva motivação dos agentes, a partir de Cristo e do seu Evangelho. Nesse campo há muito ainda por fazer, tendo em vista a falta de oportunidade de maior participação do povo, a mentalidade paternalista dos agentes e a desarticulação das obras sociais da Pastoral em geral.

O Setor Ação Social atua através de vários organismos que fazem parte da sua estrutura, mas que têm vida e dinamismo próprios. Maior articulação entre esses organismos é importante. O Setor Ação Social quer ser um espaço onde isso possa acontecer, bem como quer também abrir-se para articulações com outros organismos com objetivos afins. Procurar-se-ão formas para colocar em prática esse objetivo e isso com a criatividade e participação de todos esses organismos que já compõem o Setor Ação Social. Espera-se, com esse esforço, chegar a aperfeiçoar os métodos de trabalho de cada organismo, a promover ações verdadeiramente conjuntas e a elaborar uma espécie de plataforma comum para a ação da Igreja no social.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Analisar a problemática nacional e questões sociais de atualidade e refletir, à luz da fé, sobre os resultados dessa análise.

• Analisar e avaliar a ação da Igreja no campo social, para uma renovação dessa ação.

• Estudar e divulgar o ensino social da Igreja.

• Apoiar iniciativas de ação social da Igreja, em nível regional e diocesano.

• Apoiar grupos e movimentos de ação social, sobretudo de caráter popular e voltados para a defesa dos interesses das classes mais necessitadas.

• Oferecer uma formação social a agentes de pastoral, preferencialmente àqueles que estão a serviço das CEBs.

• Apoiar sistematicamente as pastorais de setores mais marginalizados da população: camponeses, peões, bóias-frias, marítimos e pescadores, mulher marginalizada, doentes, idosos, menores abandonados...

• Prestar assistência jurídica a pessoas enquadradas na Lei de Segurança Nacional, vítimas de violência policial, estrangeiros em situação irregular no país, bem como a casos exemplares de conflitos em áreas urbanas e rurais.

PROJETOS E ATIVIDADES DOS ORGANISMOS

1. MAIOR CONHECIMENTO E ENTROSAMENTO DOS ORGANISMOS ANEXOS QUE COMPÕEM O SETOR AÇÃO SOCIAL

Como os organismos vinculados à CNBB que atuam na área social são componentes do Setor Ação Social e são por ele articulados, surge a necessidade de um melhor conhecimento mútuo e de uma sistemática de atuação de cada um, de uma troca de experiências e de integração de suas atividades.

PROJETO: 6.1.38.
Sistemática: Encontro
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social
Todos os organismos anexos da CNBB que compõem o Setor Ação Social
Prazo: 1983 – 2° semestre
1984 – 2° semestre

2. COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (CJP/BR)

Estudo sobre solo urbano

Além de suas atividades permanentes, a CJP/BR se propõe a promover seminários que colaborem para a concretização dos Objetivos 1 a 3 das atividades permanentes da Ação Social. De modo especial, apresenta o projeto de "Seminário sobre solo urbano", tendo em vista estudar o anteprojeto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) em tramitação no Congresso Nacional e oferecer subsídios para a reflexão sobre o mesmo, na Igreja e na sociedade.

PROJETO: 6.1.39.
Sistemática: Seminário
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CJP/BR
Prazo: 1983 – 2° semestre

3. CÁRITAS BRASILEIRA

3.1. *Animação da ação social em nível regional e diocesano*

Necessidade de redimensionar a ação caritativa da Igreja, sobretudo em nível diocesano, tendo em vista o processo de empobrecimento crescente do povo.

PROJETO: 6.1.40.
Sistemática: Avaliação permanente dos grupos que atuam no campo social
Encontro com grupos diocesanos e regionais que atuam no campo social
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, Caritas Brasileira
Prazo: 1983
1984

3.2. *Formação de agentes de pastoral social*

Necessidade de uma formação mais específica do agente de Caritas, que deve ter uma autêntica mentalidade evangélica, capaz de unir fé e compromisso social e um verdadeiro sentido de caridade que promove e liberta.

PROJETO: 6.1.41.
Sistemática: Divulgação do pensamento social da Igreja
Cursos, seminários e ciclos de estudos
Encontros, estágios e visitas
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, Caritas Brasileira
Prazo: 1983
1984

3.3. *Animação, capacitação e acompanhamento dos agentes das obras sociais*

A partir da pesquisa realizada recentemente pelo CERIS, torna-se necessário repensar, juntamente com as Obras Sociais e os grupos diocesanos, suas práticas, a fim de adequá-las aos desafios propostos pela sociedade de hoje.

PROJETO: 6.1.42.
Sistemática: Divulgação dos resultados da pesquisa
Encontros de reflexão e avaliação
Cursos, seminários e ciclos de estudo
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, Caritas Brasileira
Prazo: 1983
1984

3.4. *Apoio a iniciativas comunitárias nas situações de emergência*

Necessidade de coordenar os esforços das comunidades no atendimento aos irmãos afetados por situações de emergência.

PROJETO: 6.1.43.
Sistemática: Apoio a pequenos projetos de desenvolvimento comunitário
Articulação com organismos internacionais
Encontros de avaliação
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, Caritas Brasileira
Prazo: 1983
1984

3.5. *Atendimento a refugiados políticos em trânsito pelo Brasil*

Além das situações de emergência provocadas pelos fenômenos físico-naturais, a Caritas Brasileira também volta sua atenção para as situações provocadas pelos fenômenos sócio-políticos. Hoje, ainda é alto o número de refugiados políticos em trânsito pelo Brasil. Enquanto aguardam reconhecimento pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e posterior encaminhamento a países de asilo, os refugiados recebem as atenções da Igreja do Brasil.

PROJETO: 6.1.44.
Sistemática: Assistência médica e psicossocial aos refugiados
Contatos com organismos envolvidos no trabalho
Avaliação e acompanhamento
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, Caritas Brasileira
Prazo: 1983
1984

4. CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS (CERIS)

4.1. *Serviço de assessoria em questão de terras da Igreja*

Trata-se de um estudo e busca de soluções para aquelas situações de terras pertencentes, por variados títulos, a dioceses e que ou se acham ocupadas por terceiros e quer-se regularizar a sua posse, ou que, sendo improdutivas e não ocupadas, pretende-se dar-lhes uma função social.

PROJETO: 6.1.45.
Sistemática: Levantamento de situações críticas de terras da Igreja
Busca de soluções alternativas na base de encontros de dioceses e troca de experiências
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CERIS, , CPT, CJP, Dioceses
Prazo: 1983
1984

4.2. *Apoio e assessoria a iniciativas e experiências de trabalho social na área rural e periferia das cidades*

Necessidade de colocar em comunicação, através do deslocamento de pessoas, grupos de base em diferentes estágios de desenvolvimento para melhor domínio e conhecimento das atividades a que se propõem. Oferece ainda aos grupos locais meios de capacitação e formação de seus membros através de encontros, trocas de experiências e estudos com assessoria técnica.

PROJETO: 6.1.46.
Sistemática: Encontros
Visitas de grupos a experiências bem sucedidas
Atividades de formação através de cursos e dias de estudo
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CERIS, Regionais da CNBB, Agentes sociais
Organismos de formação social e grupos locais
Prazo: 1983
1984

4.3. *Estímulo a atividades locais de promoção social através de um diálogo crítico com grupos de base*

A existência de um fundo de apoio a pequenos projetos não significa um simples repasse de dinheiro, mas buscar, através da ajuda financeira, o suscitar de uma vivência de solidariedade e participação de todos no encontro de soluções para problemas comuns.

PROJETO: 6.1.47.
Sistemática: Discussão crítica das atividades
Debate de alternativas de ação
Apoio financeiro pelo fundo de miniprojetos
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CERIS, CNBB, Grupos locais, Agentes Sociais
Prazo: 1983
1984

4.4. *Análise de projetos de trabalho social encaminhados a organizações de ajuda externa, tendo em vista uma integração com as linhas de atuação da Igreja no Brasil*

Necessidade de oferecer, a quem recorre à ajuda externa, uma assessoria tanto técnica, na elaboração de seus projetos, quanto questionadora da solução encontrada e para a qual se pede apoio não local e, portanto, não participativo.

PROJETO: 6.1.48.
Sistemática: Visitas ao local do projeto para contatos e coleta de informações
Pareceres técnicos de viabilidade e consistência
Orientação a grupos interessados no encaminhamento de projetos a entidades de ajuda externa
Assessoria na elaboração e reformulação de projetos na área sócioeconômica
Elaboração de textos de orientação
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CERIS, Grupos locais, Profissionais, liberais técnicos
Organismos de promoção social
Prazo: 1983
1984

4.5. *Realização de pesquisas integradas para grupos locais que buscam conhecer sua problemática para melhor encontrar caminhos de solução*

Trata-se de assessoria de quem, com conhecimentos e práticas de pesquisas e levantamento de dados, propõe-se a oferecer um serviço não acadêmico mas

participativo nessa área de conhecimento da realidade, fazendo da coleta de informações e do seu aproveitamento uma atividade de todos.

PROJETOS: 6.1.49.
Sistemática: Montagem do projeto
Assessoramento e encontros locais
Execução técnica participada
Elaboração de documento
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CERIS, Grupos locais, Assessores, técnicos. Agentes sociais
Prazo: 1983
1984

4.6. *Avaliação de projetos realizados no campo social em nível diocesano*

Obras Sociais, grupos locais e movimentos que atuam na área social, muitas vezes, precisam de uma avaliação do caminho andado, dos objetivos procurados, alcançados ou não, dos meios e recursos colocados à sua disposição. O presente projeto quer oferecer uma oportunidade para semelhante reflexão e repensamento.

PROJETO: 6.1.50.
Sistemática: Montagem participada da avaliação
Execução participada da coleta de dados
Elaboração de relatórios e documentos
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CERIS, Pessoas envolvidas com o projeto
Prazo: 1983
1984

4.7 *Acompanhamento de projetos em curso no campo social em nível diocesano*

Obras Sociais, grupos locais e movimentos que atuam no campo social, muitas vezes, necessitam de um acompanhamento e assessoria na busca de seus objetivos. Este projeto dispõe-se a oferecer uma ajuda com pessoas qualificadas na área técnica e de ciências humanas.

PROJETO: 6.1.51.
Sistemática: Reuniões com os agentes locais
Visitas ao projeto
Coleta de dados
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CERIS, Agentes sociais
Pessoas envolvidas com o projeto
Prazo: 1983
1984

4.8. *Produção de textos de orientação prática que fundamentam o trabalho social de grupos engajados com população marginalizada*

Trata-se da elaboração de textos à base da experiência e conquistas, que grupos de base viveram e realizaram, para serviço de outros que iniciam os mesmos passos.

PROJETO: 6.1.52.
Sistemática: Reuniões e seminários
Produção de documentos
Divulgação
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CERIS, Organismos anexos da CNBB,
Agentes sociais, Grupos locais
Prazo: 1983
1984

4.9. *Assessoria a organizações católicas de ajuda na determinação e inventariação de critérios prioritários de apoio a projetos sociais, em conformidade com as linhas de ação da Igreja no Brasil*

Trata-se de um serviço tantas vezes já procurado pelas organizações de ajuda externa que, distantes dos problemas vividos pelo solicitante, premidos pelo aumento dos pedidos e queda dos recursos disponíveis, precisam de uma escala de prioridade para as suas decisões.

PROJETO: 6.1.53.
Sistemática: Análise de projetos sociais
Encontros
Elaboração de documentos
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, CERIS
Prazo: 1983
1984

5. INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO (IBRADES)

5.1. *Análise e reflexão da realidade brasileira à luz da fé*

Análise da realidade sócio-econômica e política brasileira, tanto do ponto de vista conjuntural quanto estrutural, à luz do ensino social da Igreja, mediante a elaboração e difusão periódica de estudos sobre aspectos concretos dessa realidade.

Estudo e discussão de problemas sócioeconômicos ou sóciopolíticos de atualidade, mediante seminários de especialistas, sobretudo leigos.

Organização de seminários ou fóruns abertos, para grupos específicos de leigos com poder decisório, a fim de estudar e debater problemas atuais e suas implicações éticas.

PROJETO: 6.1.54.
Sistemática: Seminários (4) para especialistas, lideranças religiosas e leigas
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, IBRADES, Organismos anexos da CNBB, Assessores,
Pesquisadores externos
Prazo: 1983
1984

5.2. *Reflexão e estudo interdisciplinar sobre os valores humanos em jogo na sociedade brasileira contemporânea*

Reflexão e estudo interdisciplinar sobre os valores humanos (ético-sociais) em jogo, na sociedade brasileira contemporânea, em particular em relação à família, e difusão dos resultados dessa reflexão e estudo.

PROJETO: 6.1.55.
Sistemática: Pesquisa sobre os valores da família brasileira
Seminários para especialistas
Grupos interdisciplinares de reflexão
Difusão dos resultados
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, IBRADES, Organismos anexos da CNBB, Instituições acadêmicas e de pesquisa, Assessores, Pesquisadores externos
Prazo: 1983 – 2º semestre
1984

5.3. *Formação de agentes de pastoral social*

Formação social de agentes de pastoral, sobretudo daqueles que estão a serviço das CEBs, mediante um curso anual de quatro meses no Rio, e cursos breves (de três a cinco dias), nas diversas regiões do País.

PROJETO: 6.1.56.
Sistemática: Curso de quatro meses no Rio de Janeiro
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, IBRADES, Assessores, Professores externos
Organismos anexos da CNBB
Prazo: 1984 – 1º semestre

5.4. *Formação de agentes de pastoral social e lideranças leigas*

Formação social de liderança de grupos ou movimentos populares, de movimentos e organizações de jovens, de movimentos de trabalhadores e, também, de outras classes (na perspectiva da opção preferencial pelos pobres), mediante seminários e cursos breves, no Rio e em outros Estados.

PROJETO: 6.1.57.
Sistemática: Seminários (8) de três a cinco dias em diversas regiões do País
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, IBRADES Regionais da CNBB, MEB
Dioceses, Grupos locais, Assessores, Professores, externos.
Prazo: 1983
1984

5.5. *Assessorias e acompanhamentos*

Assessoria e acompanhamento de grupos, movimentos ou organismos especializados (Associação Comercial, Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE), Movimentos de Educação Popular, Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)), mediante palestras, participação em encontros, entre outros.

PROJETO: 6.1.58
Sistemática: Contatos e diálogos freqüentes
Palestras e seminários
Assessoria técnica
Encontros (3 ou 4 por ano)
Centro de Informação e Documentação
Responsável: Linha 6: Setor Ação Social, IBRADES, Organismos da CNBB,
Grupos locais, Assessores externos
Prazo: 1983
1984

Nota: Relacionam-se abaixo os projetos cuja responsabilidade de execução cabe à Linha 6-Setor Ação Social e que se encontram indicados no Programa 7 – Situações Pastorais":

7.4.72 – Pesquisa sobre a família no Brasil.

7.5.74 – Apoio ao trabalho da Igreja realizado no campo da saúde.

7.9.79 – Seminário Nacional sobre a pastoral da mulher marginalizada.

7.10.80 – Apoio e busca de perspectivas para a pastoral carcerária.

7.13.84 – Acompanhamento de grupos étnicos minoritários e dos migrantes mais recentes.

7.13.85 – Animação dos serviços existentes aos migrantes internos.

7.13.86 – Reunião dos migrantes e debates de seus problemas.

7.13.86 – Conhecimento das novas frentes de migração.

2. SETOR EDUCAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

Toda ação evangelizadora, enquanto converte a consciência pessoal e coletiva das pessoas, sua atividade, seu meio concreto (cf. EN, 18)[20], é educativa. A educação eclesial, no entanto, se concretiza, particularmente, seja na educação da fé, promovida de maneira sistemática na catequese, seja em outras formas de educação, que visam colaborar nas tarefas da promoção humana e cultural e são assumidas pela Igreja como servidora dos homens. Todos os cristãos são chamados a empregar seus esforços na tarefa de criar a nova educação (cf. Medellín, 4, I,)[21] exigida para a formação do homem novo, em vista da nova sociedade (cf. Puebla 1308)[22].

É nesta segunda forma de educação que se situa o Setor Educação. A ele cabe incentivar, assessorar e dinamizar a Pastoral da Educação, tendo presente posições que decorrem das Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, da natureza da educação e dos apelos da realidade. Isto supõe a criação e/ou dinamização de Organismos Regionais e Diocesanos de Coordenação da Pastoral da Educação. Esta tem um campo de abrangência muito grande. Considera tanto a educação escolar em todos os seus níveis e tipos de instituições, como a educação popular e a educação permanente, no que diz respeito tanto ao processo educativo como aos educadores.

Em estreita relação com os demais setores da CNBB, a Pastoral Educativa tentará criar condições para que, nas diversas situações e instituições de educação, se concretizem todas as dimensões da vida eclesial. Neste sentido, deverão receber especial atenção, no presente biênio, os destaques assumidos nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral e, mais especificamente: o acompanhamento da pastoral do educador leigo, o apoio à formação de assessores de pastoral de juventude, o desenvolvimento de uma pastoral vocacional nas instituições escolares, a reflexão sobre a dimensão pedagógico-educativa das CEBs, dos movimentos populares e associativos, a irradiação da pastoral das escolas para a pastoral da família, a inclusão da dimensão do trabalho no próprio processo educativo-escolar.

A pastoral da educação contribui para que o processo educativo, visando à promoção das pessoas - a pessoa toda e todas as pessoas -, seja, ao mesmo tempo, expressão de um compromisso real com a formação de “homens novos”, evangelicamente críticos e criativos, com espírito fraterno e compromisso social, capazes de encontrar alternativas para uma nova sociedade (cf. Puebla 1308)[23].

A atuação do Setor visa incentivar e favorecer uma educação libertadora-evangelizadora em todas as situações. Para isto, é necessário que a educação se realize a partir da análise - iluminada pela fé - do próprio fenômeno educativo, dentro do contexto sócio-político-econômico em que ele se processa, e não a partir de uma visão idealista da educação que compromete muito pouco. É preciso ter presente o engodo que representa uma preocupação puramente técnico-pedagógica, desvinculada da dimensão sócio-política da educação.

A educação libertadora-evangelizadora desafia, a partir da realidade social e das exigências da fé, os conteúdos, as metodologias, as relações educativas, o educador e as instituições, exigindo a revisão de práticas educativas que, muitas vezes, favorecem as desigualdades sociais, a eliminação dos mais pobres, reforçando o individualismo, a competição, enfim, o próprio sistema injusto que se denuncia verbalmente.

A opção pelos pobres, ao mesmo tempo em que impulsiona para que se canalizem, de preferência, recursos e esforços na educação das classes populares, constitui a pedagogia evangélico-libertadora para todos os setores da sociedade. É a partir da causa

dos pobres e de seu projeto histórico que deve ser constantemente repensado o processo educativo, tanto na educação formal como na educação não-formal.

A própria maneira de encaminhar e realizar a ação na Pastoral Educativa deve ser um constante questionamento crítico e construtivo" do sistema educacional vigente (cf. Puebla 440)[24].

"Ser educador hoje constitui um verdadeiro desafio. Exige contínua disponibilidade e abertura às novas situações. Além do mais, quem se propõe a tarefa de educar deve educar-se, também, continuamente a si mesmo" (Mensagem do Santo Padre aos participantes do XI Congresso da AEC, 1983)[25]. Nesta perspectiva, impõe-se a criação de condições para a formação permanente do educador e a valorização dos movimentos e grupos de leigos educadores.

ATIVIDADES PERMANENTES

Em ligação com a Associação de Educação Católica no Brasil (AEC/Br], com o Movimento de Educação de Base (MEB), com a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC) e outras entidades de Igreja que atuem na educação, visando dinamizar a Pastoral da Educação no enfoque do Objetivo Geral de Ação Pastoral da Igreja no Brasil, o Setor Educação propõe-se, para o biênio 83-84, as seguintes atividades:

• Estimular a aplicação no campo da educação das Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.

• Incentivar e assessorar a criação e/ou fortaleci mento de organismos de coordenação da Pastoral da Educação nos Secretariados Regionais da CNBB e favorecer intercâmbios entre os Regionais.

• Estimular e acompanhar a pastoral do leigo educador e, em especial, a organização dos educadores leigos em nível diocesano, regional e nacional.

• Aprofundar a prática da educação na e para a justiça, através do estímulo e assessoria para a revisão e reformulação dos currículos das escolas.

• Estimular as instituições católicas para que prossigam na reflexão e na realização de ações concretas visando concretizar a opção pelos pobres na educação.

• Apoiar a inclusão da dimensão do trabalho - nas perspectivas da Laborem Exercens - no processo educativo das escolas.

• Assessorar e dinamizar as campanhas da CNBB, em especial as Campanhas da Fraternidade e promoções vocacionais e missionárias nas escolas.

• Promover iniciativas em vista da Pastoral da Universidade.

• Incentivar e apoiar as iniciativas no campo da Educação Popular.

• Refletir sobre o posicionamento a ser assumido diante do movimento nacional pela escola pública e gratuita.

• Entrosar-se com a CRB, sobretudo em aspectos relacionados com a educação.

• Promover atividades conjuntas com outros setores e dimensões de CNBB, em especial Comunicação Social, Leigos, Catequese, Juventude e Família.

• Contatar e colaborar com organismos de educação em nível nacional e internacional, particularmente com a Sagrada Congregação para as Escolas Católicas e com o Departamento de Educação Católica do CELAM (DEC - CELAM).

• Participar de encontros que interessam diretamente ao Setor.

PROJETOS

1. ACOMPANHAMENTO DO DESDOBRAMENTO DO XI CONGRESSO NACIONAL DA AEC: DESAFIOS E PROSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA

O XI Congresso Nacional da AEC, mobilizando escolas e educadores de todos os Estados e Territórios do País, representou um momento forte na caminhada da educação católica. Provocou um processo de reflexão-ação, em vista das exigências que a opção pelos pobres faz à prática educativa, às instituições e aos educadores, tanto na educação for mal como na educação não-formal. Esse processo requer intensivo acompanhamento para que se possa imprimir um novo rumo à educação.

PROJETO: 6.2.59.
SISTEMÁTICA: Elaboração de novos subsídios e roteiros de estudos
Publicação das palestras e estudos do Congresso
Assessoria a Encontros Regionais e interdiocesanos
Encontro Nacional de Representantes de todos os Estados e Territórios
RESPONSÁVEL: AEC
Linha 6:
Setor Educação
PRAZO: 1983, 2° semestre
1983-84
1984, abril

2. REFLEXÃO SOBRE A PASTORAL DA EDUCAÇÃO

A pouca compreensão da abrangência e da importância da Pastoral da Educação, no quadro da Pastoral Orgânica, tanto por parte dos educadores como dos demais agentes de pastoral, justifica a necessidade de uma reflexão sobre a Pastoral de Educação e da divulgação dos resultados desta reflexão.

PROJETO: 6.2.60.
SISTEMÁTICA: Grupos inter-regionais de estudo; Seminário nacional
Elaboração e divulgação de um documento sobre Pastoral de Educação
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Educação; AEC; ABESC; MEB; GRE-CRB
PRAZO: 1984, 1° semestre
28 setembro a 1º de outubro
dezembro

3. ESTUDO DAS DIRETRIZES E DAS LINHAS DE AÇÃO DO MEB E DE SUA PRÁTICA EDUCATIVA

Após 22 anos de atuação na educação de base e em vista das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, é vantajoso um estudo avaliativo da caminhada do MEB.

PROJETO: 6.2.61.
SISTEMÁTICA: Encontro Nacional de Presidentes locais, Representantes dos Conselhos Regionais, Equipe Nacional e assessores especialmente convidados
RESPONSÁVEL: MEB
Linha 6: Setor Educação
PRAZO: 1984, agosto, 21 a 24

4. IGREJA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

O movimento nacional em prol da escola pública, laica e gratuita para todos, a exigência de democratização da escola católica e as condições de sua sobrevivência requerem uma

reflexão que possa fundamentar posições coerentes com os princípios da Igreja sobre educação e com as Diretrizes da Ação Pastoral.

PROJETO: 6.2.62.
SISTEMÁTICA: Análise crítica das principais tendências em relação à democratização do ensino; Reflexão sobre a posição da Igreja; Elaboração e divulgação de um subsídio
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Educação; AEC; ABESC
PRAZO: 1983, dezembro
1984, julho

5. IDENTIDADE E CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA SUPERIOR CATÓLICA

Em encontro da diretoria da ABESC com a presidência e o Setor Educação da CNBB, percebeu-se a conveniência de uma reflexão conjunta sobre a identidade e as características das instituições superiores católicas, em face das Diretrizes da Ação da Igreja no Brasil.

PROJETO: 6.2.63.
SISTEMÁTICA: Análise das publicações dos organismos da Igreja, em especial da CNBB e ABESC, sobre a identidade e características da escola superior católica
Formação de grupos de trabalho nos regionais da ABESC para aprofundar o tema
Seminário nacional; Elaboração de subsídios
RESPONSÁVEL: ABESC; Linha 6: Setor Educação
PRAZO: 1984, 1° semestre

3. SETOR COMUNICAÇÃO SOCIAL

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

Como forma de realizar a dimensão profética e transformadora, o Setor de Comunicação Social está no Plano Pastoral para servir a todos os setores da ação da Igreja, quer no seu interior, quer no seu relacionamento com o mundo. Pois "a comunicação é ato criador de cultura, concebida como expressão dos valores essenciais e identificadores do povo, os quais deverão ser base e centro de sua realização em busca também de uma Nova Ordem" (Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação -NOMIC, Brasil, 1982)[26].

No esforço de contribuir para a realização do Objetivo Geral da Igreja no Brasil, o Setor Comunicação Social procura fazer com que, tanto os comunicadores como os usuários, tenham consciência da realidade e da sua responsabilidade diante da mesma. Dessa maneira, intenta provocar transformações, visando à libertação integral do homem e da sociedade.

Porém, isto só será possível através de uma Pastoral da Comunicação, que se realiza em três momentos:

– através dos meios de comunicação, buscando expressar-se com a linguagem do veículo, da área e do receptor, sendo voz dos que não têm voz e abrindo espaço aos que não a têm;

– nos meios de comunicação, levando a Igreja a ser uma presença evangelizadora entre os profissionais, procurando conseguir "uma ordem mais humana e mais justa na Comunicação" (NOMIC, 1982)[27];

– "diante" dos meios de comunicação, promovendo a formação do povo para que tenha uma atitude crítica diante do impacto das mensagens ideológicas, culturais e publicitárias. Neste sentido, é de importância continuar apoiando e assessorando grupos especializados que atuam junto a escolas, oferecendo elementos que facilitem o trabalho de formação da consciência crítica dos alunos.

Puebla nos diz que a “evangelização não pode prescindir, hoje em dia, dos meios de comunicação social” (1064)[28]. São inúmeros os espaços de que a Igreja dispõe nesses meios. Uma Pastoral adequada capacitará seus agentes a usar esses espaços com a técnica e a linguagem próprias de cada veículo.

A comunicação leva a liturgia a ser momento privilegiado da comunhão e participação para uma libertação integral. É importante que a missa e outras celebrações de rádio e TV sejam momentos fortes, geradores dessa comunhão participativa.

A comunicação grupal e popular já é bastante vivida pela Igreja no Brasil. Importa tomar consciência do seu valor e da necessidade de integrá-la no conjunto da Pastoral da Comunicação.

Um passo importante a ser dado é, sem dúvida, a constituição e dinamização de Equipes Regionais de Comunicação, marcando ai presença de Igreja nos meios de comunicação locais. Para que esta presença seja adequada, os agentes de Pastoral precisam conhecer a importância do uso dos meios de comunicação na evangelização hoje e convencer-se da necessidade de se capacitarem para transmitir a mensagem dentro da linguagem própria de cada instrumento.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Fomentar a constituição ou animação e integração dos Setores Regionais de Comunicação.

• Estudar meios para a retomada e divulgação da Instrução Pastoral Communio et Progressio e dos recentes documentos sobre comunicação, da Igreja do Brasil e da América Latina.

• Promover e assessorar a formação de comunicadores, em todos os níveis.

• Realizar reuniões sistemáticas da Equipe de Reflexão e motivar os Regionais para que também constituam suas equipes, em nível regional, na área da comunicação.

• Marcar a presença da Assessoria de Comunicação na realização dos projetos das Dimensões e Destaques da CNBB neste biênio.

• Incentivar o lançamento dos Documentos da CNBB nos meios de comunicação social e nas livrarias católicas.

• Manter correspondência ativa com os Regionais e as instituições de comunicação, como União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), Associação de Emissoras Católicas de Rádio e Televisão (UNDA), Organização Católica Internacional de Cinema (OCIC), União Católica Latino-americana de Imprensa (UCLAP) e com o Departamento de Comunicação Social do CELAM (DECOS), e outras afins, no Brasil e no exterior.

• Estimular a execução das Diretrizes sobre Liturgia de Rádio e Televisão.

• Preparar subsídios para os Dias Mundiais da Comunicação e da Paz, bem como para as Campanhas da Fraternidade, das Vocações, da Bíblia e das Missões.

• Incentivar os MCS para a divulgação sobre momentos fortes da atuação pastoral da Igreja no Brasil, como CF, Catequese, Vocações e outros.

• Estimular a divulgação, em linguagem popular, dos documentos da Igreja, em boletins, revistas, jornais, programas de rádio e de Televisão.

• Incentivar organismos católicos especializados para produzir subsídios de orientação crítica sobre filmes, novelas e outras produções.

• Apoiar e incentivar a formação da consciência crítica diante dos meios de comunicação, através de cursos, elaboração de subsídios e iniciativas concretas de ação.

• Conferir o prêmio anual "Margarida de Prata" ao melhor filme brasileiro do ano. Encaminhar o estudo da viabilidade de outorgar prêmios semelhantes nas demais áreas da comunicação (teatro, rádio, televisão, imprensa, literatura).

• Promover a pesquisa e o desenvolvimento da comunicação alternativa dentro da Igreja.

• Apoiar instituições, pessoas, projetos e atividades existentes na área da comunicação, dentro e fora da Igreja, buscando integrá-los na ação.

• Participar de encontros regionais, nacionais e inter nacionais, promovidos por entidades afins e que tenham relacionamento com o Setor.

PROJETOS

1. ANIMAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SETORES REGIONAIS DE COMUNICAÇÃO

A realidade nos mostra que a Igreja não utiliza suficientemente os espaços concedidos nos MCS. Existe uma necessidade urgente de constituir as Equipes Regionais de Comunicação para que elas possam promover uma presença adequada de Igreja nesses meios.

PROJETO: 6.3.64
SISTEMÁTICA: Encontro Nacional dos responsáveis regionais de comunicação
Preparação com envio de circulares e questionário
RESPONSÁVEL: Linha 6:
Setor Comunicação Social
PRAZO: 1984, maio, 22 a 25

2. PREPARAÇÃO DE PROFESSORES DE COMUNICAÇÃO PARA SEMINÁRIOS

Os documentos pontifícios insistem em que haja a formação dos futuros presbíteros na área da comunicação. Para isso, é preciso integrar a comunicação nos programas de formação Pastoral (Puebla, 1085)[29].

PROJETO: 6.3.65.
SISTEMÁTICA: Levantamento dos cursos de Comunicação que já se realizaram nos seminários
Reunião com grupo de peritos para montar o currículo da matéria nos seminários
Oferta de cursos para professores de Comunicação nos seminários e institutos religiosos
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Comunicação Social, Equipe de Reflexão, Membros da OSIB
PRAZO: 1983, 2° semestre, junho, 5 e 6
1984, 2°semestre

3. APROFUNDAMENTO SOBRE LITURGIA DE RÁDIO E TV

É necessário aprimorar urgentemente os programas religiosos, especialmente a missa de rádio e TV, tornando-os evangelizadores e "profissionais". Constata-se uma necessidade muito grande de oferecer às equipes de celebrações litúrgicas treinamento e subsídios para que possam conseguir uma comunicação viva com a assembléia eletrônica.

PROJETO: 6.3.66.
SISTEMÁTICA: Preparação do encontro com circulares e motivações

Questionários e pesquisas
Realização do encontro
Avaliação e cobrança de tarefas
RESPONSÁVEL: Linha 6:
Setor Comunicação Social
PRAZO: 1984: Julho - 19 a 22

4. CAPACITAÇÃO DE PRODUTORES DE MATERIAL AUDIOVISUAL

Diante da massificação e do nivelamento produzidos pelos grandes meios de comunicação, especialmente a TV, torna-se urgência ineludível a capacitação de elementos que elaborem material de trabalho para facilitar a formação da consciência crítica de grupos populares e comunidades de base, dentro das normas de uma comunicação libertadora.

PROJETO: 6.3.67.
SISTEMÁTICA: Preparação do programa, juntamente com os Meios de Comunicação Grupais (MCG); Seleção dos participantes de acordo com o objetivo específico; Motivação, envio de circulares; Realização de encontro
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Comunicação Social, MCG
PRAZO:1984, fevereiro, 20 a 28

5. IGREJA E "NOVA ORDEM" NOS MEIOS IMPRESSOS

A necessidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) vem despertando a atenção e o interesse de organizações nacionais e internacionais. A Igreja não pode ficar à margem de assunto tão importante: torna-se urgente uma reflexão conjunta de diretores de publicações impressas para uma tomada de posição coerente nesta área.

PROJETO: 6.3.68.
SISTEMÁTICA: Levantamento dos principais jornais, boletins e revistas católicas
Elaboração e envio de material para preparação prévia
Realização do encontro nacional
Divulgação das conclusões em todos os meios de comunicação
RESPONSÁVEL: Linha 6:
Setor Comunicação Social, UCLAP
PRAZO: 1984, 2° semestre

PROGRAMA 7: SITUAÇÕES PASTORAIS

"O Objetivo Geral é, em nível nacional, o elemento de articulação de toda Pastoral. As seis linhas correspondem às grandes dimensões da vida eclesial. Dimensões que são elementos constitutivos da ação Pastoral da Igreja, fundamentados na própria vida cristã pessoal e comunitária. São expressões qualificadas dessa vida cristã, e pertencem necessariamente à atuação visível do Espírito Santo na Igreja.

As dimensões ou linhas da Ação Pastoral devem concretizar-se em todas as realidades ou situações humanas" (CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n. 79, 81 e 103)[30].

A ação Pastoral consiste em desenvolver as dimensões da vida eclesial em diferentes situações, à luz do Objetivo Geral. A diversidade das situações exige formas particulares de ação, dando origem às pastorais específicas. Embora cada uma delas possa dar mais ênfase a esta ou àquela dimensão, de acordo com sua natureza ou com as necessidades, só será completa se integrar todas as dimensões (cf. DGAP)[31]. Em cada Pastoral específica encontram-se, assim combinadas, as dimensões da vida eclesial e uma situação especial.

O Programa 7 é o resultado de um esforço, em nível nacional, de atender a algumas situações concretas em que vive o povo. Poderá, também, ser instrumento que inspire e motive ação análoga nos planos regionais e diocesanos. A seleção de situações humanas a serem contempladas num plano depende da realidade de cada lugar.

Em nível nacional, como alvo de uma ação planejada pelos Organismos Nacionais da CNBB, foram escolhidas algumas situações humanas, levando-se em conta:

• as situações consideradas como destaque na 21ª Assembléia Geral da CNBB;

• as que merecem uma atenção especial por sua ligação direta com a opção pelos pobres;

• algumas que, por estarem presentes em grande número de planos regionais e/ou diocesanos, necessitam de um serviço de intercâmbio, em nível nacional;

• outras que, dada sua gravidade no momento atual, exigem uma reflexão, um posicionamento mais amplo, uma promoção em nível nacional.

Por outro lado, consideram-se também as possibilidades concretas de serviço dos atuais Organismos Nacionais.

Assim, para o programa do biênio 1983-84, desenvolver-se-ão algumas atividades em relação à:

1. Pastoral Urbana
2. Pastoral Rural
3. Pastoral da Juventude
4. Pastoral da Família
5. Pastoral da Saúde
6. Pastoral Operária
7. Pastoral dos Pescadores e Marítimos
8. Pastoral do Menor Carente
9. Pastoral da Mulher Marginalizada
10. Pastoral Carcerária
11. Pastoral dos Desempregados
12. Pastoral dos Grupos Étnico-culturais
13. Pastoral dos Migrantes
14. Pastoral dos Santuários e Romarias.

7.1. PASTORAL URBANA

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

O fenômeno da urbanização descontrolada prossegue no Brasil, colocando, entre outros, o desafio de uma pastoral específica para as grandes e médias cidades. Várias iniciativas, locais e regionais, têm surgido entre nós, a partir do esforço de várias Igrejas particulares. Em nível nacional têm sido realizados encontros e reflexões, além do documento da XX Assembléia Geral da CNBB de 1982, Solo urbano e ação Pastoral.

Diversamente de outras situações pastorais mais particulares, a Pastoral Urbana busca a compreensão e a ação pastoral numa situação global, a cidade, a vida urbana como um todo, desafiando a capacidade evangelizadora da Igreja local e postulando estruturas e organicidade condizentes com essa situação. Um dos aspectos importantes dessa problemática é a viabilidade das CEBs nas zonas centrais e residenciais (não-periféricas) das grandes cidades.

É preciso prosseguir na investigação e na troca de experiências dentro do campo vasto e novo da Pastoral Urbana para garantir os passos dados e avançar mais.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Pesquisar, estudar e atualizar o material publicado no Brasil e pelo CELAM sobre Pastoral Urbana.

• Acompanhar as experiências locais mais significativas.

• Apoiar encontros e reuniões regionais sobre o tema.

• Definir encontros e cursos sobre Pastoral Urbana, a serem realizados no biênio seguinte, a partir do trabalho de acompanhamento.

7.2. PASTORAL RURAL

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A situação rural exige uma atenção particular da Igreja no Brasil. São inúmeros e complexos os problemas existentes no campo: o homem e seu trabalho, o abandono do agricultor, a posse da terra, a política agrícola, as migrações, o fenômeno dos bóias-frias e trabalhadores temporários, a penetração dos grandes grupos econômicos, a fronteira agrícola, a colonização, o predomínio das culturas de exportação...

Tais problemas atingem a missão da Igreja na medida em que ferem a dignidade do homem do campo, especialmente o pequeno, desestabilizando-o através de inúmeras formas de injustiça e opressão. A Igreja de Deus que atua no campo não pode omitir-se diante disso. O documento *Igreja e problemas da terra*, lançado pelo episcopado brasileiro na Assembléia Geral de 1980, espelha essa preocupação em favor da justiça da proteção dos lavradores e da busca do verdadeiro desenvolvimento que beneficie tanto o homem do campo quanto o da cidade.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Apoiar as legítimas aspirações dos lavradores e suas organizações para a defesa de seus direitos.

• Promover o intercâmbio de experiências e maior unidade de ação das iniciativas pastorais existentes no campo.

• Acompanhar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em sua luta junto com os homens do campo à busca da solução de seus múltiplos problemas, através de permanente contato e diálogo, bem como da presença nos eventos de maior importância por ela promovidos.

7.3. PASTORAL DA JUVENTUDE

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

O jovem tornou-se opção preferencial para a pastoral latino-americana e brasileira, não apenas como um grupo de certa idade cronológica e como uma atitude diante da vida, mas também por constituir maioria da população pobre. A juventude é, assim, um duplo desafio para a Igreja: por ser uma idade que se caracteriza pela busca e, assim, estar em processo de formação da personalidade, e por ser um enorme contingente que pertence aos marginalizados e manipulados da sociedade.

Levando-se em conta o que caracteriza a juventude (cf. Puebla, 1168)[32] e tudo o que são suas aspirações, a grande responsabilidade do setor é "desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral da juventude que leve em conta a realidade social dos jovens; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e com os homens; oriente a opção vocacional dos jovens; ofereça-lhes elementos

para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade" (Puebla, 1187)[33].

Os jovens devem ser, pois, agentes de evangelização dos seus ambientes e do seu meio social. A Igreja convida-os a se comprometer numa ação que não exclua ninguém, mas que tenha predileção pelos mais pobres (Puebla, 1188)[34].

A Pastoral da Juventude deve, enfim, ajudar os jovens, principalmente das bases populares, a tomar consciência de sua marginalização e manipulação pelas estruturas sociais desagregadoras, tendo presente o apelo de João Paulo II para que não se deixem instrumentalizar", mas cresçam no seu compromisso corajoso com a fé.

A Pastoral da Juventude deve tornar-se um verdadeiro processo de educação na fé que leva à própria conversão e um compromisso evangelizador (Puebla, 1192)[35]. Neste processo, são de especial importância as experiências que procuram levar em conta os meios específicos e os meios sociais em que vivem os jovens (camponeses, operários, estudantes e universitários), que revelam uma opção preferencial pelas bases populares e anunciam o Cristo libertador e uma libertação integral.

Impõe-se, no trabalho com os jovens, integrar todos na pastoral de conjunto, fazendo com que se insiram nas coordenações paroquiais, diocesanas, regionais e nacionais e tenham projeções para uma integração latino-americana (Puebla, 1189)[36]. Deve vigorar aí, especialmente com relação aos movimentos, necessárias e construtivas revisões, apesar do respeito que deve existir aos diversos carismas e ao sadio pluralismo.

ATIVIDADES PERMANENTES

A Pastoral da Juventude propõe-se para o biênio 1983-84, como atividades permanentes:

• Colaborar no surgimento e fortalecimento de Coordenações regionais de jovens, assumidas pelos jovens e com assessoria de adultos.

• Apoiar os Regionais, especialmente com fornecimento de subsídios e produções, bem como de um constante serviço de informação.

• Realizar visitas aos Regionais, visando o conhecimento e o acompanhamento de novas problemáticas e um bom entendimento da hierarquia com as coordenações da Pastoral da Juventude.

• Colaborar para que se realizem cursos, seminários e encontros, que auxiliem na formação de assessores de jovens, respondendo às exigências da Pastoral da Juventude, bem como apoiar instituições já existentes, para que tenham condições de trabalho e estejam abertas às exigências da Pastoral de Conjunto.

• Apoiar e fortalecer as articulações dos jovens dos diversos meios sociais articulados, ou em vias de organização, especialmente universitários e jovens do meio popular.

• Colaborar no surgimento de uma articulação que respeite e fortifique a caminhada da Igreja e responda às exigências dos jovens estudantes e dos jovens do meio rural.

• Fortificar os encontros inter-regionais, procurando encaminhar por eles as articulações das Coordenações já existentes.

• Manter relacionamento com o Setor Juventude do CELAM, bem como com o de outras conferências episcopais, participando de possíveis encontros internacionais.

PROJETOS

A Pastoral da Juventude propõe-se a realizar vários projetos que parecem responder à conjuntura do momento.

1. ENCONTRO NACIONAL

Uma forma concreta de celebrar toda esta caminhada será a solenização mais ampla e difundida possível do Ano da Juventude, em 1985. Esta realização, porém, exige um preparo pedagógico. Não se quer somente que aconteçam realizações nesta linha, mas que estas realizações aconteçam dentro de um processo que leve a juventude a se organizar mais e melhor, na dimensão da fé.

PROJETO: 7.3.69.
SISTEMÁTICA: Encontro nacional com os assessores regionais e com um jovem de cada coordenação regional
RESPONSÁVEL: Pastoral da Juventude
PRAZO: 1983: Novembro 25 a 30

2. CAPACITAÇÃO DE ASSESSORES

É urgente a tarefa de capacitar assessores que saibam acompanhar uma Pastoral de Juventude, cada vez mais conseqüente e transformadora. Constatamos que há um número insignificante de agentes de pastoral que se dedica a um trabalho de Pastoral de Juventude e que tenha uma capacitação metodológica para esse trabalho.

PROJETO: 7.3.70.
SISTEMÁTICA: Curso em nível nacional para assessores, encaminhados pelos Regionais
RESPONSÁVEL: Pastoral da Juventude
PRAZO: 1984, fevereiro e março

3. DIRETRIZES PARA A PASTORAL DA JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA

É importante a inserção da juventude brasileira no contexto e na caminhada da Igreja da América Latina.

PROJETO: 7.3.71.
SISTEMÁTICA: Encontro latino-americano em Bogotá, com a participação de três delegados do Brasil
Preparação, pelos três delegados, de um documento para o mesmo encontro
RESPONSÁVEL: Pastoral da Juventude, CELAM
PRAZO: 1983, novembro, 17 a 20

7.4. PASTORAL DA FAMÍLIA

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

O grande objetivo da Pastoral da Família é promover a família cristã para que ela possa viver e crescer na fé e contribuir para a criação de uma sociedade nova, onde sejam realidades concretas a justiça e a fraternidade, sinais da presença do Senhor ressuscitado.

Para atingir tal objetivo, a Pastoral da Família deve buscar novas formas de apoio às famílias, para que elas enfrentem e superem todos os desafios e obstáculos que se opõem à realização plena de sua missão.

A ação Pastoral de promoção da família deve estender-se desde a preocupação com a preparação próxima e remota para o matrimônio até o acompanhamento da vida familiar em todas as suas dimensões.

O trabalho Pastoral com as famílias deve, portanto, desenvolver-se quer no campo dos problemas ético-religiosos que os atingem, como também na área das questões sociais e econômicas, onde têm origem muitos dos fatores que contribuem para sua desagregação e alimentação.

Igualmente, a Pastoral da Família não pode restringir-se à defesa da instituição familiar e de seus valores fundamentais, mas precisa ajudar as famílias a encontrar novas vivências desses valores na realidade de nosso tempo.

Levando em consideração que os movimentos familiares se desenvolveram quase exclusivamente na classe média, é urgente que se busque uma Pastoral da Família que, nascida nos ambientes populares, possa promover a vida familiar dos mais pobres e ajudar essas famílias na realização de sua missão.

O crescente número de famílias incompletas deve levar a procurar os meios mais adequados de responder a esse desafio.

ATIVIDADES PERMANENTES

Dando continuidade ao trabalho empreendido no precedente quadriênio, o setor da Família do CNBB pretende:

• Provocar o diálogo e a reflexão entre os movimentos familiares e participar de seus encontros.

• Suscitar o entrosamento dos movimentos familiares com a Pastoral Orgânica, em nível diocesano e regional.

• Entrosar-se com os outros setores da CNBB, cujas atividades tocam uma ou outra dimensão de ação pastoral em relação à família, assim como: Catequese, Educação, Comunicação Social e Jovens.

• Buscar com os interessados (CEBs e Movimentos) uma Pastoral Familiar dos meios populares, urbanos e rurais, trabalho previsto no último biênio e não levado a cabo.

• Manter contato com os institutos da família já existentes ou em fase de organização.

• Continuar os contatos com a Comissão Parlamentar da Saúde, o Ministro da Saúde e os parlamentares que estão em contato com a CNBB.

• Dar publicidade aos documentos já existentes e que oferecem caminhos para a Pastoral Familiar.

PROJETOS

1. PESQUISA SOBRE A FAMÍLIA NO BRASIL

Para estabelecer a estratégia da ação no futuro, é preciso ter em mãos uma análise da situação na qual se encontra a família do meio de trabalho rural e operário dentro do processo de transformação da sociedade brasileira.

PROJETO: 7.4.72
SISTEMÁTICA: Preparação do questionário; Encaminhamento; Recolhimento e análise
RESPONSÁVEL: IBRADES
PRAZO: 1984

2. CRIAÇÃO DE UMA EQUIPE DE PASTORAL DA FAMÍLIA

Sente-se a falta de um organismo que siga, de maneira permanente, tudo o que pode, de uma maneira ou de outra, incidir sobre a vida da família ou condicioná-la. Trata-se, especialmente, de estudar a legislação existente ou em tramitação e publicar informações a esse respeito.

PROJETO: 7.4.73.
SISTEMÁTICA: Formação de equipes de apoio à ação evangelizadora integrada, por médico, jurista, sociólogo, teólogo-pastoralista e representantes dos movimentos familiares e institutos da família.
RESPONSÁVEL: Pastoral da Família, INP
PRAZO:1984

7.5. PASTORAL DA SAÚDE

A Igreja, em sua larga tradição de zelo pela saúde e no espírito da Campanha da Fraternidade de 1981, "Saúde para todos", deseja manter viva a preocupação pela saúde do povo brasileiro, como serviço de valor eminentemente evangélico.

PROJETO

APOIO AO TRABALHO DA IGREJA REALIZADO NO CAMPO DA SAÚDE

Em âmbito nacional, o Setor Ação Social busca levar apoio às várias iniciativas existentes, no desejo da colaboração e estímulo.

PROJETO: 7.5.74
SISTEMÁTICA: Levantamento das pastorais de saúde existentes; Contatos com o Setor Saúde da CRB; Realização de um encontro nacional
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Ação Social, CRB; Organismos anexos da CNBB
PRAZO:1984, 1° semestre

7.6 PASTORAL OPERÁRIA

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A Pastoral Operária insere-se, fundamentalmente, no contexto da realidade sócio-político-econômica e religiosa do país em transformação. Essa realidade condiciona todo o esforço libertador da classe operária. Conseqüentemente, a Pastoral Operária, embora não se esgote neste esforço, nele se localiza como ação bem qualificada.

A Pastoral reconhece o valor próprio e específico de outros serviços alternativos e autônomos que também promovem, de maneira autêntica, a classe trabalhadora. O ponto de aproximação comum de todos os esforços libertadores é a pedagogia na ação, que respeita os valores da pessoa, da dignidade humana e os esforços para conseguir uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária.

Em nível nacional, a Pastoral Operária interliga-se e articula-se, de modo permanente, com organismos tais como: a Comissão de Pastoral Operária (CPO), Ação Católica Operária (ACO), Juventude Operária Católica (JOC), Comissão de Pastoral da Terra (CPT), Pastoral dos Pescadores e outros organismos pastorais congêneres.

ATIVIDADES PERMANENTES

A pastoral do mundo do trabalho, além da ação evangelizadora, própria e específica de sua identidade, será muitas vezes chamada a desenvolver uma ação supletiva a serviço da classe trabalhadora.

Principais atividades:

• Estimular para que se veja a pessoa do trabalhador em todas as dimensões da realidade humana e o mundo do trabalho dentro do contexto global de vida.

• Lutar para que todas as iniciativas de serviço ao mundo operário sejam efetivamente libertadoras, o que significa, de fato, empenhar-se por uma sociedade onde a produção e o trabalho realizem os direitos fundamentais de todos à vida, instrução, saúde, habitação, emprego, salário digno etc.

• Estimular todos os organismos de Pastoral Operária a desenvolver sua ação evangelizadora, realçando a dimensão social da fé como inerente à conversão pessoal. A construção do social e do político, dentro da visão do bem comum, é algo intrínseco ao compromisso da vida cristã.

• Estimular a criação de subsídios que, de fato, falem e comuniquem a Boa Nova, levando em consideração o geral e específico da luta libertadora do mundo do trabalho.

• Assumir e estimular a formação de pessoas e agentes pastorais, na linha da pedagogia libertadora do Ver, Julgar, Agir. Recolher, para isto, os melhores subsídios da experiência da ação católica do passado.

• Fazer com que a Pastoral Operária esteja sempre interligada com os movimentos de base e populares, complemento natural e espontâneo de sua atividade específica.

PROJETOS

1. ENCONTRO NACIONAL DE ASSESSORES

Trata-se de envolver, sempre mais, os assessores, de tal maneira que não sejam apenas técnicos ou alguém que se coloca acima das preocupações dos diretamente engajados.

PROJETO: 7.6.75.
SISTEMÁTICA: Encontro nacional, prevendo-se exposição e aprofundamento através de trabalho em grupo; Elaboração de propostas
RESPONSÁVEL: Comissão de Pastoral Operária, INP, Assessoria da CNBB
PRAZO:1983, novembro

2. APROFUNDAMENTO DA PROBLEMÁTICA DA PASTORAL OPERÁRIA

Trata-se, na verdade, de um esforço para não dispersar as preocupações em torno do mundo do trabalho.

PROJETO: 7.6.76.
SISTEMÁTICA: Encontro nacional, prevendo-se exposição de experiências e informações, trabalho, emprego e, principalmente, definir uma forma articulada de trabalho
RESPONSÁVEL: Comissão de Pastoral Operária, Assessoria da CNBB
PRAZO:1984, novembro

3. CURSO DE FORMAÇÃO PARA MILITANTES CRISTÃOS ENGAJADOS NA PASTORAL OPERÁRIA

O método Ver, Julgar e Agir, como metodologia de reflexão e formação, deveria ser revigorado na ação do leigo engajado. O curso pretende ser, antes de tudo, um treinamento prático, neste sentido.

PROJETO: 7.6.77.
SISTEMÁTICA: Troca de experiências e informações, aprofundamento de temas variados à luz da Teologia, em face dos desafios da realidade enfrentada dia a dia pelos cristãos

RESPONSÁVEL: CPO, INP, Assessoria da CNBB
PRAZO:1984, novembro

7.7. PASTORAL DOS PESCADORES E MARÍTIMOS (APOSTOLADO DO MAR)

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

Tanto os pescadores quanto os marítimos são pessoas em movimento que, por sua condição de marginalidade em geral e pela dificuldade de contato com a Igreja, pedem uma presença e atenção peculiares junto a eles e a suas famílias.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Reunir os responsáveis e interessados das dioceses em que se situam os principais portos do País.

• Colaborar com a criação de clubes "Stella Maris" nos portos importantes, a exemplo do existente em Santos, SP.

• Divulgar notícias e experiências sobre o apostolado do mar, tendo como base as publicações das Pontifícias Comissões para a Pastoral das Migrações e Turismo.

• Apoiar as atividades da Comissão Nacional dos Pescadores e reunião de seus responsáveis.

7.8. PASTORAL DO MENOR CARENTE

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

Esta Pastoral abrange três tipos de situação.

O menor carente propriamente dito é aquele que padece grave necessidade quanto à moradia, alimentação, cuidados de saúde educação, constituindo-se um caso típico de indigência ante a sociedade que se revela omissa diante dessas carências, às vezes insuperáveis, sem uma programação mais integrada.

A segunda situação é a do menor abandonado pela própria família. É o caso de crianças e de jovens que ficam privados de seus pais ou de seus substitutos, às vezes desde a mais tenra idade, pelo falecimento, graves doenças ou pelo abandono do lar.

A terceira situação é a dos menores que cometeram atos anti-sociais, praticando assaltos, fazendo parte de quadrilhas e constituindo-se, assim, agressores da própria sociedade.

Essas três situações, hoje, revelam-se muito graves, seja por causa do número de menores nela implicados, seja também pelo desatendimento crônico por parte da sociedade. Numa cidade como São Paulo, onde mais da metade da população tem menos de 18 anos, calcula-se que aproximadamente um milhão de menores esteja em extrema carência. A Pastoral do Menor Carente visa conscientizar e sensibilizar a sociedade, particularmente as comunidades de Igreja, para identificar com objetividade a condição do menor e se dispor a colaborar nas múltiplas formas de solução.

Há princípios que asseguram um melhor resultado pastoral:

• O atendimento ao menor não é, em primeira instância, pertencente ao Estado nem à instituição eclesial, mas à família ou à comunidade mais diretamente ligadas com o menor. É evidente que as demais entidades, particularmente o Estado e o governo, em seus diferentes níveis, devem prestar a sua colaboração apoiando as iniciativas dos

corpos sociais aos quais compete o primeiro atendimento. A função do Estado é necessária, mas supletiva.

• A condição do menor carente, abandonado e infrator está demonstrando um vício estrutural da sociedade. Neste caso, o menor é como o profeta que denuncia a injustiça social, embora não seja capaz de corrigi-la.

• A atenção voltada para o menor, por parte das famílias, das comunidades, dos grupos intermediários, há de significar uma mudança axiológica na qualidade dos valores prioritários. A sociedade egoísta e consumista, que busca o lucro e o bem-estar de indivíduos ou de grupos, deve passar por uma conversão profunda no sentido de atribuir prioridade à dignidade da pessoa humana. O interesse sincero pelo menor carente é indutor de um novo comportamento social. Assim, a Pastoral do Menor Carente não é apenas busca de atendimento a situações de grave necessidade social, mas é, a bem dizer, a solução desse problema.

ATIVIDADES PERMANENTES

As atividades de promoção do menor têm sido equacionadas e analisadas em congressos e encontros nacionais mais freqüentemente e por iniciativas da Igreja, com participação ecumênica. Com base na experiência recolhida nesses congressos e encontros, distingue-se cinco níveis de atividades.

• Atender ao menor infrator, principalmente com o serviço de casais voluntários que acompanham o menor egresso até a sua recuperação social.

• Atender ao menor das favelas e cortiços, com a criação de centros educacionais comunitários.

• Atender ao menor de rua, por meio de equipes volantes nas grandes cidades.

• Rever e acompanhar o trabalho com o menor internado em instituições de suplência familiar: lares, casas de crianças abandonadas, entre outras.

• Coordenar estes serviços, em nível diocesano e regional, por meio de secretariados e plantões permanentes, às vezes denominados Casa do menor".

PROJETO

INTERCÂMBIO DE INICIATIVAS E ATENÇÃO PASTORAL AO MENOR

Em nível nacional, o trabalho consiste em criar um intercâmbio entre as diversas iniciativas bem sucedidas no País e promover uma eficaz conscientização a respeito do problema, de modo a assegurar progressivamente que, em todos os níveis de vida eclesial, esteja sendo dada a devida atenção pastoral ao menor. Esse atendimento deverá, é claro, assumir as formas que a dimensão de vida cristã requer. Assim, além do serviço, por exemplo, de saúde e alimentação, proporcionar a educação religiosa e a integração comunitária.

PROJETO: 7.8.78.
SISTEMÁTICA: Convocação ecumênica; Participação dos Regionais; Colaboração dos órgãos nacionais já especializados na área; Colaboração com a UNICEF
RESPONSÁVEL: Equipe integrada por rede da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo (Região Belém) e de Curitiba, com apoio do Setor Educação da CNBB
PRAZO: 1984, janeiro, última semana

7.9. PASTORAL DA MULHER MARGINALIZADA

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A CNBB, como resultado de seus projetos desenvolvidos, em 5 anos, em prol de uma Pastoral adequada à "MULHER SÓ E DESAMPARADA", publicou, em 1976, um trabalho, na coleção "Estudos da CNBB", nº 15, intitulado "Prostituição, desafio à sociedade e à Igreja". Continuou colocando em seus planos bienais a dinamização desta pastoral dentro dos propósitos de dar prioridade, em sua tarefa evangelizadora, aos mais pobres, mais carentes, que são marginalizados e oprimidos.

Com o agravamento da problemática sócio-econômica, o desmoronamento dos valores perenes da humanidade e a exploração da mulher pelo sistema consumista e materialista prático, urge reforçar tanto a pastoral da família, como a pastoral da "mulher marginalizada e oprimida".

ATIVIDADES PERMANENTES

- Organizar um grupo de trabalho para este setor.
- Apoiar, articular e avaliar a Pastoral da Mulher Marginalizada.
- Promover contatos com os vários núcleos desta ação pastoral específica.
- Fazer levantamento da situação da Pastoral da Mulher Marginalizada.
- Buscar novos caminhos, critérios e metodologia.

PROJETO

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A PASTORAL DA MULHER MARGINALIZADA

Estima-se importante e enriquecedor promover um encontro de âmbito nacional para intercâmbio de experiências e crescimento do compromisso de trabalho em favor da mulher marginalizada.

PROJETO: 7.9.79.
SISTEMÁTICA: Realização de um Encontro Nacional dos representantes dos diferentes regionais; Seleção de pessoas para este seminário.
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Ação Social; Grupo de Trabalho
PRAZO: 1984 2° semestre

7.10. PASTORAL CARCERÁRIA

Em 1974, a CNBB publicou um trabalho intitulado "*PASTORAL CARCERÁRIA*", na coleção Estudos da CNBB, nº 4. Contém este documento partes:

a) Situação das prisões em nosso país e relatório do 1°. Encontro Nacional de Pastoral Carcerária; b) Conferências e estudos apresentados no 1° Encontro da Pastoral Carcerária; c) Experiências e projetos de Pastoral Carcerária; d) Anexos. É resultado do Projeto 4.2.4 do 2° Plano Bienal de Atividades, que teve seu momento-síntese no Encontro Nacional de Pastoral Carcerária, no Rio de Janeiro, de 7 a 9 de agosto de 1973. A partir daí, vários encontros e estudos foram realizados, por iniciativas de dioceses ou de grupos de trabalho. Torna-se importante recolher a experiência de todos esses esforços e dar atenção qualificada e cristã aos detentos, no espírito do Evangelho: "Estava preso e me visitastes" (Mt 25,36)[37].

PROJETO

APOIO E BUSCA DE PERSPECTIVA PARA A PASTORAL CARCERÁRIA

No desejo de melhor servir a esta importante causa, dentro de sua missão em nível nacional, a CNBB incluiu, na perspectiva da opção preferencial pelos pobres, um trabalho de avaliação, articulação, troca de experiências neste setor.

PROJETO: 7.10.80.
SISTEMÁTICA: Levantamento das pastorais existentes nos presídios
Grupo de trabalho para fundamentação teológica, pastoral e sociológica e análise do levantamento; Realização de encontro nacional; Elaboração de um novo estudo da CNBB sobre Pastoral Carcerária, recolhendo este trabalho.
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Ação Social; CJP/BR
PRAZO: 1983/1984

7.11. PASTORAL DOS DESEMPREGADOS

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A realidade do desemprego no País torna-se dia a dia mais angustiante.

Há um ciclo de efeitos que se multiplicam com o desemprego. A fome se alastra, cai assustadoramente o poder aquisitivo. O custo de habitação.

O problema do desempregado não é, porém, apenas conjuntural e ocasional. Ele tem raízes e causas na má distribuição das oportunidades, das riquezas e no modelo econômico implantado no País. Não é simplesmente fruto do acaso.

Inegavelmente, é urgente que a Igreja no Brasil, unida a todas as pessoas de boa vontade, amplie, de maneira permanente, o debate da busca de soluções em torno da questão do desemprego, que é hoje nacional, atingindo praticamente todas as camadas da sociedade, apesar das conotações locais e regionais.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Lançar, em âmbito nacional, um amplo esforço de tomada de consciência do problema do desemprego.

• Coletar maiores informações das iniciativas já existentes em algumas dioceses e regionais.

• Seguir discutindo o assunto em nível de Presidência e CEP para possível encaminhamento ao Conselho Permanente.

7.12. PASTORAL DOS GRUPOS ÉTNICO-CULTURAIS

No Brasil, não existe um só povo e uma só cultura: aqui convivem e freqüentemente se mesclam diversos povos e diversas culturas. Os fatores históricos e sociais que estão na origem dessas diferenças determinam diversas visões e vivências da fé. Para que a Igreja chegue a ser um povo unido e harmônico, sem, porém, destruir a legítima identidade das diversas minorias étnicas, é preciso refletir sobre a problemática, a partir de um diálogo sincero e respeitoso entre Evangelho e culturas.

De modo particular, deve-se prestar atenção aos desafios da evangelização dos afro-brasileiros, dos índios, das minorias étnicas de origem asiática presentes no País.

Nos últimos tempos, verifica-se um incremento notável, qualitativo e quantitativo, da consciência de uma identidade “afro-brasileira” que encontra suas principais manifestações em iniciativas não somente recreativas e folclóricas, mas especialmente de caráter associativo no campo cultural, social e religioso. A Igreja não pode deixar de estar presente neste processo de tomada de consciência.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Refletir sobre as situações étnico-culturais do País, em vista de uma presença mais ativa da Igreja e do diálogo entre o Evangelho e as culturas, nas problemáticas indígena (CIMI), afro-brasileira e outras minorias étnicas.

• Acompanhar e assessorar os missionários que atuam junto às Comunidades Indígenas na reflexão e aprofundamento teológico. Para isto, está sendo encaminhada a formação de comissão específica integrada por teólogos e antropólogos.

• Apoiar e facilitar a organização autônoma dos índios, proporcionando-lhes os instrumentos necessários para tal.

• Desenvolver relação de colaboração e entre-ajuda com as Igrejas Evangélicas e organismos indigenistas que buscam a auto-determinação dos Povos Indígenas. Esta entre-ajuda inclui permuta de assessorias e outros serviços. Aprofundar e ampliar a colaboração e entre-ajuda com as Igrejas, em nível latino-americano.

PROJETOS

1. REFLEXÃO SOBRE DIÁLOGO ENTRE EVANGELHO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A 17ª (V. 9.6) e 19ª (V. 2.4) Assembléias Gerais da CNBB pediram, com votação unânime, que se dê atenção particular ao estudo da problemática afro-brasileira.

Por isso, entre as suas atividades permanentes, a CNBB, através da Linha 2, propõe-se a refletir sobre estas situações missionárias do País, e programou este projeto:

PROJETO: 7.12.81.
SISTEMÁTICA: Encontro de estudiosos sobre Pastoral afro-brasileira
RESPONSÁVEL: Linha 2: Ação e Animação Missionária, Linha 5: Ecumenismo e Diálogo Religioso
PRAZO: 1983, dezembro, 1 a 3
1984, dezembro

2. FORMAÇÃO PARA MISSIONÁRIOS QUE TRABALHAM JUNTO AOS ÍNDIOS

Há vários pedidos para que, antes de partir para a área de missão, os novos agentes tenham uma preparação específica e os missionários já engajados pedem cursos intensivos, principalmente em missiologia e antropologia.

PROJETO: 7.12.82.
SISTEMÁTICA: Cursos sobre a realidade nacional, com ênfase especial para a realidade indígena, antropologia e missiologia:
– para missionários e agentes iniciantes;
– para missionários e participantes do 1° curso
RESPONSÁVEL: CIMI; Secretariado Nacional
PRAZO:1984, 1° semestre
1984, 2° semestre

3. CURSO DE ESPIRITUALIDADE PARA MISSIONÁRIOS QUE VIVEM EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Várias comunidades religiosas, que vivem o dia-a-dia nas aldeias indígenas, expressam desejo de se encontrar para refletir, partilhar experiências, rezar, alimentar a própria fé e vivência religiosa.

PROJETO: 7.12.83.

SISTEMÁTICA: Curso privilegiando a vivência dos missionários
RESPONSÁVEL: CIMI
Regional Norte 2
PRAZO:1984, 2° semestre

7.13. PASTORAL DOS MIGRANTES

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

As migrações são um fenômeno social de grande importância no Brasil atual. Distinguem-se, em primeiro lugar, as migrações internas pelo volume que alcançam. São dezenas de milhões as pessoas que, nas últimas décadas, se deslocaram dentro do território nacional para as cidades (êxodo rural) ou para a fronteira agrícola. E o fenômeno ainda continua agravado pelos problemas econômicos e fundiários, e agora pelas enchentes e a seca. Ligados a essas migrações internas e mesmo como parte delas, há um considerável fluxo de volantes, bóias-frias e peões para trabalhos temporários na agricultura ou nos grandes projetos. Além disso, temos considerável afluxo de imigrantes: alguns mais antigos que vieram na esteira dos grandes movimentos migratórios do passado; outros mais recentes, vindos principalmente dos países limítrofes. Há ainda brasileiros que se deslocaram (e se deslocam) para países vizinhos, como Paraguai, Bolívia, Uruguai e Argentina.

Esse fenômeno, a par de benefícios evidentes para muitas pessoas e para várias regiões nele envolvidas, traz também uma série de problemas sociais, econômicos, políticos, culturais, psicológicos e religiosos.

Somando-se à ação de muitos órgãos públicos ou privados que prestam serviços ao migrantes, aos esforços de igrejas particulares, paróquias, institutos religiosos e comunidades eclesiais de base, sobretudo após a Campanha da Fraternidade e o Congresso Eucarístico de 1980, a CNBB, em nível nacional, quer prestar seu serviço próprio de animação, intercâmbios, coordenação e de relacionamento com organismos similares de outras Conferências Episcopais ou de âmbito continental.

Consciente de que prestar serviços aos migrantes e peregrinos é tarefa evangélica, especialmente aos que mais sofrem o drama da migração, a Pastoral dos Migrantes da CNBB estimula as atividades tendentes a socorrer as necessidades mais urgentes de orientação aos que se deslocam (acolhida, atendimentos jurídicos, emprego, habitação, entre outras). Ao mesmo tempo, empenha-se em, respeitando o direito de as pessoas migrarem, colaborar para que sejam equacionadas as causas que impelem à migração compulsória com graves conseqüências para os indivíduos, famílias, grupos e comunidades.

De modo particular, pede às comunidades atenção Pastoral para os inúmeros migrantes sazonais, safreiros, bóias-frias, moradores de favelas, de periferias das cidades, dos que se deslocam para trabalhos em barragens e outras grandes obras.

A atenção Pastoral aos migrantes busca reuni-los em comunidades de fé em que possam participar ativamente, que em seus deslocamentos tenham também a firmeza de testemunhar e anunciar a própria fé, de aprofundá-la, de celebrá-la no Mistério Pascal de Cristo, de manter respeitoso diálogo com outras crenças e de lutar, em solidariedade com as comunidades de acolhida, para uma transformação libertadora de situações de opressão e de miséria.

ATIVIDADES PERMANENTES

- Dar prosseguimento sistemático à pastoral das migrações internas e externas, pelo apoio aos serviços já existentes ou que venham a existir, de ajuda imediata, e pelo incentivo à busca de soluções para as causas estruturais que geram ou tornam mais agudas as migrações em curso.

• Estimular uma redistribuição mais eqüitativa dos recursos humanos e materiais da Igreja no Brasil, em favor das áreas mais atingidas pelos fluxos migratórios, tanto nas cidades e suas periferias, quanto nas regiões de fronteira agrícola, de barragens ou projetos especiais.

• Acompanhar os imigrantes de outros países nas suas necessidades e problemas, em particular quanto à situação jurídica.

• Assessorar os organismos e associações de apoio aos migrantes.

• Relacionar-se com as pastorais afins, de modo particular as que se preocupam com problemas urbanos e do campo.

• Publicar documentos e estudos referentes à Pastoral dos Migrantes.

• Colaborar na celebração anual do Dia do Migrante, no domingo anterior ao dia 25 de junho, dia civil do migrante.

PROJETOS

A Pastoral dos Migrantes se propõe realizar projetos como momentos fortes para fazer emergir a situação migratória no país, com a finalidade de estimular respostas adequadas da Igreja diante do desafio Pastoral que os movimentos migratórios apresentam.

1. ACOMPANHAMENTO DE GRUPOS ÉTNICOS MINORITÁRIOS E DOS IMIGRANTES MAIS RECENTES

Tanto as imigrações mais recentes, quanto grupos imigrados há mais tempo necessitam de uma presença acolhedora e estimulante da Igreja, para favorecer um relacionamento desses grupos nas várias comunidades eclesiais segundo o espírito de comunhão e participação e do Documento Pontifício “Pastoralis Migratorum Cura”.

PROJETO: 7.13.84.
SISTEMÁTICA: Levantamento das principais necessidades e problemas
Visita aos responsáveis e capelães e aos principais núcleos
Encaminhamento de soluções
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Ação Social
Pastoral dos Migrantes
PRAZO: 1984, março 17 e 18

2. ANIMAÇÃO DOS SERVIÇOS EXISTENTES AOS MIGRANTES INTERNOS

O crescimento das migrações internas, sobretudo do êxodo rural, e o apelo que deixou a Campanha da Fraternidade de 1980, “PARA ONDE VAIS?”, acompanhada do Congresso Eucarístico de Fortaleza, despertaram vários serviços aos migrantes internos – alguns bem recentes – que é preciso animar, e também, analisar seu desempenho e funcionamento e voltar a discutir sua proposta de trabalho com os responsáveis por eles, a fim de que correspondam às necessidades da população migrante.

PROJETO: 7.13.85.
SISTEMÁTICA: Levantamento dos serviços existentes; Análise de seu funcionamento
Reunião de responsáveis
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Ação Social; Pastoral dos Migrantes
PRAZO:1984, agosto, 15 a 17

3. REUNIÃO DE MIGRANTES E DEBATE DE SEUS PROBLEMAS

Este projeto visa alcançar aquelas pessoas que fizeram experiência da migração, buscaram se organizar para encontrar uma solução solidária de seus problemas. Pretende reunir representantes desses grupos para um debate do que representou e representa a migração para eles.

PROJETO: 7.13.86.
SISTEMÁTICA: Levantamento de grupos organizados de migrantes
Análise de sua situação
Reunião de seus representantes
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Ação Social; Pastoral dos Migrantes
PRAZO:1984, outubro, 11 a 14

4. CONHECIMENTO DAS NOVAS FRENTES DE MIGRAÇÃO

Trata, este projeto, de buscar um conhecimento, o mais direto possível, da fronteira agrícola e das áreas de imigração, para verificar sua incidência sobre a atuação Pastoral.

PROJETO: 7.13.87.
SISTEMÁTICA: Levantamento de dados; Correspondência; Visita a regiões mais características
RESPONSÁVEL: Linha 6: Setor Ação; Pastoral dos Migrantes
PRAZO: 1983, novembro

7.14. PASTORAL DOS SANTUÁRIOS E ROMARIAS

ORIENTAÇÕES PARA A AÇÃO

A peregrinação é um sinal muito ao gosto do nosso povo. Basta ver o número grande de santuários, em todo o Brasil, e considerar as multidões dos peregrinos. O Santuário de Aparecida se destaca entre todos.

Muitas vezes, são motivos interesseiros que levam os romeiros à peregrinação: para pedir graças e pagar promessas. Freqüentam templos, santuários, túmulos, monumentos e lugares de manifestações extraordinárias do divino. Em grande parte, os peregrinos são cristãos que não participam assiduamente da vida de nossas comunidades.

O santuário é, para muitos, o único lugar onde ouvem a palavra de Deus e recebem os sacramentos. Daí a necessidade de uma atenção especial à Pastoral dos Santuários, a fim de que sejam lugares de verdadeira evangelização e que se integrem na pastoral de conjunto.

Faz parte da natureza do homem o “ser peregrino”. O homem está sempre à procura do Infinito que é Deus. Insatisfeito consigo mesmo, esmagado, muitas vezes, pela rotina do cotidiano, ele suspira por alguém que o possa libertar. Todo homem se sente como um ser a caminho. Sua vida é uma caminhada à Pátria definitiva, à Casa do Pai. O sentido cristão da palavra peregrinar ou fazer romaria é, antes de tudo, caminhar pela estrada, ser alguém que passa como Cristo passou pelas estradas da Palestina. E só abrirmos a Bíblia e logo perceberemos figuras de grandes peregrinos, por exemplo: Abraão, Moisés, Elias, Davi e, entre eles, Jesus, que foi a maior. Desde o início do cristianismo, a terra do nascimento, da vida, da morte e da ressurreição de Jesus, bem como em Roma o túmulo de São Pedro, tornaram-se lugares de peregrinação.

Em 1936, a Santa Sé deu orientações pastorais para as peregrinações aos santuários, recomendando que as romarias sejam consideradas e realizadas como atos de piedade cristã, isto é, revestindo-se de um caráter verdadeiramente religioso, visando a conversão e o aprimoramento da vida cristã.

Paulo VI e João Paulo II, em várias oportunidades, mostraram o valor das peregrinações, sobretudo como ocasião de intensificação de oração, reencontro com a misericórdia divina, "um lugar privilegiado para a evangelização de nossa cultura".

O documento de Puebla assinala, entre outras, a opção preferencial pelos pobres. Esta opção faz parte do Objetivo Geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, opção esta que se torna imperiosa no santuário, porque a eles acorrem de modo especial os pobres, os marginalizados, os enfermos, os abandonados e os aflitos, que formam a maioria da população do nosso continente.

ATIVIDADES PERMANENTES

• Apoiar o trabalho da Pastoral dos Santuários e ajudar na reflexão para que haja maior interação da fé com a história de nosso povo.

• Motivar para que cada Santuário tenha o seu estatuto próprio, aprovado pela autoridade competente.

• Estudar as características e funções do Conselho de Santuário do Brasil, para que haja maior clareza na articulação desta pastoral orgânica do Brasil.

• Colaborar na elaboração das Diretrizes Gerais para a Pastoral dos Santuários.

• Incentivar uma melhor preparação das romarias: antes, durante e depois das mesmas.

• Participar nos Encontros Nacionais e do Cone Sul sobre Pastoral dos Santuários e nas reuniões do Conselho de Santuários do Brasil (CSB].

PROGRAMA 8: DESTAQUES

"Os Bispos reunidos na 21ª Assembléia Geral indicaram, por ordem de votação, algumas áreas ou situações humanas que, no Brasil, merecem destaque na atuação pastoral, em todos os níveis, para os próximos quatro anos: JOVENS, CEBs, VOCAÇÕES E MINISTÉRIOS, FAMÍLIA, LEIGOS e MUNDO DO TRABALHO. Trata-se de áreas da vida eclesial ou de situações humanas que, devido às condições atuais, necessitam de especial atenção e cuidado Pastoral" (CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n. 106).

Estes destaques são lançados em todos os níveis eclesiais onde recebem tratamento prioritário, de acordo com a realidade local, dentro do espírito unificador do Objetivo Geral.

Nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (cf. CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc.28)[38] há um primeiro encaminhamento através de perguntas que podem ajudar na busca comum de caminhos para a ação.

É como uma primeira abertura à reflexão da Igreja no Brasil, visando despertar a mais ampla participação. Dentro do processo participativo, a CNBB Nacional propõe-se prestar o serviço de recolher e sistematizar os frutos da reflexão e ação através de subsídios que, devolvidos às bases, servirão como reforço para a continuidade dinâmica do agir.

A CEP não quer programar de antemão as possíveis atividades a serem realizadas na área de cada destaque. Por isso, neste 7º Plano, está prevista para cada um deles apenas um projeto mais amplo. A realização deste projeto possibilitará a definição de eventuais programas específicos para cada destaque.

Isso não impede que, em nível regional, diocesano ou paroquial, os destaques tenham seu curso próprio de ação, de acordo com as exigências próprias da realidade local ou dos vários meios e ambientes pastorais.

DESTAQUE 1: JOVENS

O processo de elaboração de um documento de princípios e diretrizes da pastoral da juventude e a possibilidade de um Congresso Nacional de Jovens se apresentam como oportunidades privilegiadas de envolver todas as dimensões e setores da vida eclesial, levando a um amadurecimento de todo o Povo de Deus, na questão do jovem e, assim mesmo, da pastoral da juventude.

Este processo deve ser encabeçado pela própria pastoral da juventude com a colaboração dos vários setores da Igreja.

PROJETO: O JOVEM NA IGREJA E NA SOCIEDADE

PROJETO: 8.1.88.
SISTEMÁTICA: Encaminhamento de uma reflexão a partir das questões do Destaque Jovens, das Diretrizes Gerais, Doc. 28 (121-133)[39]
Coleta do resultado das reflexões nas bases, para serem usadas no encaminhamento do documento sobre a Pastoral da Juventude
Encontro nacional
RESPONSÁVEL: Pastoral da Juventude, Linhas, setores e organismos da CNBB Regionais e Dioceses
PRAZO: 1983, 2° semestre a 1984, 2° semestre

DESTAQUE 2: CEBs

A constante e crescente vitalidade das CEBs e a reflexão do Conselho Permanente da CNBB sobre "As Comunidades Eclesiais de Base e a Igreja no Brasil" oferecem a possibilidade de uma nova e fecunda etapa da Pastoral das CEBs, como lugar privilegiado de vivência de todas as dimensões da vida e da ação eclesial. Um encontro nacional, reunindo peritos de várias áreas e animadores de base, marcará o momento de programação deste destaque.

PROJETO: 8.2.89.
SISTEMÁTICA: Encontro nacional com a colaboração dos Regionais
RESPONSÁVEL: Linha 1: Setor Estruturas da Igreja
PRAZO: 1984, 1º semestre

DESTAQUE 3: VOCAÇÕES E MINISTÉRIOS

A partir das atividades do Ano Vocacional, pretende-se programar, com a participação de todas as dimensões, setores e organismos de pastoral, em todos os níveis, as atividades do Destaque "Vocações e Ministérios", conforme a programação indicada no projeto 1.1.3.

PROJETO: PROGRAMAÇÃO DO DESTAQUE VOCAÇÕES E MINISTÉRIOS, A PARTIR DA AVALIAÇÃO DO ANO VOCACIONAL

A Igreja, no Brasil, está dando ênfase ao Ano Vocacional como tempo intensivo de evangelização vocacional das comunidades. A avaliação cuidados de suas atividades possibilitará a consolidação das experiências mais significativas e a divulgação de subsídios será um potencial gerador de novas iniciativas no campo da Pastoral vocacional. A partir daí, poder-se-á, com mais objetividade, programar as atividades para o destaque.

PROJETO: 8.3.90.
SISTEMÁTICA: Encaminhamento aos Regionais de folha de avaliação sobre o Ano Vocacional solicitando relatórios, experiências, subsídios e sugestões para a programação do destaque Vocações e Ministérios, a partir das questões das Diretrizes Gerais
Encontro nacional da Pastoral Vocacional; Programação do destaque

RESPONSÁVEL: Linha 1: Setor Vocações e Ministérios; CRB
PRAZO: 1983, 2º semestre
1984, junho, 4 a 8

DESTAQUE 4: FAMÍLIA

É necessário e urgente encontrar formas novas de apoio à missão da família, para que ela possa viver e crescer na fé, e contribuir para a criação de uma sociedade nova, onde sejam realidades concretas a justiça e a fraternidade, sinais da presença do Senhor Ressuscitado.

Por tudo isso e por outros motivos de fé, a Igreja se sente encorajada a propor de novo, em nível nacional, a família como destaque na ação Pastoral. Não é a Igreja, é a sociedade inteira, em sua vitalidade interior, que está em jogo, quando está em perigo a família.

PROJETO: ENCONTRO DE MOVIMENTOS EMPENHADOS NA PASTORAL FAMILIAR

Constata-se a existência de diversos movimentos e de iniciativas novas neste campo. Movimentos e iniciativas cobrem faixas sociais diferentes. O projeto quer provocar um intercâmbio para delinear perspectivas comuns, respeitando, entretanto, a originalidade e os carismas de cada um.

PROJETO: 8.4.91.
SISTEMÁTICA: Encontro para intercâmbio, confronto das experiências, relacionamento com o Objetivo Geral, conclusões e decisões
RESPONSÁVEL: Pastoral da Família, Grupo de Trabalho
PRAZO: 1984, 1º semestre

DESTAQUE 5: LEIGOS

PROJETO: LEIGOS: VOCAÇÕES E MISSÃO NA IGREJA

Dentro do espírito de aprofundamento do sentido secular da vocação eclesial dos leigos e de busca de um "laicato de verdadeira expressão que trabalhe com a hierarquia" (AG 21)[40], com organização, consistência institucional e representatividade reconhecida pela Igreja no Brasil, a CNBB Nacional apóia a Comissão Nacional de Pastoral e propõe que seu tema principal seja o dos Leigos. Trata-se de uma caminhada que tende a ir focalizando, cada vez mais claramente, a função e missão próprias do leigo.

PROJETO: 8.5.92;
SISTEMÁTICA: Reunião da Comissão Nacional de Pastoral
RESPONSÁVEL: CNP
PRAZO:1983, setembro, 24 e 25

DESTAQUE 6: MUNDO DO TRABALHO

PROJETO: ENCONTRO CONJUNTO DA CPO, CPT, CIMI, CEBs, PASTORAL DOS PESCADORES E OUTRAS PASTORAIS

Cada vez mais, apesar da diversidade de situações, há uma interdependência entre o mundo do trabalho nas áreas urbanas e rurais. Particularmente, a problemática da sobrevivência (luta pela terra, ocupação do solo urbano, emprego) deveria ser colocada em destaque.

PROJETO: 8.6.93.
SISTEMÁTICA: Encontro conjunto de CPO - CPT - ACO - JOC - ACR e outros movimentos congêneres: visão da realidade, troca de experiências e projetos comuns de ação.

RESPONSÁVEL: Pastoral Operária
PRAZO: 1984, agosto

PROGRAMA 9: COORDENAÇÃO NACIONAL E SERVIÇOS ESPECIAIS DA PRESIDÊNCIA, SECRETARIADO GERAL E CEP

PROJETO: 9.94.
ATIVIDADES: 21ª Assembléia Geral da CNBB
22 ª Assembléia Geral da CNBB
SISTEMÁTICA: Reuniões plenárias; Reuniões por grupos regionais, inter-regionais, comissões integradas especiais; Reuniões por grupos de estudo
RESPONSÁVEL: Presidência, CEP, Secretariado Geral
PRAZO: 6 a 15/4/1983; 25/4 a 4/5/1984

PROJETO: 9.95.
ATIVIDADES: Reunião do Conselho Permanente
SISTEMÁTICA: Convocação com antecedência razoável; Reuniões e encontros por grupos, constituídos segundo as conveniências
RESPONSÁVEL: Presidência, Secretariado Geral
PRAZO: (09ª) 21-24/06/1983
(10ª) 22-25/11/1983
(11ª) 26-29/06/1984
(12ª) 27-30/11/1984

PROJETO: 9.96.
ATIVIDADES: Reuniões da Presidência e CEP
SISTEMÁTICA: Reuniões: Privativas dos Bispos; Por linhas de ação Pastoral; Sessões de estudo
RESPONSÁVEL: Secretariado Geral
PRAZO:

1983	1984
25 a 26/4	21 a 23/2
24 a 26/5	27 a 29/3
20/6	24/4
23 a 25/8	29 a 31/5
27 a 29/9	25/6
25 a 27/10	28 a 30/8
21/11	25 a 27/9
20 a 22/12	23 a 25/10
26/11	
	18 a 19/12

PROJETO: 9.97.
ATIVIDADES: Acompanhamento da administração econômica financeira da CNBB
SISTEMÁTICA: Reunião do Conselho Fiscal
RESPONSÁVEL: Secretariado Geral
PRAZO:

PROJETO: 9.98.
ATIVIDADES:
SISTEMÁTICA: Convocação com antecedência razoável; Reuniões (plenárias, por grupos, por comissões especializadas segundo as necessidades e conveniências).
RESPONSÁVEL: CEP
PRAZO: 24 a 25/9/1983
22 a 23/9/1984

PROJETO: 9.99.
ATIVIDADES: Comissão Episcopal de Doutrina
SISTEMÁTICA: Incentivar e acompanhar os que se dedicam à reflexão, ensino e produção nas áreas doutrinais de imediato interesse para a missão da Igreja.

Fomentar, apoiar, seguir a pesquisa, publicações, cursos e encontros nesta área
Examinar a concordância com a fé católica das publicações
Mediar, em questões doutrinárias, o diálogo entre autores, editores e bispos
RESPONSÁVEL: CED - (6 participantes)
CED e Teólogos - (22 participantes)
CED e bispos convidados - (16 participantes)
CED - (7 participantes)
CED, bispos convidados e Teólogos
CED
CED
CED
CED
CED
PRAZO: BSB 7 a 8/6/1983
BSB 6 a 7/8/1983
BSB 21 a 22/9/1983
BSB 26 a 27/11/1983
BSB 14 a 16/2/1984
Itaici 23 a 24/4/1984
BSB 16 a 17/6/1984
BSB 18 a 19/8/1984
BSB 13 a 14/10/1984
BSB 4 a 5/12/1984

PROJETO: 9.100.
ATIVIDADE: Reunião da Campanha da Fraternidade:
Avaliação da CF/83
Implementação da CF/84
Primeiras decisões para a CF/85
Reunião da Campanha da Fraternidade:
Avaliação da CF/84
Implementação da CF/85
Primeiras decisões para a CF/86
SISTEMÁTICA: Síntese e análise dos relatórios regionais da CF/1983
Troca de experiências realizadas nos regionais
Reflexão sobre a implementação (tema, slogan, subsídios) da CF/84
Reflexão sobre as primeiras medidas da CF/1985
RESPONSÁVEL: Presidência, Secretariado Geral
PRAZO: 22 a 24/5/1983
27 a 29/5/1984

PROJETO: 9.101.
ATIVIDADES: Caminhada dos Regionais e Nacionais à luz da opção pelos pobres.
SISTEMÁTICA: Encontro nacional de Subsecretários regionais
RESPONSÁVEL: Secretariado Geral
PRAZO: 19 a 21/5/1983
20 a 21/11/1983
25 a 26/5/1984

PROJETO: 9.102.
ATIVIDADES: Encontros da Presidência da CNBB e Diretoria Nacional da CRB
SISTEMÁTICA: Reflexão sobre um tema de interesse comum
Tratamento de assuntos que interessam às duas Conferências
RESPONSÁVEL: Presidência CNBB, Diretoria CRB
PRAZO: 7ª BSB - 23/5/1983
8ª Rio
9ª BSB
10ª Rio

PROJETO: 9.103.
ATIVIDADES: Encontro da Presidência com as Conferências Episcopais da AL: Conferência Episcopal do Uruguai; Conferência Episcopal do Paraguai
SISTEMÁTICA: Tratamento de problemas pastorais comuns, especialmente de migrantes.
RESPONSÁVEL: Presidência das Conferências
PRAZO: Montevidéu: 6 a 7/12/1983
Foz do Iguaçu: 27 a 28/12/83

_____

Nota:1
CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil - 1983-1986, Doc. 28.
Nota:2
CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 1983-1986, Doc. 28, n.82: "É o Espírito que convoca e reúne seu povo para viver em comunidade, conforme o carisma e a missão que a cada um são concedidos, segundo o dom de Deus (DIMENSÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA – Linha 1)".
Nota:3
CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n.83: "É o Espírito quem faz do povo de Deus um povo que proclama a Palavra e oferece a toda a humanidade os dons de sua fé e pertença eclesial (DIMENSÃO MISSIONÁRIA – Linha 2)".
Nota:4
cf. **CNBB**, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n.91: "A Igreja toda é missionária. Ela tem origem na missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai. Como membros de Cristo e incorporados na Igreja pelo batismo, e também pela confirmação e a eucaristia, os fiéis são todos chamados a proclamar e a oferecer à humanidade inteira os dons da própria fé e pertença à Igreja".
Nota:5
CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n. 84: "É o Espírito quem faz crescer continuamente o povo de Deus mediante o aprofundamento e a vivência permanente na fé, e o ensina a ler os acontecimentos cotidianos à luz da Palavra e da vida de Jesus Cristo (DIMENSÃO CATEQUÉTICA – Linha 3)".
Nota:6
CR, 129: "Sempre mais se impõe uma educação permanente da fé que acompanhe o homem por toda a vida e se integre em seu crescimento global. A comunidade catequizadora velará zelosamente para que isso aconteça de fato, estabelecendo uma organização adaptada e eficaz que empenhe na atividade catequética as pessoas, os meios, os instrumentos e os recursos financeiros necessários (CT 63; cf. CNBB, DGAP 1974-78, p. 59; Puebla 998; Sínodo de 1977, proposição 15)".
Nota:7
CT, 63: "E dirijo-me em primeiro lugar aos meus Irmãos Bispos: o Concílio Vaticano II já nos recordou explicitamente as vossas tarefas no campo da catequese, como também os Padres da IV Assembléia Geral do Sínodo as acentuaram com vigor.
Na verdade, quanto a este ponto, vós, caríssimos Irmãos, tendes uma missão particular nas vossas Igrejas; vós sois aí os primeiros responsáveis pela catequese, os catequetas por excelência. Depois, a vós juntamente com o Papa, no espírito da colegialidade episcopal, incumbe a responsabilidade pela catequese na Igreja inteira. Permiti, pois, que eu vos fale com o coração aberto.
Eu sei que tendes de afrontar com um ministério episcopal cada dia mais complexo e sobrecarregado. Mil e um compromissos vos solicitam, desde a formação de novos sacerdotes à presença ativa no meio das comunidades dos fiéis, e desde a celebração vivida e digna do culto e dos sacramentos ao cuidado da promoção humana e da defesa dos direitos humanos. Pois bem: que a preocupação de promover uma catequese ativa e eficaz não ceda nada frente a qualquer outra preocupação seja ela qual for. Uma tal solicitude os levará a transmitirdes vós próprios a doutrina da vida aos vossos fiéis. Mas o mesmo cuidado deve levar-vos a assumir nas vossas Dioceses, em correspondência com os planos da Conferência Episcopal de que vós fazeis parte, a superior direção da catequese, rodeando-vos de colaboradores competentes e merecedores de confiança. O vosso papel principal deve ser o de suscitar e alimentar nas vossas Igrejas uma verdadeira paixão pela catequese; uma paixão, porém, que se encarne numa organização adaptada e eficaz, que empenhe na atividade as pessoas, os meios e os instrumentos e também os recursos financeiros necessários. Podeis ter a certeza disto: se a catequese for bem feita nas vossas Igrejas locais, tudo o mais será feito com maior facilidade. Por outro lado - e não seria que eu vo-lo dissesse - se o vosso zelo tiver de vos impor algumas vezes a tarefa ingrata de denunciar desvios, corrigir erros, ele deve proporcionar-vos muito mais freqüentemente a alegria e a consolação de ver as vossas Igrejas florescentes, porque a catequese aí é dada como o quer o Senhor".
Nota:8
CT, 63: "E dirijo-me em primeiro lugar aos meus Irmãos Bispos: o Concílio Vaticano II já nos recordou explicitamente as vossas tarefas no campo da catequese, como também os Padres da IV Assembléia Geral do Sínodo as acentuaram com vigor.
Na verdade, quanto a este ponto, vós, caríssimos Irmãos, tendes uma missão particular nas vossas Igrejas; vós sois aí os primeiros responsáveis pela catequese, os catequetas por excelência. Depois, a vós juntamente com o Papa, no espírito da colegialidade episcopal, incumbe a responsabilidade pela catequese na Igreja inteira. Permiti, pois, que eu vos fale com o coração aberto.
Eu sei que tendes de afrontar com um ministério episcopal cada dia mais complexo e sobrecarregado. Mil e um compromissos vos solicitam, desde a formação de novos sacerdotes à presença ativa no meio das comunidades dos fiéis, e desde a celebração vivida e digna do culto e dos sacramentos ao cuidado da promoção humana e da defesa dos direitos humanos. Pois bem: que a preocupação de promover uma catequese ativa e eficaz não ceda nada frente a qualquer outra preocupação seja ela qual for. Uma tal solicitude os levará a transmitirdes vós próprios a doutrina da vida aos vossos fiéis. Mas o mesmo cuidado deve levar-vos a assumir nas vossas Dioceses, em correspondência com os planos da Conferência Episcopal de que vós fazeis parte, a superior

direção da catequese, rodeando-vos de colaboradores competentes e merecedores de confiança. O vosso papel principal deve ser o de suscitar e alimentar nas vossas Igrejas uma verdadeira paixão pela catequese; uma paixão, porém, que se encarne numa organização adaptada e eficaz, que empenhe na atividade as pessoas, os meios e os instrumentos e também os recursos financeiros necessários. Podeis ter a certeza disto: se a catequese for bem feita nas vossas Igrejas locais, tudo o mais será feito com maior facilidade. Por outro lado - e não seria que eu vo-lo dissesse - se o vosso zelo tiver de vos impor algumas vezes a tarefa ingrata de denunciar desvios, corrigir erros, ele deve proporcionar-vos muito mais freqüentemente a alegria e a consolação de ver as vossas Igrejas florescentes, porque a catequese aí é dada como o quer o Senhor".

Nota:9

CT, 63: "E dirijo-me em primeiro lugar aos meus Irmãos Bispos: o Concílio Vaticano II já nos recordou explicitamente as vossas tarefas no campo da catequese, como também os Padres da IV Assembléia Geral do Sínodo as acentuaram com vigor.

Na verdade, quanto a este ponto, vós, caríssimos Irmãos, tendes uma missão particular nas vossas Igrejas; vós sois aí os primeiros responsáveis pela catequese, os catequetas por excelência. Depois, a vós juntamente com o Papa, no espírito da colegialidade episcopal, incumbe a responsabilidade pela catequese na Igreja inteira. Permiti, pois, que eu vos fale com o coração aberto.

Eu sei que tendes de afrontar com um ministério episcopal cada dia mais complexo e sobrecarregado. Mil e um compromissos vos solicitam, desde a formação de novos sacerdotes à presença ativa no meio das comunidades dos fiéis, e desde a celebração vivida e digna do culto e dos sacramentos ao cuidado da promoção humana e da defesa dos direitos humanos. Pois bem: que a preocupação de promover uma catequese ativa e eficaz não ceda nada frente a qualquer outra preocupação seja ela qual for. Uma tal solicitude os levará a transmitirdes vós próprios a doutrina da vida aos vossos fiéis. Mas o mesmo cuidado deve levar-vos a assumir nas vossas Dioceses, em correspondência com os planos da Conferência Episcopal de que vós fazeis parte, a superior direção da catequese, rodeando-vos de colaboradores competentes e merecedores de confiança. O vosso papel principal deve ser o de suscitar e alimentar nas vossas Igrejas uma verdadeira paixão pela catequese; uma paixão, porém, que se encarne numa organização adaptada e eficaz, que empenhe na atividade as pessoas, os meios e os instrumentos e também os recursos financeiros necessários. Podeis ter a certeza disto: se a catequese for bem feita nas vossas Igrejas locais, tudo o mais será feito com maior facilidade. Por outro lado - e não seria que eu vo-lo dissesse - se o vosso zelo tiver de vos impor algumas vezes a tarefa ingrata de denunciar desvios, corrigir erros, ele deve proporcionar-vos muito mais freqüentemente a alegria e a consolação de ver as vossas Igrejas florescentes, porque a catequese aí é dada como o quer o Senhor."

Nota:10

Orientações para uma Catequese Renovada, n.26: "Ao lado dessas aquisições, porém, cabe não perder de vista as deficiências que a catequese no Brasil continua mostrando: ainda não atinge permanentemente a todos os cristãos, especialmente os jovens e adultos, os universitários, o operariado nos grandes centros e as elites intelectuais às vezes, fica em dualismos e falsas oposições, como entre a catequese sacramental e catequese vivencial, entre catequese doutrinal e catequese situacional; publicações catequéticas fracas e às vezes questionáveis do ponto de vista doutrinal e metodológico; em certos lugares, a catequese ainda continua a merecer maior atenção de nossa parte, de sacerdotes, de seminaristas, de religiosos, e também não encontra apoio suficiente nas famílias; um ensino religioso muitas vezes fragmentário e pouco eficaz em diversos Estados".

Nota:11

CR, 318: "Reafirmamos que a Catequese é um processo de educação comunitária, permanente, progressiva, ordenada, orgânica e sistemática da Fé. Sua finalidade é a maturidade da Fé, num compromisso pessoal e comunitário de libertação integral, que deve acontecer já aqui e culminar na vida eterna feliz."

Nota:12

CR, 113: "Pois, por tudo o que vimos anteriormente, na Catequese realiza-se uma inter-ação (= um relacionamento mútuo e eficaz) entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da Tradição. De um lado, a experiência da vida levanta perguntas e a Tradição das respostas a essas perguntas. De um lado, a fé propõe a mensagem de Deus e convida a uma comunhão com ele, que ultrapassa a busca e as expectativas humanas; de outro, a experiência humana é questionada e estimulada a abrir-se para esse horizonte mais amplo".

Nota:13

CR, 74: "As situações históricas e as aspirações autenticamente humanas são parte indispensável do conteúdo da Catequese. E devem ser interpretadas seria mente, dentro de seu contexto atual, à luz das experiências vivenciais do povo de Israel, de Cristo e da comunidade eclesial, na qual o Espírito de Cristo ressuscitado vive e opera continuamente".

cf. **Medellín, Cat. 6**: "De acordo com esta teologia da Revelação, a catequese atual deve assumir totalmente as angústias e esperanças do homem de hoje, para oferecer-lhe as possibilidades de uma libertação plena, as riquezas de uma salvação integral em Cristo, o Senhor. Por isso, deve ser fiel à transmissão, não só da mensagem bíblica em seu conteúdo intelectual, mas também à sua realidade vital encarnada nos fatos da vida do homem de hoje.

As situações históricas e as aspirações autenticamente humanas são parte indispensável do conteúdo da catequese. E devem ser interpretadas seriamente, dentro de seu contexto atual, à luz das experiências vivenciais do povo de Israel, de Cristo, e da comunidade eclesial, na qual o Espírito de Cristo ressuscitado vive e opera continuamente".

Nota:14

cf. **CR, 153-155**: "A comunidade cristã primitiva teve como fonte de Catequese a memória de Jesus, fatos e palavras, interpretada no contexto das Escrituras Sagradas do Antigo Testamento. Surgiram assim os escritos do Novo Testamento que, junto com o Antigo, lido agora à luz de Cristo, forma as Escrituras Cristãs.

154. Em primeiro lugar, recordamos que o uso dos manuais não deve substituir a leitura da Bíblia, livro de Catequese por excelência, mas orientar para ela. A própria Bíblia, com a extrema riqueza e variedade de gêneros literários, sugere que também em nossa Catequese haja recurso a expressões estéticas e literárias

diversificadas, que ofereçam diferentes caminhos de aprendizagem e múltiplas possibilidades de apresentação da mensagem.

155. Os manuais catequéticos, além de apresentar textos bíblicos selecionados, devem conter instruções sobre o uso deles, bem como elementos de introdução à leitura da Bíblia e de formação de coordenadores de círculos bíblicos".

Nota:15

CR 120-123, 133-134: "A Catequese comunitária de adultos, longe de ser apêndice ou complemento, deve ser o modelo ideal e a referência, a que se devem subordinar todas as outras formas de atividade catequética. Ela deve receber uma atenção prioritária em toda paróquia e comunidade eclesial de base (cf. IV parte).

121. A família é não somente destinatária ou objeto de Catequese. A família cristã, pela graça sacramental do Matrimônio tornada como que Igreja doméstica, é também lugar por excelência de Catequese, especialmente na primeira infância: Os pais devem ser para seus filhos os primeiros mestres da fé (GE 2).

122. De fato, a família, nos primeiros anos de vida, comunica aos filhos uma formação religiosa que se entranha profundamente em sua personalidade. Essa formação, que reflete geralmente as convicções e práticas religiosas dos pais, pode e deve ser aperfeiçoada com a ajuda da comunidade, de modo a se inspirar mais plenamente no espírito evangélico e eclesial.

123. Os pais devem ser orientados não só para dar uma formação consciente e explicitamente cristã aos filhos, mas para eles mesmos crescerem em seu compromisso cristão e na capacidade de iluminar pela fé a realidade familiar e social, que são chamados a construir (cf. CT 68).

133. É evidente que o papel mais importante na educação da primeira infância compete à família. Em seguida caberá à comunidade paroquial e escolar colaborar com os pais na iniciação da criança e do adolescente na vida comunitária mais ampla, fazendo-os conhecer e experimentar Jesus Cristo que, com sua vida e Boa-Nova, inspira a caminhada do Povo de Deus, e levá-los a participar, como crianças e adolescentes, nessa caminhada.

134. Na Bíblia, a Catequese das crianças tem seu lugar tanto na comunidade quanto na família: Quando amanhã o filho te perguntar: Que significam estes mandamentos, estas leis e estes decretos que o Senhor nosso Deus nos prescreveu? então responderás ao filho: nós éramos escravos do Faraó e o Senhor nos tirou do Egito com mão poderosa... O Senhor mandou que cumprissemos todas estas leis e temêssemos o Senhor nosso Deus, para que fôssemos sempre felizes e nos conservasse vivos, como nos faz hoje. Seremos justos, se guardarmos os seus mandamentos e os observarmos diante do Senhor nosso Deus, como Ele mandou (Dt 6,20-25; cf. Dt 29,21-27). Era o direito e dever do pai de família em Israel dar aos filhos as razões dos próprios gestos, de sua fé, da caminhada do povo liberto por Deus".

Nota:16

cf. **SC, 10**: "Mas a liturgia é o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força. Os trabalhos apostólicos visam a que todos, como filhos de Deus, pela fé e pelo batismo, se reúnam para louvar a Deus na Igreja, participar do sacrifício e da ceia do Senhor".

Nota:17

cf. **SC, 40**: "Como, porém, em certos lugares ou circunstâncias se requer uma modificação mais profunda da liturgia e, portanto, mais difícil, fica estabelecido que:

1) O assunto seja levado quanto antes à autoridade competente, de acordo com o art. 22 § 2, que decidirá com prontidão e prudência o que se pode e é oportuno admitir no culto divino, em continuidade com as tradições e a índole de cada povo. Peça-se então à Sé Apostólica autorização para introdução das adaptações julgadas úteis e necessárias.

2) Para que a adaptação seja feita com a devida prudência, a Sé Apostólica dará poderes à autoridade territorial competente para que, conforme o caso, permita e oriente sua introdução em determinados grupos julgados aptos, a título de experiência.

3) Como a aplicação das leis litúrgicas sobre as adaptações encontra especiais dificuldades nas missões, deve-se formar, o quanto antes, peritos nesse assunto".

Nota:18

SC, 37-40: "A Igreja não pretende impor a uniformidade litúrgica. Mostra-se flexível diante de tudo que não esteja vinculado necessariamente à fé e ao bem de toda a comunidade. Interessa-lhe manter e incentivar as riquezas e os dons das diversas nações e povos. Tudo, pois, que não estiver ligado indissoluvelmente a erros ou superstições deve ser levado em consideração, conservado e até promovido, podendo mesmo, em certos casos, ser assimilado pela liturgia, desde que esteja em harmonia com o modo de ser e o verdadeiro espírito litúrgico.

38. Mantida a unidade substancial do rito romano, admitem-se, na própria revisão dos livros litúrgicos, legítimas variações e adaptações aos diversos grupos, regiões e povos, principalmente nas missões, devendo-se prever essas variações na estrutura dos ritos e nas rubricas.

39. Compete à autoridade eclesiástica territorial, de acordo com o art. 22 § 2, definir essas modificações, dentro dos limites das edições oficiais dos livros litúrgicos, especialmente no que respeita à administração dos sacramentos, aos sacramentais, às procissões, à língua litúrgica, à música e à arte sagradas, segundo as normas fundamentais desta constituição.

40. Como, porém, em certos lugares ou circunstâncias se requer uma modificação mais profunda da liturgia e, portanto, mais difícil, fica estabelecido que:

1) O assunto seja levado quanto antes à autoridade competente, de acordo com o art. 22 § 2, que decidirá com prontidão e prudência o que se pode e é oportuno admitir no culto divino, em continuidade com as tradições e a índole de cada povo. Peça-se então à Sé Apostólica autorização para introdução das adaptações julgadas úteis e necessárias.

2) Para que a adaptação seja feita com a devida prudência, a Sé Apostólica dará poderes à autoridade territorial competente para que, conforme o caso, permita e oriente sua introdução em determinados grupos julgados aptos, a título de experiência.

3) Como a aplicação das leis litúrgicas sobre as adaptações encontra especiais dificuldades nas missões, deve-se formar, o quanto antes, peritos nesse assunto".

Nota:19

Puebla, 875-1106: "O Seminário Maior, inserido na vida da Igreja e do mundo, de acordo com as normas e orientações precisas da Santa Sé, tem como objetivo acompanhar o pleno desenvolvimento da personalidade

humana, espiritual e pastoral, ou seja integral dos futuros pastores. Estes, tendo adquirido uma forte experiência de Deus e uma clara visão da realidade em que se encontra a América Latina, em íntima comunhão com seu bispo, mestre da verdade, e com os outros presbíteros, são os que evangelizarão, animarão e coordenarão os diferentes carismas do povo de Deus, para a construção do Reino. A formação de pastores deve ser uma preocupação constante que oriente os estudos e a vida espiritual. As atividades pastorais devem ser revisadas à luz da fé e com o devido assessoramento de seus formadores.

876. O seminarista, guiado por uma boa direção espiritual, adquirirá a experiência de Deus vivendo em constante comunhão com ele na oração e na Eucaristia e numa sólida e filial devoção à Virgem Maria.

877. Nos estudos, é necessário atender a uma profunda formação doutrinal, de acordo com o magistério da Igreja, e uma visão adequada da realidade.

878. Nos seminários, será preciso insistir na austeridade, disciplina, responsabilidade e espírito de pobreza, num clima de autêntica vida comunitária. Os futuros sacerdotes sejam formados responsavelmente para o celibato. Tudo isso é exigido pela renúncia e entrega que se pede do presbítero.

879. Queremos acentuar o valor dos centros de formação em comum para o clero diocesano e religioso, de acordo com as normas da Santa Sé, pelo sentido comunitário que eles representam e como recurso para a integração na pastoral de conjunto.

880. Enquanto lamentamos a falta de formadores, é nosso dever manifestar gratidão e exprimir o nosso incentivo a todos os que trabalham na formação dos futuros sacerdotes.

881. Devem-se impulsionar, coordenar e ajudar a promoção e amadurecimento de todas as vocações, mormente as sacerdotais e de vida consagrada, dando a essa tarefa prioridade efetiva.

882. Devem-se fomentar as campanhas de oração, a fim de que o povo tome consciência das necessidades existentes. A vocação é a resposta de Deus providente à comunidade orante.

883. É mister acompanhar no processo de discernimento todos os que sentem o chamamento do Senhor e ajudá-los a cultivar as disposições básicas para o amadurecimento da vocação.

884. Toda pastoral vocacional deve encarnar-se no atual momento histórico da América Latina e deve ser diversificada, isto é, refletir e promover a diversidade de vocações na unidade da missão e do serviço evangelizador.

885. Deve-se atribuir à pastoral vocacional o posto prioritário que tem na pastoral de conjunto e, mais concretamente, na pastoral juvenil e familiar.

886. Deve-se promover com particular empenho as vocações no meio agrário, no mundo operário e nos grupos étnicos marginalizados e planificar sua posterior formação, para que seja adequada.

887. Ao mesmo tempo, é preciso promover mais intensamente as vocações presbiterais e de vida consagrada nas cidades, nos meios profissionais, universitários, etc.

888. É necessário pôr em prática com fidelidade as normas e orientações da Santa Sé e das Conferências Episcopais que dizem respeito aos seminários. Estas, com as devidas adaptações, deverão ser observadas também pelas comunidades religiosas na formação de seus presbíteros.

889. Deve-se capacitar pessoal para destiná-lo, em tempo integral, à pastoral vocacional e notificar-lhe que sua missão precípua é de animar toda a pastoral neste sentido.

890. Deve-se criar institutos de aperfeiçoamento para formadores de sacerdotes, em nível local e continental, e aproveitar os institutos internacionais da Europa, especialmente os de Roma.

891. Deve-se despertar, promover e orientar vocações missionárias, pensando desde já em centros ou seminários especializados com este objetivo.

892. Responsáveis que somos pelo ministério da evangelização, preocupa-nos como fazer chegar ao homem latino-americano a Palavra de Deus, de tal modo que seja por ele escutada, assumida, encarnada celebrada e transmitida a seus irmãos.

893. Sabemos que Deus é quem a faz crescer; todavia, o Senhor da messe espera a colaboração de seus servos. Por isso, queremos refletir sobre os principais meios de evangelização, com os quais a Igreja cria comunhão e convida os homens ao serviço de seus irmãos.

894. A comunidade que, na liturgia, celebra alegremente a Páscoa do Senhor, tem o compromisso de dar testemunho, de catequizar, educar e comunicar a Boa Nova por todos os meios a seu alcance.

Sente outrossim a necessidade de entrar em comunhão e diálogo com os homens do nosso Continente que buscam a verdade.

895. A oração particular e a piedade popular, presentes na alma do nosso povo, constituem valores de evangelização; a liturgia é o momento privilegiado de comunhão e participação para uma evangelização que conduz à libertação cristã integral, autêntica.

896. Em geral, a renovação litúrgica na América Latina está dando resultados positivos, pelo fato de se estar novamente encontrando a posição real da liturgia na missão evangelizadora da Igreja, pela maior compreensão e participação dos fiéis, favorecidos pelos novos livros litúrgicos e pela difusão da Catequese pré-sacramental.

897. Isto foi favorecido pelos documentos da Sé Apostólica e das Conferências Episcopais, bem como por encontros em diversos níveis: latino-americano, regional, nacional, etc.

898. Facilitaram esta renovação o idioma comum, a riqueza cultural e a piedade popular.

899. Sente-se a necessidade de adaptar a liturgia às diversas culturas e à situação de nosso povo jovem, pobre e humilde.

900. A falta de ministros, a dispersão populacional e a situação geográfica do Continente fizeram crescer a consciência da utilidade das celebrações da Palavra e da importância de servir-se dos meios de comunicação social (rádio e televisão) para alcançar a todos.

901. Verificamos entretanto que não se tem atribuído ainda à pastoral litúrgica a prioridade que lhe cabe dentro da pastoral de conjunto, continuando muito prejudicial a oposição existente em alguns setores entre evangelização e sacramentalização. Falta um aprofundamento da formação litúrgica do clero; nota-se marcada ausência de catequese litúrgica destinada aos fiéis.

902. A participação na liturgia não repercute de forma adequada no compromisso social dos cristãos. A instrumentalização que, por vezes, se faz da mesma, lhe desfigura o valor evangelizador.

903. Prejudicial também tem sido a falta de observância das normas litúrgicas e do seu espírito pastoral, por abusos que causam desorientação e divisão entre os fiéis.

904. A religiosidade popular do homem latino-americano possui uma rica herança de oração, arraigada em culturas autóctones e, depois, evangelizadas pelas formas de piedade cristã de missionários e imigrantes.
905. Consideramos um tesouro o costume existente desde outrora de reunir-se para orar em festividades e ocasiões especiais. Mais recentemente, a oração foi enriquecida pelo movimento bíblico, por novos métodos de oração contemplativa e pelo movimento de grupos de oração.
906. Muitas comunidades cristãs carentes de ministro ordenando acompanham e celebram seus acontecimentos e festas com reuniões de oração e canto que, a um tempo, evangelizam a comunidade e lhe proporcionam força evangelizadora.
907. Em vastas áreas, a oração familiar tem sido o único culto existente: de fato, ela manteve a unidade e a fé da família e do povo.
908. A invasão da TV e do rádio nos lares põe em risco as práticas piedosas no seio da família.
909. Embora a oração brote muitas vezes por força de necessidades meramente pessoais e se expresse em fórmulas tradicionais não assimiladas, não se pode ignorar que a vocação do cristão deve levá-lo ao compromisso moral, social e evangelizador.
910. No conjunto do povo católico latino-americano manifesta-se, em todos os níveis e sob formas bastante diversificadas, uma piedade popular que nós, bispos, não podemos deixar passar despercebida, e que precisa ser estudada com critérios teológicos e pastorais, para se descobrir seu potencial evangelizador.
911. A América Latina está insuficientemente evangelizada. A maioria do povo exprime sua fé prevalentemente na piedade popular.
912. As manifestações de piedade popular são muito variadas, de caráter comunitário e individual; entre elas deparamos: o culto a Cristo sofredor e morto, a devoção ao Sagrado Coração, diversas devoções à Santíssima Virgem Maria, o culto dos santos e defuntos, as procissões, novenas, festas de padroeiros, peregrinações e santuários, os sacramentais, as promessas, etc.
913. A piedade popular apresenta aspectos positivos como: senso do sagrado e do transcendente; disponibilidade para ouvir a Palavra de Deus; marcada piedade mariana; capacidade para rezar; sentido de amizade, caridade e união familiar; capacidade de sofrer e reparar; resignação cristã em situações irreparáveis; desprendimento das coisas materiais.
914. Mas apresenta também aspectos negativos: falta de senso de pertença à Igreja; desvinculação entre fé e vida; o fato de não conduzir à recepção dos sacramentos; exagerada valorização do culto dos santos com detrimento do conhecimento de Jesus Cristo e de seu mistério; idéia deformada a respeito de Deus; conceito utilitário de certas formas de piedade; propensão, em alguns lugares, para o sincretismo religioso; infiltração do espiritismo e, em certos casos, de práticas religiosas do Oriente.
915. Freqüentemente se suprimem formas de piedade popular sem razões válidas e sem substituí-las por algo melhor.
916. É necessário que toda esta renovação seja orientada por uma autêntica teologia litúrgica. Nesta, sobressai a teologia dos sacramentos. Isto contribuirá para a superação duma mentalidade neo-ritualista.
917. O Pai, por Cristo e no Espírito, santifica a Igreja e, por ela, o mundo; mundo e Igreja por sua vez, por Cristo e no Espírito, dão gloria ao Pai.
918. A liturgia, como ação de Cristo e da Igreja, é o exercício do sacerdócio de Jesus Cristo; é o ápice e a fonte da vida eclesial. É um encontro com Deus e os irmãos; banquete e sacrifício realizado na Eucaristia; festa de comunhão eclesial, na qual o Senhor Jesus por seu mistério pascal, assume e liberta o Povo de Deus e, por ele, toda a humanidade, cuja história é convertida em história salvífica, para reconciliar os homens entre si e com Deus. A liturgia é também força em nosso peregrinar, para que se leve a bom termo, mediante o compromisso transformador da vida, a realização plena do Reino, segundo o plano de Deus.
919. Na Igreja particular, "o bispo deve ser tido como sumo sacerdote de sua grei; dele deriva e depende, de certo modo, a vida em Cristo dos seus fiéis" (SC 41).
920. O homem é um ser sacramental; no nível religioso exprime suas relações com Deus num conjunto de sinais e símbolos; Deus, igualmente, os utiliza quando se comunica com os homens. Toda a criação é de certa forma, sacramento de Deus, porque no-lo revela.
921. Cristo "é imagem de Deus invisível" (Cl 1,15). Como tal, é o sacramento primordial e radical do Pai: aquele que me viu, viu o Pai" (Jo 14,9).
922. A Igreja é, por sua vez, sacramento de Cristo para comunicar aos homens a vida nova. Os sete sacramentos da Igreja concretizam e atualizam esta realidade sacramental para as diversas situações da vida.
923. Por isso, não basta recebê-los de forma passiva, mas sim inserindo-nos vitalmente na comunhão eclesial. Pelos sacramentos Cristo continua, mediante a ação da Igreja, a encontrar-se com os homens e salvá-los.
A celebração eucarística, centro da sacramentalidade da Igreja e presença mais plena de Cristo no meio da humanidade, é o centro e ponto culminante de toda a vida sacramental.
924. A renovação litúrgica deve ser orientada por critérios pastorais fundados na própria natureza da liturgia e de sua função evangelizadora.
925. A reforma e renovação litúrgicas fomentam a participação, que conduz à comunhão. A participação plena, consciente e ativa na liturgia é fonte primária e necessária do Espírito verdadeiramente cristão. Por isso, as considerações pastorais, salva sempre a observância das normas litúrgicas, devem superar o mero rubricismo.
926. Os sinais, importantes em qualquer ação litúrgica, devem ser empregados de maneira viva e digna, com o pressuposto duma catequese adequada. As adaptações previstas na Constituição Sacrosanctum Concilium e nas normas pastorais posteriores são indispensáveis para se conseguir um rito acomodado às nossas necessidades, especialmente às do povo simples, tendo-se em conta suas legítimas expressões culturais.
927. Nenhuma atividade pastoral pode-se realizar sem referência à liturgia. As celebrações litúrgicas supõem uma iniciação à fé, mediante o anúncio evangelizador, a catequese e a pregação bíblica; esta é a razão de ser dos cursos e encontros pré-sacramentais.
928. Qualquer celebração deve ter, por sua vez, projeção evangelizadora e catequética adaptada às diversas assembléias de fiéis, pequenos grupo, crianças, grupos populares, etc.
929. As celebrações da Palavra, com uma abundante, variada e bem escolhida leitura da Sagrada Escritura, são de muito proveito para a comunidade, principalmente onde não há presbíteros e, sobretudo, para a realização do culto dominical.

930. A homilia, como parte da liturgia, é ocasião privilegiada para se expor o mistério de Cristo no aqui e agora da comunidade, partindo dos textos sagrados, relacionando-os com o sacramento e aplicando-os à vida concreta. Sua preparação deve ser esmerada e sua duração, proporcionada às outras partes da celebração.
931. Quem preside à celebração é o animador da comunidade que, por sua atuação, favorece a participação dos fiéis; donde a importância duma forma digna e adequada de celebrar.
932. O exemplo de Cristo orante: o Senhor Jesus, que passou pela terra fazendo o bem e anunciando Palavra, dedicou, sob o impulso do Espírito, muitas horas à oração, falando com seu Pai com filial confiança e incomparável intimidade e dando exemplo a seus discípulos, aos quais ensinou expressamente a orar. O cristão, movido pelo Espírito Santo, há de fazer da oração motivo de sua vida diária e de seu trabalho; a oração cria nele um clima de louvor e agradecimento ao Senhor aumenta-lhe a fé, conforta-o na esperança operosa, leva-o a entregar-se aos irmãos e a ser fiel na faina apostólica, torna-o capaz de formar comunidade. A Igreja que ora em seus membros une-se à oração de Cristo.
933. A oração em família: a família cristã, evangelizada e evangelizadora, deve seguir o exemplo de Cristo orante. Assim, a sua oração manifesta e sustenta a vida da Igreja doméstica, na qual se acolhe o germe do Evangelho que cresce para tornar todos os seus membros capazes de serem apóstolos e fazerem da família um núcleo de evangelização.
934. A liturgia não esgota toda a atividade da Igreja. Recomendam-se os exercícios piedosos do povo cristão, contanto que sejam conformes às normas e leis da Igreja, derivem, de certa maneira, da liturgia e a ela conduzam. 0 mistério de Cristo é uno e, em sua riqueza, inclui manifestações e modos diversos de chegar aos homens. Graças a sua rica herança religiosa e em virtude da urgência das circunstâncias de tempo e lugar, as comunidades cristãs tornam-se evangelizadoras ao viverem a oração.
935. A piedade popular conduz ao amor de Deus e dos homens e ajuda as pessoas e os povos a tomarem consciência de sua responsabilidade na realização do próprio destino. A autêntica piedade popular, baseada na palavra de Deus, encerra valores evangelizadores que ajudam a aprofundar a fé do povo.
936. A expressão da piedade popular deve respeitar os elementos culturais nativos.
937. Para constituir um elementos eficaz de evangelização, a piedade popular precisa duma constante purificação e clarificação, e levar, não só à pertença à Igreja, mas também à vivência cristã e a compromisso com os irmãos.
938. Dar à liturgia sua verdadeira dimensão de ponto culminante e manancial da atividade da Igreja (SC 10).
939. Celebrar a fé, na liturgia, como encontro com Deus e com os irmãos, como festa de comunhão eclesial, como fortalecimento em nosso peregrinar e como compromisso de nossa vida cristã. Dar especial importância à liturgia dominical.
940. Revalorizar a força dos “sinais” e sua teologia.
Na liturgia, celebrar a fé com expressões culturais obedecendo a uma sadia criatividade. Promover adaptações adequadas particularmente aos grupos étnicos e ao povo simples (grupos populares); atentando, porém, a que a liturgia não seja instrumentalizada para fins alheios à sua natureza, respeitem-se fielmente as normas da Santa Sé e, na celebrações litúrgicas, evitem-se arbitrariedades.
941. Estudar a função catequética e evangelizadora da liturgia.
942. Promover a formação dos agentes de pastoral litúrgica, por meio duma autêntica teologia que os leve a um compromisso vital.
943. Procurar oferecer aos presidentes das celebrações litúrgicas condições aptas para aprimorarem sua função e conseguirem uma comunicação viva com a assembléia; pôr um especial esmero na preparação da homilia, cujo valor evangelizador é grande.
944. Fomentar as celebrações da palavra dirigidas por diáconos ou leigos (homens ou mulheres).
945. Preparar e realizar com esmero a liturgia dos sacramentos, a das grandes festividades e a que se realiza nos santuários.
946. Aproveitar como ocasiões propícias de evangelização a celebração da palavra nos funerais e nos atos de piedade popular.
947. Promover a música sacra, como serviço eminente que corresponde à índole de nossos povos.
948. Respeitar o patrimônio artístico religioso e fomentar a criatividade artística adaptada às novas formas litúrgicas.
949. Incrementar as celebrações transmitidas pelo rádio e televisão, levando em conta a natureza da liturgia e a índole dos respectivos meios de comunicação utilizados.
950. Fomentar os encontros preparatórios para a celebração dos sacramentos.
951. Aproveitar as possibilidades oferecidas pelos novos rituais dos sacramentos. Os sacerdotes dediquem-se de maneira especial a administrar o sacramento da reconciliação.
952. A diocese, na sua pastoral de conjunto, a paróquia e as comunidades menores (comunidades eclesiais de base e família) integrem em seus programas evangelizadores a oração pessoal e comunitária.
953. Procurar que todas as atividades na Igreja (como sejam reuniões, uso de meios de comunicação social, obras sociais etc.) sejam ocasião e escola de oração.
954. Utilizar os seminários, mosteiros, escolas e outros centros de formação como lugares privilegiados para orar, irradiar vida de oração e formar mestres da mesma.
955. Os sacerdotes, religiosos e leigos comprometidos, salientem-se por seu exemplo de oração e pelo ensino da mesma ao Povo de Deus.
956. Promover as obras que fomentem a santificação do trabalho e a oração dos enfermos e inválidos.
957. Fomentar as formas de piedade popular que contribuam para fortalecer a oração pessoal, familiar de grupo e comunitária.
958. Incluir os grupos de oração na pastoral orgânica para que orientem seus membros para a liturgia a evangelização e o compromisso social.
959. Esmerem-se os agentes de pastoral por recuperar os valores evangelizadores da piedade popular em suas diversas manifestações, quer pessoais, quer coletivas.
960. Tome-se a piedade popular como ponto de partida para conseguir que a fé do povo ganhe maturidade e profundidade; para isso, esta piedade popular basear-se-á na palavra de Deus e no sentido de pertença à Igreja.

961. Não se prive o povo de suas expressões de piedade popular. Caso algo tenha que mudar, proceda-se gradualmente e recorra-se a uma prévia catequese para conseguir algo melhor.
962. Orientar os sacramentos ao reconhecimento dos benefícios de Deus e à tomada de consciência do compromisso que o cristão tem no mundo.
963. Apresentar a devoção a Maria e aos santos como realização neles da Páscoa de Cristo e recordar que elas devem conduzir à vivência da Palavra e ao testemunho de vida.
964. A Igreja deu de diversas maneiras, através de sua história na América Latina, testemunho daquilo em que crê: sua fidelidade ao Vigário de Cristo, a mútua ajuda entre as Igrejas particulares; a existência e as realizações do Conselho Episcopal Latino-americano são sinais da comunhão em que ela vive.
965. A Igreja, através de inumeráveis sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos, tem estado presente entre os mais pobres e necessitados, pregando a mensagem e pondo em obra a caridade que o Espírito nela difunde para a promoção integral do homem, e dando testemunho de que o Evangelho tem força para elevá-lo e dignificá-lo.
966. Contudo, nem todos os membros da Igreja têm guardado o devido respeito para com o homem e sua cultura; muitos deram mostras duma fé pouco vigorosa para vencer seus egoísmos, seu individualismo e apego às riquezas, agindo injustamente e lesando a unidade da sociedade e da própria Igreja.
967. Cristo, primeiro evangelizador e testemunha fiel, evangeliza dando testemunho verdadeiro do que viu junto do Pai e faz as obras que vê o Pai fazer; suas ações dão testemunho de que veio do Pai.
968. Os verdadeiros cristãos, unidos a Jesus, dão por seu turno este mesmo testemunho. Por suas obras, testificam o amor que o Pai tem para com os homens, o poder salvador com que Jesus Cristo liberta do pecado e o amor neles infundido pelo Espírito que neles habita e que é capaz de criar a verdadeira comunhão com o Pai e os irmãos.
969. As obras dos cristãos guiados pelo Espírito são: amor, comunhão, participação, solidariedade, domínio de si mesmo, alegria, esperança, justiça realizada na paz, castidade, entrega desinteressada de si mesmo; numa palavra, tudo aquilo que constitui a santidade; esta anda acompanhada pela freqüência aos sacramentos, oração e intensa devoção a Maria.
970. O verdadeiro testemunho dos cristãos é, portanto manifestação das obras que Deus realiza nos homens. O homem dá testemunho baseado não em suas próprias forças, mas na confiança que tem no poder de Deus que o transforma e na missão que lhe confere.
971. Sendo o testemunho elemento primordial da evangelização e condição essencial para a verdadeira eficácia da pregação, faz-se mister que esteja sempre presente na vida e ação evangelizadora da Igreja, de tal sorte que, no contexto da vida latino-americana, atue como "sinal" que provoque o desejo de conhecer a Boa Nova e ateste a presença do Senhor entre nós.
972. Na situação em que vivem os nossos povos, os frutos do Espírito, que formam o núcleo do nosso testemunho, exigem que tanto a hierarquia como o laicato e os religiosos vivamos numa contínua autocrítica, à luz do Evangelho, em nível pessoal grupal e comunitário, para nos despojarmos de qualquer atitude que não seja evangélica e desfigure a fisionomia de Cristo.
973. Esta é a nossa primeira opção pastoral: a própria comunidade cristã, seus leigos, seus pastores, seus ministros e seus religiosos devem converter-se cada vez mais ao Evangelho, para poderem evangelizar os outros.
974. Importante é, sobretudo, que revisemos, em comunidade, nossa comunhão e participação com os pobres, os humildes, os pequenos. Será portanto necessário escutá-los, acolher o mais íntimo de suas aspirações, valorizar, discernir, animar, corrigir, com o desejo de que o Senhor nos guie para tornar efetiva a unidade com eles num mesmo corpo e num mesmo espírito.
975. Isto pede de nós uma oração mais assídua, meditação mais profunda da Escritura, despojamento íntimo e efetivo, segundo o Evangelho, de nossos privilégios, modos de pensar, ideologias, relacionamentos preferenciais e bens materiais; maior simplicidade de vida; comprometer-nos na realização de ações significativas, como seja o cabal cumprimento da "hipoteca social" da propriedade; a comunhão cristã de bens materiais e espirituais; a colaboração em ações comunitárias de promoção humana e uma vasta gama de obras de caridade, cujo mínimo que se possa exigir é a justiça, associada à maior liberdade diante de critérios e poderes pervertidos.
976. Também importa que a Igreja progrida, em nível continental, na realização de sinais que dêem testemunho de sua vitalidade interior; entre esses sinais estão a maior solidariedade entre as Igrejas particulares e a melhor coordenação pastoral através do CELAM, que deve continuar servindo à colegialidade episcopal e à comunhão intra-eclesial na América Latina.
977. A catequese "que consiste na educação ordenada e progressiva da fé" (Mensagem do Sínodo de Catequese, n. 1), deve ser atividade prioritária na América Latina, se quisermos conseguir uma renovação profunda da vida cristã e, com esta, uma nova civilização que seja participação e comunhão de pessoas na Igreja e na sociedade.
Do ponto de vista histórico, a partir de Medellín, podem-se notar na catequese aspectos positivos e negativos.
Positivos:
978. O florescimento da ação catequética nos diversos países, mediante novas e ricas experiências, como por exemplo:
979. Um esforço sincero para integrar a vida com a fé, a história humana com a história da salvação, a situação humana com a doutrina revelada, a fim de que o homem consiga a sua verdadeira libertação.
980. Uma pedagogia catequética positiva, que parte da pessoa de Cristo para chegar a seus preceitos e conselhos.
981. Um amor mais acendrado à Sagrada Escritura, como fonte principal da catequese.
982. Uma educação baseada no sentido construtivo da pessoa e da comunidade, numa visão cristã.
983. Um redescobrimento da dimensão comunitária da catequese, de sorte que a comunidade eclesial está se tornando responsável pela catequese em todos os níveis: na família, na paróquia, nas Comunidades Eclesiais de Base, na comunidade escolar e na organização diocesana e nacional.
984. Uma tomada de consciência cada vez maior de que a catequese é um processo dinâmico, gradual e permanente de educação na fé.

985. Um aumento de institutos para a formação de catequistas, em muitas partes e em todos os níveis: diocesanos, nacionais e internacionais.
986. Uma proliferação de textos de catecismo. Isto, às vezes é positivo, outras é negativo, na medida em que são parciais ou não renovados.
Negativos:
987. A catequese não consegue atingir todos os cristãos em medida suficiente, nem todos os setores e situações como, por exemplo: vastos setores da juventude, das elites intelectuais, dos camponeses e do mundo operário, das forças armadas, dos anciãos e dos enfermos, etc.
988. Não raro, cai-se em dualismos e falsas oposições, como entre catequese sacramental e catequese vivencial; catequese da situação e catequese doutrinal. Por não situar-se numa posição de justo equilíbrio, alguns têm caído no formulismo e outros no vivencial sem apresentação de doutrina; há os que passaram do memorismo à total ausência de memorização.
989. Há catequistas que descuram a iniciação à oração e à liturgia.
990. Por vezes, não se respeita a diferença entre certos assuntos que são da alçada dos teólogos e outros que cabem aos catequistas em sintonia com o magistério; devido a isso, tem sucedido difundirem-se, entre os catequistas, conceitos que não passam de meras hipóteses teológicas ou de estudo.
991. Verifica-se certa desorientação das atitudes catequéticas no campo ecumênico.
992. A obra evangelizadora que se efetua na catequese exige a comunhão de todos: ela requer ausência de divisões e que as pessoas se encontrem numa fé adulta e num amor evangélico. Uma das metas da catequese é precisamente a construção da comunidade.
993. Impõe-se a colaboração de todos os membros da comunidade eclesial, cada qual de acordo com seu ministério e carisma, sem se esquivar de responsabilidades apostólicas e missionárias, para que, com a catequese, a Igreja edifique a Igreja. A Igreja é constantemente evangelizada e evangelizadora.
994. A fidelidade a Deus se expressa na catequese como fidelidade à Palavra outorgada em Jesus Cristo. O catequista não pega a si mesmo, mas Jesus Cristo, sendo fiel à sua Palavra e à integridade da sua mensagem.
995. Todo aquele que catequiza sabe que a fidelidade a Jesus Cristo anda indissoluvelmente unida à fidelidade à Igreja; que ele, com seu trabalho, está continuamente a edificar a comunidade e a transmitir a imagem da Igreja; que deve fazer isto em união com os bispos e com a missão deles recebida.
996. A fidelidade ao homem latino-americano exige da catequese que ela penetre, assuma e purifique os valores de sua cultura. Por conseguinte, que se esmere no uso e adaptação da linguagem catequética.
997. A catequese deve, por conseqüência, iluminar com a Palavra de Deus as situações humanas e os acontecimentos da vida, para neles fazer descobrir a presença ou ausência de Deus.
998. A catequese deve levar a um processo de conversão e crescimento permanente e progressivo na fé.
999. "Em toda a catequese integral, devem-se unir sempre de modo inseparável:
- o conhecimento da Palavra de Deus;
- a celebração da fé nos sacramentos;
- a confissão da fé na vida cotidiana" (Sínodo de 1977, 11).

Para cumprir sua missão evangelizadora na América Latina, a catequese deverá ter presentes os seguintes itens:
1000. a) Formar homens pessoalmente comprometidos com Cristo, capazes de participação e comunhão no seio da Igreja e dedicados ao serviço da salvação do mundo.
1001. b) Tomar como fonte principal a Sagrada Escritura, lida no contexto da vida, à luz da Tradição e do Magistério da Igreja, transmitindo, além disso, o símbolo da fé; portanto, dará importância ao apostolado bíblico, difundindo a Palavra de Deus, formando grupos bíblicos, etc..
1002. c) Dar prioridade pastoral à formação adequada dos catequistas, em diversos institutos, atendendo à sua especialização em função das diversas situações, idades e áreas em que vivem os catequizandos, p. ex. crianças, jovens, camponeses, operários, forças armadas, elites, enfermos, deficientes, presidiários, etc.
1003. d) Nos institutos de formação dos sacerdotes e dos religiosos e religiosas, adaptar a 'Ratio studiorum', como algo urgente para que se intensifique o sentido da transmissão adequada e atualizada da mensagem evangélica.
Os catequistas devem procurar:
1004. A integridade do anúncio da Palavra, para superar dualismos, falsas oposições e a unilateralidade.
1005. Iniciar os catequizandos na oração e na liturgia; no testemunho e no compromisso apostólico.
1006. Ministrar uma catequese vocacionalmente orientadora, explicando também a vocação leiga, suscitando um compromisso adaptado às diferentes idades, desde a infância até a idade adulta.
1007. Como educadores da fé das pessoas e das comunidades, empenhar-se numa metodologia que inclua, sob forma de processo permanente por etapas sucessivas, a conversão, a fé em Cristo, a vida em comunidade, a vida sacramental e o compromisso apostólico.
1008. Ministrar uma educação integral da fé, que inclua os aspectos seguintes:
- A capacitação do cristão para "dar razão de sua esperança".
- A capacidade de dialogar ecumenicamente com os outros cristãos.
- Uma boa formação para a vida moral, assumida como seguimento de Cristo, acentuando-se a vivência das bem-aventuranças.
- A formação gradual para uma ética sexual cristã positiva.
- A formação para a vida política e a doutrina social da Igreja.

1009. Os catequistas tenham em consideração a importância da memória, conforme o que afirma o Papa Paulo VI: "Memorizar as mais importantes sentenças bíblicas, mormente as do N.T., e os textos litúrgicos que se usam para a oração em comum e para tornar mais fácil a confissão da fé"; e dêem importância às técnicas audiovisuais: desenho, fotopalavra, mini-média, dramatização, canto etc..
1010. Deverá dirigir-se de forma simultânea aos grupos e às multidões. Para estas últimas, são de muita eficácia as missões populares convenientemente renovadas numa linha evangelizadora.
1011. Favoreça-se a catequese permanente, desde a infância até a velhice integrando-se entre as comunidades ou instituições que catequizam, a saber, a família, a escola, a paróquia, os movimentos e as diversas comunidades ou grupos.

1012. Para a Igreja, educar o homem é parte integrante e sua missão evangelizadora, continuando assim a missão de Cristo Mestre.

1013. Quando a Igreja evangeliza e consegue a conversão do homem, também o educa, pois a salvação (dom divino e gratuito) longe de desumanizar o homem, o aperfeiçoa e enobrece; faz com que cresça em humanidade. A evangelização é, neste sentido, educação. Todavia, a educação enquanto tal não pertence ao conteúdo essencial da evangelização, mas ao seu conteúdo integral.

1014. O múnus educativo desenvolve-se entre nós numa situação de transformação sócio-cultural, caracterizada pela secularização da cultura, influenciada pelos meios de comunicação de massa e marcada pelo desenvolvimento econômico quantitativo que, embora haja significado algum progresso, não suscitou as requeridas mudanças para uma sociedade mais justa e equilibrada. A situação de pobreza de grande parte de nossos povos está significativamente correlacionada com os processos educativos. Os setores deprimidos são os que mostram maiores taxas de analfabetismo e deserção escolar e as menores possibilidades de conseguir emprego.

1015. Em algumas nações, constitui situação problemática a presença de grupos aborígenes que, não obstante seus valores culturais (formas de organização social, sistemas simbólicos, costumes e celebrações comunitárias, artes e habilidades manuais), carecem de formas estruturadas de educação, de escrita e de certa sagacidade e hábitos mentais, circunstancias estas que os marginalizam e mantêm numa situação desvantajosa. Para eles, as instituições educativas convencionais são, não só estranhas, mas também pouco funcionais, pois costumam operar como mecanismos de desenraizamento e evasão da comunidade.

1016. O crescimento demográfico acelerou a demanda de educação em todos os níveis: elementar, médio e superior, à qual corresponde um considerável aumento de oferta, especialmente por parte do setor estatal. Contudo, a distribuição de recursos fiscais costuma obedecer a critérios políticos, mais do que à preferência por áreas menos favorecidas. Também a iniciativa privada e as instituições vinculadas à Igreja têm contribuído, apesar das dificuldades, para aumentar a oferta educacional.

1017. As relações entre Igreja e Estado em matéria de educação variam de um país para outro. Em alguns, existem formas, legais ou de fato, duma real colaboração; em outros, situações de conflito, mormente onde impera o monopólio educativo do Estado. Em geral, o diálogo depende da situação política. Alguns governos chegaram a considerar subversivos certos aspectos e conteúdos da educação cristã.

1018. A crescente demanda educacional de índole variada cria também para a Igreja novos desafios, não só no campo da educação convencional (colégios e universidades), mas também em outros: educação de adultos, educação à distancia, não-formal, assistemática, em estreita ligação com o notável desenvolvimento dos meios modernos de comunicação social, e, finalmente, as amplas possibilidades ensejadas pela educação permanente.

1019. Entre os religiosos educadores surgem questionamentos sobre a instituição escolar católica, porque favoreceria o elitismo e a mentalidade classista; por causa dos escassos resultados na educação da fé e das mudanças sociais; devido a problemas financeiros, etc. Esta tem sido uma das causas que levaram muitos religiosos a abandonar o campo da educação em troca duma ação pastoral considerada mais direta, valiosa e urgente.

1020. Nota-se, com satisfação, a presença crescente dos leigos nas instituições educativas eclesiais e comprova-se a intervenção de cristãos responsáveis em todos os campos da educação.

1021. Verificam-se influências ideológicas na maneira de conceber a educação, mesmo cristã. Uma, de feitio utilitário-individualista, a considera simples meio para assegurar um porvir: um investimento a prazo. Outra procura instrumentalizar a educação, não com fins individualistas, mas a serviço dum projeto sócio-político definido, quer de tipo estatal, quer coletivista.

1022. Experimentam-se dificuldades na coordenação de agentes e agências educativas eclesiais, entre si e com os bispos, quer porque não se aceita plenamente a liderança destes, quer por menosprezar-se uma preocupação e compromisso dos pastores no campo da educação. Em conseqüência disto, nota-se também deficiência na planificação educacional e, até, certa incapacidade para fixar os objetivos.

1023. Está adquirindo maior vigência a idéia da “comunidade ou cidade educativa”, na qual se integram, atual ou potencialmente, todos os fatores educativos da comunidade, a partir da família e realçando-se o papel da mesma. Esta concepção está transformando alguns colégios em verdadeiros agentes de evangelização.

1024. A educação é uma atividade humana da ordem da cultura; a cultura tem uma finalidade essencialmente humanizadora. Desta forma, compreende-se que o objetivo de toda educação genuína seja humanizar e personalizar o homem, sem desvirtuá-lo, mas pelo contrário orientando-o eficazmente para seu fim último que transcende a essencial finitude do homem. A educação será tanto mais humanizadora quanto mais se abrir para a transcendência, ou seja, para a verdade e o Sumo Bem.

1025. A educação humaniza e personaliza o homem quando consegue que este desenvolva plenamente o seu pensamento e sua liberdade, fazendo-os frutificar em hábitos de compreensão e comunhão com a totalidade da ordem real; por meio destes, o próprio homem humaniza o seu mundo, produz cultura, transforma a sociedade e constrói a história.

1026. A educação evangelizadora assume e completa a noção de educação libertadora, porque deve contribuir para a conversão do homem total, não em seu eu profundo e individual, mas também no eu periférico e social, orientando-o radicalmente para a genuína libertação cristã, que torna o homem acessível à plena participação no mistério de Cristo ressuscitado, isto é, à comunhão filial com o Pai e à comunhão fraterna com todos os homens seus irmãos.

Esta educação evangelizadora deverá englobar, entre outras, as características seguintes:

1027. a) Humanizar e personalizar o homem, para nele criar o lugar onde possa revelar-se e ser escutada a Boa Nova: o desígnio salvífico do Pai em Cristo e na sua Igreja.

1028. b) Integrar-se no processo social latino-americano, impregnado por uma cultura radicalmente cristã, na qual, entretanto, coexistem valores e contravalores, luzes e sombras e que, por isso, necessita ser constantemente reevangelizada.

1029. c) Exercer a função crítica própria da verdadeira educação, procurando regenerar permanentemente, do ponto de vista da educação, os princípios culturais e as normas de interação social que possibilitem a criação duma nova sociedade, verdadeiramente participante e fraterna, em outras palavras, educação para justiça.

1030. d) Converter o educando em sujeito, não só seu próprio desenvolvimento, mas também posto a serviço do desenvolvimento da comunidade: educação para o serviço.
Considerado o que precede, enumeram-se os seguintes critérios:
1031. a) A educação católica pertence à missão evangelizadora da Igreja e deve anunciar explicitamente Cristo Libertador.
1032. b) A educação católica não deve perder de vista a situação histórica e concreta em que o homem se encontra, a saber, sua situação de pecado na ordem individual e social. Por conseguinte, propõe-se formar personalidades fortes, capazes de resistir ao relativismo debilitante e viver coerentemente as exigências do batismo (EC 12).
1033. c) A educação católica deve produzir os agentes da transformação permanente e orgânica que a sociedade da América requer (Med 4, II, 8) mediante uma formação cívica e política inspirada na doutrina social da Igreja (João Paulo II, Discurso Inaugural I, 9, AAS, LXXI, p. 195).
1034. d) Por ser uma pessoa, todo homem tem direito inalienável à educação que corresponda ao seu fim, caráter, sexo; acomodada à cultura e às tradições pátrias. Aqueles que não recebem esta educação devem ser considerados com os mais deserdados, portanto, mais necessitados da ação educativa da Igreja.
1035. e) O educador cristão desempenha uma missão humana e evangelizadora. As instituições educativas da Igreja recebem um mandato apostólico da hierarquia.
1036. f) A família é a primeira responsável pela educação. Toda tarefa educadora deve habilitá-la a que possa exercer esta missão.
1037. g) A Igreja proclama a liberdade de ensino, não para favorecer privilégios ou o lucro particular, mas como um direito à verdade, que assiste às pessoas e às comunidades.
Ao mesmo tempo, a Igreja se declara disposta a colaborar no múnus educativo da nossa sociedade pluralista.
1038. h) De acordo com os dois princípios anteriores, o Estado deveria distribuir eqüitativamente o seu orçamento com as outras organizações educativas não estatais, a fim de que os pais, que também são contribuintes, possam escolher livremente a educação para seus filhos.
1039. Fomentar, em união com os agentes de pastoral familiar, a responsabilidade da família, especialmente dos pais, em todos os aspectos do processo educativo.
1040. Reafirmar eficazmente, sem esquecer outras responsabilidades da Igreja no campo educacional, a importância da escola católica em todos os níveis, favorecendo sua democratização e transformando-a, conforme as orientações do Documento da Sagrada Congregação para a Educação Católica, em:
- Instância efetiva de assimilação crítica, sistemática e integradora do saber e da cultura geral.
- Lugar mais apto para o diálogo entre a fé e a ciência.
- Ambiente privilegiado que favoreça e estimule o crescimento na fé, coisa que não depende só dos cursos de religião programados.
- Alternativa válida para o pluralismo educacional.

1041. Ajudar os religiosos e religiosas educadores, especialmente os jovens, a redescobrirem e aprofundarem o sentido pastoral de seu trabalho na escola, de acordo com o seu carisma próprio, prestando-lhes apoio em tarefa tão difícil.
1042. Promover o educador cristão, especialmente o leigo, para que assuma a sua pertença e posição na Igreja, como chamado a participar da sua missão evangelizadora no campo da educação.
1043. Dar prioridade, no campo educacional, aos numerosos setores pobres da nossa população, marginalizados material e culturalmente, orientando para eles, com preferência, de acordo com o ordinário do lugar, os serviços e recursos educativos da Igreja.
1044. Igualmente prioritária é a educação de líderes e agentes de transformação.
1045. Acompanhar a alfabetização dos grupos marginalizados com atividades educacionais que os ajudem a comunicar-se eficazmente; a se darem conta dos seus deveres e direitos; a compreenderem a situação em que vivem e a discernirem suas causas: a se habilitarem para organizar-se no campo civil, trabalhista e político, e assim poder participar plenamente dos processos decisórios que lhes dizem respeito.
1046. Sem descurar os atuais compromissos educacionais escolares, urge responder com generosidade e imaginação aos desafios que a Igreja da América Latina hoje enfrenta e no futuro enfrentará. Essas novas formas de ação educativa não podem ser fruto da veleidade ou improvisação, mas requerem suficiente capacitação de seus promotores e uma fundamentação em diagnósticos objetivos das necessidades, bem como o inventário e avaliação dos próprios recursos. Aconselhável seria recorrer ao uso de métodos participativos.
1047. Promover a educação popular (educação informal) para revitalizar a nossa cultura popular, incentivando tentativas que, por meio da imagem e do som, ponham criativamente em destaque os valores e símbolos profundamente cristãos da cultura latino-americana.
1048. Estimular a comunidade civil em todos os seus setores. Para isso, é necessário instaurar um diálogo franco e receptivo, a fim de que ela assuma suas responsabilidades educativas e consiga transformar-se, junto com suas instituições e recursos, numa autêntica “cidade educativa”.
1049. Promover a coordenação de tarefas, agentes e instituições educativas na ação pastoral da Igreja particular, por meio de um organismo competente, vinculado ao bispo, a cujo encargo estarão as funções de planejamento e avaliação. Faz-se mister uma avaliação objetiva de atividades, obras e situações, que possa levar à melhor utilização dos recursos, modificando, suprimindo ou criando instituições ou programas.
1050. Elaborar, sobretudo em nível de comissões episcopais, a doutrina ou teoria educativa cristã, baseada nos ensinamentos da Igreja e na experiência pastoral. Isto dará ensejo a examinar, à luz da referida doutrina, os princípios objetivos e métodos dos sistemas educativos vigentes, para interpretá-los adequadamente e avaliar criticamente seus resultados. Partindo desta teoria, urge a elaboração dum projeto educativo cristão em nível nacional ou continental, no qual desde logo se inspirarão os ideários concretos das diversas instituições educacionais.
1051. Observou-se nos últimos dez anos uma enorme demanda de ensino superior, com o ingresso em massa dos jovens latino-americanos nas universidades, motivado em grande parte pelo acelerado desenvolvimento de nossos países. Tal fato fez surgir o grave problema da incapacidade do sistema educativo e social para poder satisfazer a todas as demandas; esta incapacidade deixa frustrados a milhares de jovens, porque muitos não entram na universidade, e porque muitos que delas saem não encontram emprego.

1052. A secularização da cultura e os progressos da tecnologia e dos estudos antropológicos e sociais levantam uma série de interrogações a respeito do homem, de Deus e do mundo. Isto causa confrontações entre ciência e fé, entre a técnica e o homem, de modo especial para os crentes.
1053. As ideologias em voga sabem que as universidades são um campo propício para sua infiltração e para conseguir o domínio da cultura e da sociedade.
1054. A universidade deve formar verdadeiros líderes, construtores duma nova sociedade, e isto implica, por parte da Igreja, dar a conhecer a mensagem do Evangelho neste meio e fazê-lo com eficácia, respeitando a liberdade acadêmica, inspirando-lhe a função criativa, tornando-se presente à educação política e social de seus membros, iluminando a pesquisa científica.
1055. Segue-se dai a atenção que todos devemos dar ao ambiente intelectual e universitário. Pode-se afirmar que se trata duma opção-chave capital e funcional da evangelização, pois do contrário perder-se-ia uma posição decisiva para iluminar as mudanças de estruturas.
1056. Como os resultados não se podem medir a curto prazo, poderia ficar-nos a impressão de fracasso e ineficiência. Contudo, isto não deve diminuir a esperança e o empenho dos cristãos que trabalham no campo universitário, pois apesar das dificuldades, eles estão colaborando na missão evangelizadora da Igreja.
1057. Importante é a evangelização do mundo universitário (professores, pesquisadores e estudantes) mediante contatos e serviços de animação pastoral oportunos em instituições não eclesiais de educação superior.
1058. Deve-se insistir mui especialmente em que a universidade católica, vanguardeira da mensagem cristã no mundo universitário é chamada a prestar um serviço relevante à Igreja e à sociedade.
1059. Num mundo pluralista, não lhe é fácil manter a própria identidade. Ela cumprirá sua função, enquanto católica, descobrindo "o seu significado último e profundo em Cristo, na sua mensagem salvífica que abarca o homem em sua totalidade" (João Paulo II, Alocução Universitários 2AAS, LXXI, p.236). Enquanto universidade, procurará sobressair pela honestidade científica, pelo compromisso com a verdade, pela preparação de profissionais competentes para o mundo do trabalho e pela pesquisa de soluções para os problemas mais angustiantes da América Latina.
1060. Sua missão educadora primordial será promover uma cultura integral capaz de formar pessoas que sobressaiam pelos profundos conhecimentos científicos e humanísticos; pelo "testemunho de fé perante o mundo" (GE 10); pela prática sincera da moral cristã e pelo compromisso na criação duma nova América Latina mais justa e fraterna. Desta forma, contribuirá ativa e eficazmente para a criação e renovação da nossa cultura, transformada pela força do Evangelho, na qual o nacional, o humano e o cristão consigam harmonizar-se da melhor maneira.
1061. Além do diálogo das diversas disciplinas entre si e especialmente com a teologia, da pesquisa da verdade como empresa comum entre professores e estudantes, da integração e participação de todos na vida e ocupações universitárias, cada qual segundo a própria competência, deve a mesma universidade católica ser um exemplo de cristianismo vivo e operante. Em seu âmbito, todos os membros dos diversos níveis mesmo aqueles que, embora não sejam católicos, aceitam e respeitam esses ideais devem formar uma "família universitária" (João Paulo II, Alocução Universitários 3; AAS, LXXI, p. 237).
1062. Nesta missão de serviço, a universidade católica deverá viver em contínua auto-análise e tornar sua estrutura operacional flexível para responder ao desafio da própria região ou nação, mediante a oferta de breves cursos especializados, educação continuada para adultos, extensão universitária com oferta de oportunidade e serviços para marginalizados e pobres.
1063. A evangelização, anúncio do Reino, é comunicação: portanto, a comunicação social deve ser levada em conta em todos os aspectos da transmissão da Boa Nova.
1064. A comunicação, como ato social vital, nasce com o próprio homem e tem sido potencializada na época moderna mediante poderosos recursos tecnológicos. Por conseguinte, a evangelização não pode prescindir, hoje em dia, dos meios de comunicação.
1065. A comunicação social surge como dimensão ampla e profunda do relacionamento humano, mediante o qual o homem, individual e coletivamente, à medida que se interrelaciona no mundo, expõe-se ao influxo da civilização audiovisual e à contaminação da "poluição sonora".
1066. Devido à diversidade de meios existentes (rádio, televisão, cinema, imprensa, teatro, etc.) que atuam de maneira simultânea e maciça, a comunicação social incide em toda a vida do homem e sobre ele exerce de maneira consciente ou subliminar, uma influência decisiva.
1067. A comunicação social está condicionada pela realidade sociocultural de nossos países e constitui, por sua vez, um dos fatores determinantes que mantêm esta realidade.
1068. Reconhecemos que os meios de comunicação social são fatores de comunhão e contribuem para a integração latino-americana, bem como para a expansão e democratização da cultura; contribuem outrossim para o lazer, especialmente das pessoas que vivem fora dos centros urbanos; aumentam as capacidades perceptivas pelo estímulo visual auditivo, de penetração sensorial.
1069. Não obstante os aspectos positivos assinalados, devemos denunciar o controle desses meios de comunicação social e a manipulação ideológica que exercem os poderes políticos e econômicos, que se empenham em manter o status quo e até em criar uma ordem nova de dependência-dominação ou, pelo contrário, em subverter esta ordem para criar outra de sinal contrário. A exploração das paixões, dos sentimentos, da violência e do sexo, com objetivos consumistas, constituem uma flagrante violação dos direitos individuais. Igual violação aparece na indiscriminação das mensagens, repetitivas ou subliminares, com respeito à pessoa e principalmente à família.
1070. Os jornalistas nem sempre se mostram objetivos e honestos na transmissão de notícias, de forma que são eles mesmos os que às vezes manipulam a informação, calando, alterando ou inventando o conteúdo da mesma, com grande desorientação da opinião pública.
1071. O monopólio da informação, tanto por parte do governo como de interesses privados, permite o uso arbitrário dos meios de informação e dá lugar à manipulação de mensagens de acordo com interesses setoriais. Particularmente grave é o manejo da informação que empresas e interesses transnacionais fazem a respeito de nossos países ou com destino a eles.

1072. A programação, em grande parte estrangeira, produz transculturação não participativa e mesmo destruidora de valores autóctones; o sistema publicitário, tal como se apresenta, e o uso abusivo do esporte, enquanto elemento de evasão, os transformam em fatores de alienação; seu impacto massificante e compulsivo pode levar ao isolamento e até à desintegração da comunidade familiar.
1073. Os meios de comunicação social têm-se convertido muitas vezes em veículo de propaganda do materialismo reinante, pragmático e consumista, e criam em nosso povo falsas expectativas, necessidades fictícias, graves frustrações e um doentio afã competitivo.
Visão da realidade na Igreja da América Latina
1074. Existe na Igreja da América Latina certa percepção da importância da comunicação social, porém, não como realidade global, que afeta todas as relações humanas e a própria pastoral, bem como da linguagem específica dos media.
1075. A Igreja tem sido explícita quanto à doutrina referente aos meios de comunicação social, publicando numerosos documentos sobre a matéria, embora tenha havido delongas em levar estes ensinamentos à prática.
1076. Há insuficiente aproveitamento das ocasiões de comunicação que se oferecem à Igreja por parte dos meios estranhos e incompleta utilização dos seus próprios meios ou daqueles que são por ela influenciados; além disso, os meios próprios não estão integrados entre si, nem na pastoral de conjunto.
1077. Salvo raras exceções ainda não existe na Igreja da América Latina uma verdadeira preocupação por formar o Povo de Deus na comunicação social; capacitá-lo para assumir uma atitude crítica frente ao bombardeio dos *mass media* e para opor-se ao impacto de suas mensagens alienantes, ideológicas, culturais e publicitárias. Situação que se agrava pelo pouco uso que se faz dos cursos organizados nesta área, escasso orçamento que se destina aos meios de comunicação social em função evangelizadora e descuido da atenção devida a proprietários e técnicos desses meios.
1078. Deve-se mencionar aqui como fenômeno altamente positivo o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação grupal (MCG) e dos pequenos meios, com uma produção sempre crescente de material para a evangelização e com um emprego cada dia maior desses meios pelos agentes de pastoral, propiciando-se assim um acertado crescimento da capacidade de diálogo e de contato.
1079. A Igreja da América Latina tem feito nos últimos anos muitos esforços em favor duma comunicação maior em seu interior. Todavia, em muitos casos, o que se realizou até agora não corresponde plenamente às exigências do momento. O fluxo de experiências e opiniões legítimas, como expressão pública de pareceres no interior da Igreja, reduz-se a manifestações esporádicas e, portanto, insuficientes, que têm pouca influência na totalidade da comunidade eclesial.
1080. a) Integrar a comunicação na pastoral de conjunto.
1081. b) Dentre as tarefas por realizar neste campo, dar prioridade à formação na comunicação social, tanto do público em geral, como dos agentes de pastoral em todos os níveis.
1082. c) Respeitar e favorecer a liberdade de expressão e a correlativa informação, pressupostos essenciais da comunicação social e de sua função na sociedade dentro da ética profissional, conforme a Exortação Communio et Progressio.
A luz da problemática latino-americana e levando em conta o fenômeno da comunicação social e suas implicações na evangelização, cabe formular as seguintes propostas pastorais:
1083. a) Urge que a hierarquia e os agentes pastorais em geral conheçam, compreendam e experimentem mais a fundo o fenômeno da comunicação social, a fim de que se adaptem às respostas pastorais a esta nova realidade e se integre a comunicação na pastoral de conjunto.
1084. b) Para que a articulação da pastoral da comunicação com a pastoral orgânica seja efetiva, é preciso criar, onde não existe, e potencializar, onde existe, um departamento ou organismo específico (nacional e diocesano) para a comunicação social e incorporá-lo nas atividades de todas as áreas pastorais.
1085. c) A tarefa de formação no campo da comunicação é uma ação prioritária. Portanto, urge formar neste campo todos os agentes da evangelização:
Para os aspirantes ao sacerdócio e à vida religiosa, é necessário que esta formação se integre nos programas de estudos e formação pastoral.
Para os sacerdotes, religiosos, religiosas, agentes de pastoral e para os próprios responsáveis pelos organismos nacionais e diocesanos de pastoral de comunicação social, é mister programar sistemas de formação permanente.
Especial atenção merecem os profissionais da comunicação e a formação mais adequada dos que cobrem a área da informação religiosa.
1086. d) Dentro das normas litúrgicas, cada Igreja particular providencie a forma mais adequada para introduzir na liturgia, que é em si mesma comunicação, os recursos de som e imagem, os símbolos e formas de expressão mais aptos para representar a relação com Deus, de sorte que se faculte uma participação maior e mais adequada nos atos litúrgicos.
1087. Recomenda-se utilização esmerada dos aparelhos de som nos lugares de culto.
1088. e) Educar o público receptor para que tenha uma atitude crítica perante o impacto das mensagens ideológicas, culturais e publicitárias que nos bombardeiam continuamente, com o fim de neutralizar os efeitos negativos da manipulação e massificação.
1089. Recomenda-se aos organismos eclesiais que operam em escala continental (UNDA, OCIC, UCLAP) dediquem uma especial atenção à formação do público receptor, assim como das pessoas acima mencionadas.
1090. f) Sem descurar a necessária e urgente presença dos meios de comunicação de massa, urge intensificar o uso dos meios de comunicação de grupo (MCG) que, além de serem menos custosos e de mais fácil utilização, oferecem a possibilidade de diálogo e são mais aptos para uma evangelização de pessoa para pessoa que suscite adesão e compromissos verdadeiramente pessoais.
1091. g) Para maior eficácia na transmissão da mensagem, a Igreja deve lançar mão duma linguagem atualizada, concreta, direta, clara e ao mesmo tempo caprichada. Esta linguagem deve ficar próxima da realidade que o povo enfrenta, de sua mentalidade e religiosidade, de tal sorte que possa ser facilmente captada; para isso, é preciso levar em conta os sistema e recursos da linguagem audiovisual própria do homem hodierno.

1092. h) Com o objetivo de iluminar pelo Evangelho os acontecimentos cotidianos e acompanhar o homem latino-americano com base no conhecimento de seus afazeres diários e dos fatos que influem sobre ele, a Igreja deve preocupar-se com possuir canais próprios de informação e de notícias que assegurem a intercomunicação e o diálogo com o mundo. Isto é tanto mais urgente quanto à experiência mostra as contínuas distorções do pensamento e dos fatos de Igreja por parte das agências.
1093. A presença da Igreja no mundo da comunicação social exige importantes recursos que devem ser providenciados pela comunidade cristã.
1094. i) Conhecida a situação de pobreza, marginalização e injustiça em que estão imersas grandes massas latino-americanas e de violação dos direitos humanos, a Igreja, no uso de seus meios próprios, deve ser cada dia mais a voz dos desamparados, apesar dos riscos que isto implica.
1095. j) As limitações que temos encontrado no Continente nos forçam a ratificar o direito social à informação, com suas obrigações correlativas, dentro dos limites éticos que impõem o respeito à privacidade das pessoas e à verdade. Maior validez ainda têm esses princípios no interior da Igreja.
1096. Incrementar o diálogo ecumênico entre as religiões e com os não-crentes, com vistas à comunhão, buscando áreas de participação para o anúncio universal da salvação.
1097. A evangelização goza duma universalidade sem fronteiras: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura" (Mc 16,15). A Igreja, depositária da Boa Nova e evangelizadora, começa evangelizando-se a si mesma. Este mandato do Senhor, do qual são depositários todos os cristãos, é motivo para um esforço comum, impulsionado pelo Espírito Santo, para dar testemunho de nossa esperança "diante de todos os povos". Face à responsabilidade da evangelização, a Igreja Católica abre-se para um diálogo de comunhão, procurando áreas de participação para o anúncio universal da salvação.
1098. Isto supõe que evangelização e diálogo estejam intimamente relacionados. As áreas de intercâmbio que se abrem diante da Igreja são muitas e variadas, mas aqui, seguindo o Concílio e a Encíclica Ecclesiam Suam, sintetizamo-las em três: os cristãos não-católicos; os não-cristãos; os não-crentes.
1099. O Continente latino-americano foi evangelizado na fé católica desde o seu descobrimento. Isto constitui um traço fundamental de identidade e unidade do Continente, e ao mesmo tempo, uma tarefa permanente. Por causas diversas, presencia-se hoje um crescente pluralismo religioso e ideológico.
1100. A Igreja Católica constitui a mesma maioria na América Latina, e isto é um fato muito relevante, de caráter não somente sociológico, mas também teológico.
1101. Junto com ela, encontram-se Igrejas orientais e Igrejas e comunidades eclesiais do ocidente.
1102. Encontram-se também aquilo que hoje costuma chamar-se "movimentos religiosos livres" (popularmente "seitas"), alguns dos quais se mantêm nos limites da profissão de fé basicamente; outros, pelo contrário, não podem ser considerados como tais.
1103. Presente está o judaísmo, com a variedade de correntes e tendências que lhe é própria.
1104. Deparamos o islamismo e outras religiões não-cristãs.
1105. Notamos igualmente outras formas religiosas ou para-religiosas, com um conjunto de atitudes bem diferentes entre si, que aceitam uma realidade superior ("espíritos", "forças ocultas", "astros", etc.) com a qual entendem comunicar-se para obter ajuda e normas da vida.
1106. A "não crença" é um fenômeno que designa realidades muito diversas. Manifesta-se pela repulsa explícita do divino forma mais extremada porém, mais amiúde, por deformações da idéia de Deus e da religião, interpretadas como alienantes. Isto se nota bastante nos ambientes intelectuais e universitários; em meios juvenis e operários. Outros equiparam as religiões e as reduzem à esfera da vida privada. Finalmente cresce o número daqueles que se despreocupam do religioso, ao menos na vida prática".

Nota:20

cf. **EN, 18**: "Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: "Eis que faço novas todas as coisas". No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios".

Nota:21

cf. **Medellín, 4, I**: "Devemos reconhecer, antes de mais nada, que têm sido feitos esforços consideráveis em quase todos os nossos países para estender a educação em seus diversos níveis e são grandes os méritos que, neste esforço, correspondem tanto aos governos como à Igreja e aos demais setores responsáveis pela educação.
Contudo, o panorama geral da educação apresenta-se a nós, ao mesmo tempo, com características de drama e de desafio. Ao dizer isto, não nos anima um espírito pessimista, mas um desejo de superação.
Considerando a urgência do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens na grande comunidade latino-americana, os esforços educativos padecem de sérias deficiências e inadequações".

Nota:22

cf. **Puebla 1308**: "É necessário criar no homem latino-americano uma sã consciência social, um sentido evangélico crítico face à realidade, um espírito comunitário e um compromisso social. Tudo isto tornará possível uma participação livre e responsável, em comunhão fraterna e dialogante, para a construção da nova sociedade, verdadeiramente humana, penetrada de valores evangélicos. Ela deve ser modelada em comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo e dar resposta aos sofrimentos e aspirações de nossos povos, cheios de uma esperança que não poderá ser iludida".

Nota:23

cf. **Puebla 1308**: "É necessário criar no homem latino-americano uma sã consciência social, um sentido evangélico crítico face à realidade, um espírito comunitário e um compromisso social. Tudo isto tornará possível uma participação livre e responsável, em comunhão fraterna e dialogante, para a construção da nova sociedade, verdadeiramente humana, penetrada de valores evangélicos. Ela deve ser modelada em comunhão

com o Pai, o Filho e o Espírito Santo e dar resposta aos sofrimentos e aspirações de nossos povos, cheios de uma esperança que não poderá ser iludida".

Nota:24

cf. **Puebla 440**: "Um questionamento crítico e construtivo do sistema educativo na América Latina".

Nota:25

Mensagem do Santo Padre aos participantes do XI Congresso da AEC, 1983.

Nota:26

NOMIC, Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, Brasil, 1982

Nota:27

NOMIC, 1982.

Nota:28

Puebla 1064: "A comunicação, como ato social vital, nasce do próprio homem e tem sido potencializado na época moderna mediante poderosos recursos tecnológicos. Por conseguinte, a evangelização não pode prescindir, hoje em dia, dos meios de comunicação".

Nota:29

Puebla, 1085: "A tarefa de formação no campo da comunicação é uma ação prioritária. Portanto, urge formar neste campo todos os agentes da evangelização".

Nota:30

CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n. *79, 81 e 103:* "79. O *Objetivo Geral* é, em nível nacional, o elemento de articulação de toda a Pastoral. A explicitação de seu conteúdo oferece elementos inspiradores e orientadores para as atividades pastorais em todos os níveis. Devidamente assumido, torna-se ponto de convergência para todos os tipos e formas de ação pastoral. É o ponto central das Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil. 81. As *seis linhas* correspondem às grandes dimensões da vida eclesial. Dimensões que são elementos constitutivos da ação pastoral da Igreja, fundamentados na própria vida cristã pessoal e comunitária. São expressões qualificadas dessa vida cristã, e pertencem necessariamente à atuação visível do Espírito Santo na Igreja, porque: 103. As dimensões ou linhas da Ação Pastoral devem concretizar-se em todas as realidades humanas. Essas realidades ou situações humanas podem diferenciar-se sob vários aspectos, como por exemplo: segundo faixas etárias (crianças, jovens, adultos, anciãos); tipos de trabalho ou ocupação (operários, lavradores, bóias-frias, empregadas domésticas, profissionais liberais); necessidades básicas (saúde, alimentação, educação, meio-ambiente, informação, comunicação, lazer). Cada uma das situações humanas exige uma forma particular de ação pastoral, dando origem às diversas pastorais específicas: Pastoral da Família, Pastoral dos Jovens, Pastoral das Favelas, Pastoral dos Meios de Comunicação Social, Pastoral da Saúde, Pastoral da Terra e outras".

Nota:31

cf. **CNBB**, DGAP, 1983-1986, Doc. 28.

Nota:32

cf. **Puebla, 1168**: "Um inconformismo que a tudo questiona; um espírito de aventura que a leva a compromissos e situações radicais; uma capacidade criadora com respostas novas para o mundo em transformação, que aspira a sempre melhorar em sinal de esperança. Sua aspiração pessoal mais espontânea e forte é a liberdade, emancipada de qualquer tutela exterior. É sinal de alegria e felicidade. Muito sensível aos problemas sociais. Exige autenticidade e simplicidade, rejeitando com rebeldia uma sociedade invadida por hipocrisias e contravalores".

Nota:33

Puebla, 1187: "Por isso, queremos oferecer uma linha pastoral global: desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral de juventude que leve em conta a realidade social dos jovens de nosso continente; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e os homens; oriente a opção vocacional dos jovens; lhes ofereça elementos para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade".

Nota:34

Puebla, 1188: "A Igreja evangelizadora faz um veemente apelo para que os jovens nela busquem o lugar de sua comunhão com Deus e os homens a fim de construir "a civilização do amor" e edificar a paz na justiça. Convida-os a que se comprometam eficazmente numa ação evangelizadora que não exclua ninguém, de acordo com a situação em que vivem, e tendo predileção pelos mais pobres".

Nota:35

Puebla, 1192: "A inserção na Igreja e a tarefa de compromisso efetivo na edificação de nova civilização do amor e da paz é muito exigente e requer profunda formação e participação responsável".

Nota:36

Puebla, 1189: "A integração na Igreja será canalizada através de movimentos juvenis ou comunidades que devem estar integradas na pastoral de conjunto diocesana ou nacional, com projeções para uma integração latino-americana. Esta integração far-se-á especialmente por meio da pastoral familiar; pastoral da Igreja diocesana e paroquial em seus diversos aspectos de catequese, educação, vocações, etc..; inter-relacionamento dos diversos movimentos de juventude ou comunidades, considerando-lhes a situação concreta: estudantes secundários, universitários, operários, camponeses, que tem condicionamentos próprios e exigências diferentes em face do processo evangelizador e que, por isso, pedem uma pastoral específica".

Nota:37

Mt 25,36: "eu estava sem roupa, e me vestiram; eu estava doente, e cuidaram de mim; eu estava na prisão, e vocês foram me visitar".

Nota:38

cf. **CNBB**, DGAP, 1983-1986, Doc. 28.

Nota:39

CNBB, DGAP, 1983-1986, Doc. 28, n.121-133: "A Pastoral da Juventude deve levar em conta o meio em que vive o jovem, bem como sua inserção no conjunto da comunidade eclesial. Quais devem ser os cuidados da comunidade, dos agentes de pastoral e dos próprios jovens neste sentido?

122. Não preenche os requisitos de autenticidade pastoral a Pastoral da Juventude que não seja ao mesmo tempo vocacional, tanto no sentido mais amplo de vocação humana e cristã, como no sentido mais específico de vocação para os ministérios, ordenados ou não, e para a vida consagrada na Igreja. O que poderiam fazer as diferentes instâncias organizativas da Pastoral da Juventude para que seja fomentada essa dimensão vocacional?
123. Não é apenas o fato de os jovens, na sua maioria, serem empobrecidos que nos leva a dar prioridade a esses setores na Pastoral da Juventude. Nossa motivação fundamental é bíblico-teológica. Que conseqüências essa opção preferencial traz para a organização da Pastoral da Juventude segundo os meios sociais? para a Pastoral da Juventude organizada em termos paroquiais, diocesanos, regionais e nacionais? para os jovens que não sejam pobres?
124. Acreditamos que a verdadeira Pastoral da Juventude é essencialmente missionária. O que significa isso para a vida e o modo de ser e de organizar-se dos jovens? Como se poderia incentivar mais e organizar melhor a atuação missionária entre a Juventude?
125. A educação para o crescimento na fé é fundamental na Pastoral da Juventude. Que medidas tomar para que os jovens, com seus valores e aspirações, respondam com progressiva maturidade aos apelos do Senhor e colaborem na construção da Igreja e da sociedade?
126. O que fazer para que os jovens dedicados à catequese, à liturgia e a outras atividades dentro da comunidade eclesial, cresçam também na dimensão total de sua existência e tenham participação ativa no meio social em que vivem?
127. Que medidas pastorais pedagógicas se devem tomar para que o jovem valorize mais os sacramentos, a oração e a liturgia como celebração da sua vida e do seu comprometimento alimentado pela espiritualidade do envio, da esperança e do amor?
128. O que fazer com a Pastoral da Crisma, para que ela seja ponto de partida mais efetivo no engajamento do adolescente e do jovem, ou reforço para a continuidade do engajamento já existente?
129. O namoro, o noivado e o casamento são realidades importantes para o jovem. Mas também são realidades onde os contra-valores de um lado, e os valores novos de outro, se apresentam como desafios para a ação pastoral. Que medidas podem ser incentivadas na comunidade eclesial e nas próprias instâncias organizativas de jovens para superar esses desafios?
130. Se é evidente a abertura dos jovens para outras Igrejas cristãs e Religiões não-cristãs, também é clara a falta de formação nesse campo. Como ajudar os jovens a se tornarem verdadeira força ecumênica e de diálogo?
131. Não pode faltar na Pastoral da Juventude a dimensão sócio-política, através do incentivo à participação nas instâncias e organismos sociais intermediários. Que conseqüências surgem daí, em nível de organização e planejamento? Qual o papel da comunidade eclesial nesse processo? Como garantir a participação dos jovens em organismos da coordenação pastoral dentro de um método realmente libertador? Quais as conseqüências que decorrem daí em termos de organização, reunião, planejamento e tomada de decisões na própria Pastoral da Juventude?
132. Os meios de comunicação social envolvem a comunidade humana. Sob o ponto de vista da informação, educação e participação, os jovens podem tornar-se as grandes vítimas dos desvios aí transmitidos. Como fazer para que os jovens adquiram sentido crítico frente aos MCS? Como levar os jovens a atuarem e influírem nesses meios?
133. Como atuar na educação escolar, a fim de que ela possa oferecer aos jovens educação para o senso crítico, a solidariedade e a participação, fornecendo-lhes instrumentos para compreenderem a realidade e nela agirem com vistas à construção de uma sociedade justa e fraterna?".

Nota:40

AG 21: "A Igreja só está verdadeiramente fundada, só alcança a plenitude de sua vida e só constitui um sinal adequado de Cristo no meio dos seres humanos, quando, juntamente com a hierarquia, compõe-se de um laicato verdadeiro e ativo. O Evangelho não penetra em profundidade nas pessoas nem na vida e na atividade de um povo senão por intermédio da presença ativa dos leigos. Por isso é preciso pensar em constituir logo um laicato cristão maduro, desde a implantação da Igreja.
Os fiéis leigos pertencem ao mesmo tempo ao povo de Deus e à sociedade civil. Pertencem ao povo em que nasceram, pela educação recebida, tornaram-se participantes de seus tesouros culturais, a eles estão ligados por uma série de vínculos sociais, envidam os mesmos esforços para progredir, dedicam-se às mesmas profissões, enfrentam os mesmos problemas, que, juntos, se esforçam por resolver. Mas pertencem também a Cristo, por cuja fé e batismo foram regenerados na Igreja, para que sejam de Cristo por suas obras a fim de que, por intermédio de Cristo, tudo venha a estar sujeito a Deus e Deus se torne tudo em todos.
O principal dever dos leigos, mulheres e homens, é dar testemunho de Cristo, pela vida e pela palavra, no grupo social em que vivem e na esfera de sua profissão. São chamados a manifestar o novo homem criado por Deus em santidade e verdade, no âmbito da sociedade em que vivem e de sua pátria, de acordo com as suas tradições nacionais. Devem primar pelo conhecimento de sua própria cultura, conservá-la e saná-la de seus limites, ajudá-la a evoluir em consonância com as exigências modernas, procurando sempre mais aperfeiçoá-la, a fim de que a fé em Cristo e a vida da Igreja deixem de ser estranhas à sociedade em que vivem, mas comecem a compenetrá-la e a transformá-la.
Estejam unidos a seus concidadãos por uma caridade sincera, para que se lhes torne manifesto o novo laço de unidade e de amor universal, haurido na participação do mistério de Cristo. Difundam a fé de Cristo entre aqueles a que estão unidos pelos laços da vida e da profissão. Obrigação tanto mais urgente quanto um grande número de pessoas não pode ouvir o Evangelho e reconhecer a Cristo senão por intermédio dos que lhe são mais próximos. Onde for possível, sejam os leigos preparados para colaborar com a missão mais específica da hierarquia de anunciar o Evangelho e comunicar a doutrina cristã para contínuo fortalecimento da Igreja.
Que os ministros da Igreja valorizem ao máximo o apostolado leigo. Cuidem de sua formação como membros de Cristo, que devem ter consciência de sua responsabilidade em relação a todos os seres humanos. Seja-lhes comunicado o mistério de Cristo em toda sua profundidade. Sejam iniciados na metodologia prática cristã e assistidos em suas dificuldades, de acordo com a constituição conciliar sobre a Igreja e o decreto a respeito do apostolado dos leigos.

Respeitadas as funções e responsabilidades próprias, tanto dos pastores como dos fiéis, a nova Igreja dará um consistente testemunho de Cristo, tornando-se sinal luminoso dos dons com que ele nos cumulou a todos".